



BRASIL
Edição 04 - ano II
janeiro/fevereiro de 2003

revista **filantropia**

Voluntariado & Terceiro Setor

- Projetos sociais de sucesso
- Contabilização de convênios
- Eventos do Terceiro Setor

O direito de trabalho
dos portadores de
deficiência

Saiba como
montar um
trabalho
voluntário em
seu bairro

Graduação, pós,
especialização e até MBA
focados em Terceiro Setor

Aprender para servir melhor

ISSN 1677-1362
Exemplar avulso: R\$ 7,50



Entrevista

Um dos empresários mais bem-sucedidos do Brasil fala dos seus 32 anos à frente da Beneficência Portuguesa e da situação geral dos hospitais filantrópicos

Antônio Ermírio de Moraes

Editorial

editorial

“Às vezes só uma mudança de ponto de vista é suficiente para transformar uma obrigação cansativa em uma interessante oportunidade!”

(Albert Flanders)

Ano Novo ou um ano a menos?

“Não caminheis em glotonarias e embriaguez, não nos prazeres impuros do leito e em leviandades, não em contendas e emulações, mas revesti-vos de Nosso Senhor Jesus Cristo, e não cuideis da carne com demasiados desejos.”

(Paulo de Tarso)

Santo Agostinho, aos 32 anos (386 a.C), ainda não tinha descoberto o sentido da vida, chorava, andava deprimido e angustiado, até o dia que recebeu a intuição da sabedoria e da inteligência de Paulo de Tarso, que transformou o seu ser.

A luz do século XXI, o homem também recebe muitas intuições, alertando-o acerca de que novos caminhos estão lhe aguardando com promessas de mudança de vida, a exemplo de Santo Agostinho, porém, a insensibilidade de muitos em ouvir sua consciência acaba por ofuscar as boas novas que estão por lhe encontrar.

Como dizia Paulo de Tarso, não cuides da carne com demasiados desejos, ou melhor dizendo, cuide muito mais da fortuna espiritual em vez da material e transforme a vaidade em humildade.

Esses magistérios nos remetem a uma imediata lição de casa, cuja tarefa é a de construir um balanço de nossas ações no ano que passou e, se a contabilidade apontar maiores conquistas materiais em detrimento das espirituais, nossa consciência apontará um déficit e iremos concluir que não ganhamos um Ano Novo, mas desperdiçamos um Ano Velho.

A receita para zerar o déficit está na maior promoção do bem, longe da oferta de migalhas, pois o pobre dela não precisa, e mais próxima do amor fraternal de ajuda àquele que elegeu o flagelo como via para sua evolução espiritual.

A nossa jovem Revista Filantropia, que chega à sua quarta edição, traz muitas lições de obras do bem para que, com elas, fechemos o nosso próximo balanço com superávit na contabilidade de nossa vida e possamos, verdadeiramente, brindar o ano que nasce com o velho refrão “muito dinheiro no bolso, saúde pra dar e vender!”

Marcos Biasioli
Diretor Técnico

Oito anos de avanço, sim senhor!

Seria heresia dizer que nesses últimos anos de FHC o Brasil não sentiu qualquer mudança positiva. Sem tomar partido por “aves” ou “estrelas” (até porque dar uma nota geral sobre todo o governo FHC seria outra história), o País tem muito a comemorar e quem diz isso são os números.

Para se ter uma idéia, nos anos FHC, segundo a Folha de São Paulo, tivemos uma média de 168 mil matrículas anuais no ensino superior, contra uma média de 62 mil na era Itamar e 37 mil na era Sarney (na era “collorida” tivemos evasão).

O marco do governo FHC é, sem sombra de dúvidas, o controle da inflação – fator que será um dos maiores “leões” que o novo presidente deverá continuar domando. Em 1970, a alta dos preços batia a casa dos 17,55%; nos anos 80, o percentual chegou a 84,77%. Chegamos ao final de 1990-1991 com absurdos 2.490% de inflação, época em que tínhamos um preço pela manhã e outro à tarde. Fernando Henrique terminou seu mandato com a inflação batendo perto de 10%. Teve, inclusive, um ano de deflação, 1998, percebendo um percentual de -1,79%.

Segundo o Datafolha, FHC teve uma votação histórica, com 18% da população elegendo-o como melhor presidente que já tivemos – à frente de Getúlio Vargas, com 14%.

Em matéria de saúde, temos alguns números que ainda estão longe de ser motivo de orgulho, mas que dão a esperança de uma luz ao final do túnel: a mortalidade infantil caiu da marca de 23,9% para 18,9%. 100% da população está coberta e vacinada contra o Sarampo, BCG e Pólio – percentual que não chegava aos 70% dez anos atrás (contra a pólio somente 41% estava imune). O número de mortes/ano pela Aids tem sua representação nesse quadro favorável: de 6,6 mil, em 1990, para pouco mais de 4 mil em 2000. Tivemos também mais de 60 mil casos de cólera entre 92-93. Em 2001, Acredite: sete casos!

A área de telecomunicações não deve ficar de fora desse relato. Basta olharmos ao nosso redor e contarmos quantas pessoas possuíam telefone fixo e celular oito anos atrás e quantos estão hoje “antenados” (a telefonia móvel no Brasil pulou de 0,8 milhões de aparelhos, em 1994, para 28,7 milhões em 2001).

O número de pobres e indigentes também caiu: em 1988, essa fatia era de 45,3% e 22,1% da população, respectivamente. Hoje, temos pouco mais de 34% dos brasileiros pobres e 14,5% de indigentes.

Repito que os números aqui transmitidos estão longe de ser motivo de orgulho para nós, brasileiros. Além de termos também, nesse mesmo cenário FHC, números que nos alertam, como os do desemprego, da renda per capita (que caiu mais de 100 reais/mensais nos últimos anos) e da violência.

São dois os motivos básicos de minha reverência ao Fernando Henrique:

1. Criar um cenário de otimismo em toda a população. Temos que reivindicar melhoras sempre, pois sabemos e é provado (pelo próprio FHC) que o Brasil tem cura – já o tiramos do “coma”, passa agora por tratamento intensivo e logo poderemos passá-lo para uma “observação clínica”.
2. Transmitir ao Lula mensagem de confiança e, principalmente, esperança de que ele, aliado à competente equipe escolhida, que continuará trilhando nosso caminho, mesmo que a passos lentos, rumo ao sonhado desenvolvimento e, conseqüentemente, tornarmos um país digno, humano e próspero.

Ao Lula e sua equipe, um ótimo Ano Novo (acho que nunca desejei TANTO isso a alguém!)

Aos meus leitores, prosperidade, paz e saúde em 2003 e, especialmente, fruto de nosso trabalho: solidariedade em abundância!

Marcio Zeppelini
Editor



CARTAS

A Associação Missão Resgate vem por meio deste e-mail parabenizá-los pela ótima qualidade da Revista Filantropia e desejar que a cada edição seu conteúdo possa ser rico como tem sido! Aproveitamos ainda para deixar com vocês o nosso endereço eletrônico a fim de que vocês conheçam o nosso trabalho de uma forma mais ampla: www.mresgate.org.br. Gostaríamos também de solicitar da direção desta revista que, se possível, nos ceda uma assinatura gratuita de seus exemplares para que sirva como subsídio para nossas atividades, pois o conteúdo do material é riquíssimo. Tenham um ótimo Natal e um Próspero Ano Novo, que Deus esteja abençoando-os ricamente! Associação Missão Resgate. info@mresgate.org.br

Resposta do editor: Ficamos gratos por seu interesse em conhecer e ter a assinatura da Revista Filantropia. Nosso veículo de comunicação é totalmente voltado ao Terceiro Setor e voluntariado. Dessa forma, grande parte de nossos assinantes são entidades sem fins lucrativos que, como a maioria, enfrentam dificuldades financeiras acentuadas. Nossa missão é "ajudar a quem ajuda", levando informações preciosas às entidades para que melhorem sua administração e captação de recursos. Portanto, se ofertarmos a cortesia à sua entidade estaremos criando divergências com outros assinantes e prejudicando o próprio futuro da revista.

Dou os parabéns pela forma com que a revista enfoca os temas do Terceiro Setor. Atuo há 20 anos com as instituições que atendem a pessoas portadoras de deficiência. E sei o valor de uma boa informação. Sou assinante da revista já a partir do 2º número. Gostaria de fazer uma solicitação: estar recebendo, mesmo que em xerox, a revista de nº 1. Antônio José da Silva - resende. ajsr@ig.com.br

Resposta do Editor: Para que possamos lhe encaminhar uma edição antiga da Revista Filantropia, é necessário que seja realizado um depósito em nome de Zeppelini Editorial - Revista Filantropia, Banco Itaú, agência 1.024, c/c 36.613-8, no valor de capa da revista, de R\$ 7,50, por exemplar. Após efetuar esse depósito, encaminhe-nos fax do comprovante de pagamento e os dados completos para envio da revista via correio.

Gostaria de saber se vocês enviam revistas para outros países. Moro na Argentina e gostaria de receber a revista. Roseli Garcia. rgarcia@lbv.org.ar

Resposta do Editor: Sim, há possibilidade de efetuar assinatura internacional. Para isso, preencha e imprima a ficha de assinatura (solicite-a pelo e-mail assinaturas@revistafilantropia.com.br, ou pelo fax 55-11-6978-6686), anexe o valor da assinatura em dinheiro, conforme tabela abaixo e envie pelo correio ao endereço: R. Dr. César, 530 - cjto. 1.308 - Santana - São Paulo/SP - CEP 02013-002 - Brasil

Tabela de preços para o exterior:

US\$ 50,00 Ásia, Oceania*

US\$ 40,00 América do Norte,
América Central, Europa

US\$ 35,00 América do Sul

MOEDA: o valor pode ser enviado em reais, dólares americanos ou na moeda corrente do país, bastando converter o valor acima pelo câmbio oficial na data de postagem.

Gostaria de parabenizá-los pela excelente revista. Se possível gostaria de saber se existe alguma publicação específica sobre Contabilidade para o Terceiro Setor, obrigado!
bira7@terra.com.br

Resposta do Editor: Primeiramente, agradeço pelos elogios, contando sempre com críticas dos leitores para que, a cada dia, melhorem nossa revista. Não temos conhecimento de nenhum canal que divulgue a fundo a Contabilidade do TS.

Porém, como esse assunto é vasto e cheio de pormenores, estaremos sempre trazendo novidades e esclarecimentos acerca desse assunto na Revista Filantropia.



Carta de agradecimento enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Parabéns pela iniciativa! Por vários fatores, que não seria oportuno comentar, de fato estávamos precisando de um veículo deste jaez no Terceiro Setor. Que Deus continue abençoando vocês. Rev. Wladimir Mendes, presidente em exercício da Associação Cristã de Benefícios do Estado de São Paulo. Paulo. acbsampa@terra.com.br

Prezados amigos. Estou efetuando hoje a assinatura da Revista Filantropia que vem ocupar um vazio nesse campo de tanta luta e dificuldades daqueles que militam e trabalham no Terceiro Setor. Espero que ela nos ajude a melhorar na gestão, na troca de idéias, no surgimento de oportunidades de parcerias e outras coisas mais. Parabéns pela iniciativa e sucesso no empreendimento.
diradministrativo@lo.unisal.br

Senhor Editor, inicialmente gostaria de parabenizar a toda equipe pela qualidade e o nível das matérias publicadas. Ressalto, ainda, o comprometimento de vocês com a democratização do conhecimento. Atenciosamente, Alvaro dos Santos Neto, Consultor em Marketing, Cooperativismo, Artesanato e Projetos. alvaro@secrel.com.br

Quero parabenizar pela idéia da revista e me prontifico para ajudar no que for possível, pois aqui em Mato Grosso ainda estamos começando. Temos quase pronta uma Oscip e queremos trabalhar por uma causa que realmente terá bons resultados. Felicidades a todos. Luiz Antonio. gabinete@rondonopolis.mt.gov.br

Foi com muita satisfação e diria até mesmo orgulho que recebi e li a primeira edição da Revista Filantropia. Trabalho na área social no Canadá (trabalho com moradores de rua no intuito de removê-los de abrigos temporários para moradias permanente ou encaminhá-los para tratamentos adequados conforme a necessidade de cada um). Ver uma revista comprometida a abordar questões sociais num País onde governo e sociedade (sem generalizar) mantêm "sutilmente" um entrave nos olhos é, sem dúvida, a "beam in the lost paradise". Parabéns!
cida@sympatico.ca

Resposta do Editor

A todos os amigos e assinantes da Revista Filantropia, agradecemos em nome de toda equipe e estamos prontos para receber suas dúvidas, críticas e sugestões para que, desta forma, a Revista Filantropia se torne cada vez mais completa.

Veja qual dessas entidades VOCÊ pode ajudar

Atenção laboratórios, fabricantes e lojas de material de construção, supermercados e depósitos. Você, pessoa física ou jurídica, pode ajudar essas entidades, doando os bens de que elas estão precisando com mais urgência. Em alguma delas, sua solidariedade irá se encaixar!

Casa de Velhinhos de Ondina Lobo

Rua Regina Badra, 471
04641-000 - Santo Amaro
Tel/fax : (11) 5686-4322

Necessidades mais urgentes:

- Fraldas geriátricas GG com gel;
- Sustentação;
- material de higiene (sabonete, talco, desodorantes);
- material de limpeza: sabão em pedra, sacos de lixo de 100 litros, bom-bril, cloro, desinfetantes, amaciante de roupas;
- Alimentos básicos e não-perecíveis;
- Leite longa vida.

Centro Nacional de Neurofibromatose

Rua Santa Luzia, 206 - Centro
Rio de Janeiro- RJ - Tel. (21) 2220-1928
www.cnnf.org.br - ncnnf@hotmail.com
CNPJ 03.738.054/0001-47

Necessidades mais urgentes:

- Exames de ressonância magnética (único exame que possibilita o diagnóstico dos tumores - no mínimo cinco por ano e podem ser clínicas diferentes);
- Exames laboratoriais gerais: eletrocardiograma, bioquímica orgânica, hemograma completo;
- material para pequenas cirurgias, especialmente, eletrocálterio;
- Equipamentos e material de Informática;
- Brinquedos educativos para o ambulatório do Instituto de Pediatria do Hospital do Fundão (UFRJ).

Casa Transitória de Embu Guaçu

R. José Herculano, 61
Embu-Guaçu - CEP 06900-000
Tel: (11) 4661-6291
CNPJ 96.493.879/0001-20

Necessidades mais urgentes:

- Material de limpeza (detergente, água sanitária, sabão em pó, desinfetante, sabão em pedra, papel higiênico, sacos de lixo de 100 litros);
- Higiene pessoal (creme dental, sabonete, shampoo, condicionador, cotonete);
- Cesta-básica (macarrão, óleo, feijão, arroz, molho de tomate);
- Temos também a necessidade de material para confecção caseira de fraldas descartáveis.

Serviço Promocional da Paróquia de Santa Cecília

Largo de Sta. Cecília, 202
Sta. Cecília - São Paulo / SP
Tel: (11) 223-1712
CNPJ 62.666.466/0001-88

Necessidades mais urgentes:

- Areia;
- Pedra;
- Cimento;
- Ferro.

Entidades: enviar sua lista de necessidades para o e-mail filantropia@revistafilantropia.com.br ou pelo fax (11) 6978-6686.

DATAFILANTROPIA

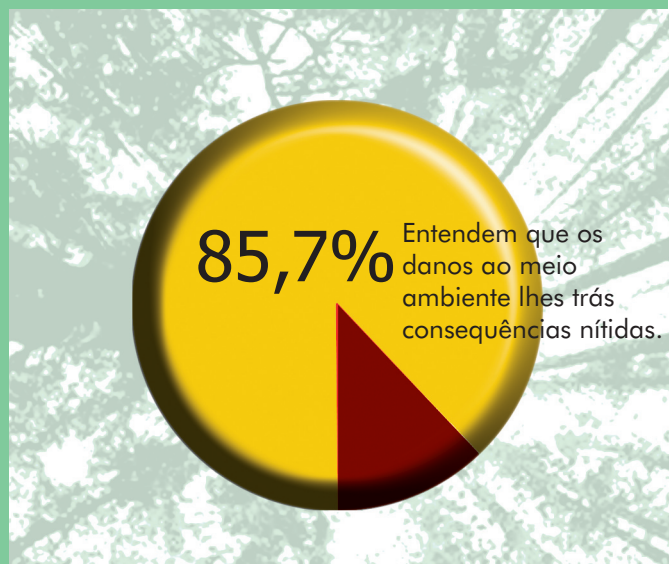
Preocupação pessoal com o meio ambiente é maioria

Pesquisa realizada nas cinco principais capitais do país pela empresa especializada em estatísticas Market Analysis Brasil constatou que seis de cada dez adultos concordam totalmente que os danos ambientais afetam a própria vida cotidiana, enquanto outros três concordam em parte com essa afirmação. A forte percepção do impacto pessoal causada pela deterioração ecológica significa claramente que as ações e as omissões sobre controle ambiental não são uma abstração para o povo brasileiro.

Mas essa percepção ainda não mudou nos últimos 18 meses. Em junho de 2001, a mesma pergunta feita para uma amostra similar apontou 87,3% de brasileiros muito ou algo de acordo com a mesma frase, uma diferença dentro da margem de erro da pesquisa, o que assinala a estabilidade do sentimento de preocupação ambiental.

A apreensão ecológica não distingue sexo, classe social, idade nem simpatia política. Ela está presente, em proporções muito semelhantes, entre brasileiros e brasileiras, jovens e velhos, ricos e pobres, partidários da mudança ou da continuidade.

Ficha técnica: amostragem probabilística estratificada, com 529 adultos de 18 a 69 anos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, Dezembro de 2002. Margem de erro = $\pm 4,0\%$.



Fonte: Meta Analysis

Por
ALINE MOURA

Antônio Ermírio de Moraes

Um sentimento de urgência em ajudar o próximo habita a mente de um dos mais bem-sucedidos empresários do País

Antônio Ermírio de Moraes, 74 anos, é presidente de um dos maiores hospitais filantrópicos brasileiros, a Beneficência Portuguesa. Atua como voluntário e preside o local há 32 anos, transformando-o em referência para cirurgias do coração – 8.600 realizadas em 2002, 80% pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Doa seu bem mais precioso, o tempo, para administrar um hospital com 58 salas de cirurgias, 200 leitos de terapia intensiva e faturamento mensal de R\$ 21 milhões. “Na minha posição, é muito mais fácil preencher um cheque do que doar meu tempo. Mas precisamos fazer as duas coisas”, ensina o incansável benemérito.

O empresário costuma dizer que, quando morrer, quer que as suas cinzas sejam enterradas no jardim do hospital, “para controlar a turma que está lá”. Com o mesmo pulso forte, dirige a Votorantin, empresa fundada em 1918 que se expandiu para os ramos da agroindústria, celulose e papel, cimentos, energia, finanças, metais e química, além de atuar no Exterior. Cerca de R\$ 34 milhões foram gastos pela sua empresa em ações sociais, doações e patrocínios no ano de 2001. Em entrevista concedida à Revista Filantropia, Antônio Ermírio fala sobre a precária situação da saúde pública, a falta de solidariedade da elite brasileira e a solução para os problemas do país, a educação.

Filantropia: Quais as principais dificuldades enfrentadas hoje pelos hospitais filantrópicos?

Antônio Ermírio: Acho que a maior dificuldade é você receber. Se bem que, ultimamente, depois que o Barjas Negri entrou, os pagamentos estão fluindo bem regularmente. Mas, mesmo assim, pelo menos uma ou duas vezes por mês, você tem de ir para Brasília conversar com eles. Porque eles glosam os pagamentos. Fica difícil, eles já pagam pouco. Tivemos uma glosa na Beneficência de R\$ 1.800 milhões. Depois de muita conversa, dividiram em seis prestações mensais de

R\$ 300 mil. Só a nossa folha de pagamento vai a R\$ 8 milhões por mês. Tem de ficar muito atento a essa parte de recursos. Atualmente, atendemos 62% de pacientes SUS, o que nos enquadra perfeitamente bem em uma entidade filantrópica. E sinceramente nós não devemos um centavo sequer para quem quer que seja. Não devemos um centavo, nenhum, zero. E eu agradeço a Deus por isso.

Filantropia: Os hospitais se queixam que ultrapassam essa demanda de 60% e depois não recebem o repasse...

Antônio Ermírio: Aí é triste. Nós, sob esse aspecto, estamos mais equilibrados, atendemos 60, 62% de SUS e o resto é convênio e sócios. Mas às vezes o SUS sobe um pouco. Para você ter uma idéia, temos, no momento, bloqueado pela Secretaria de Saúde de São Paulo cerca de

R\$ 9 milhões. Na realidade, são R\$ 20 milhões, mas desse total, R\$ 11 milhões nós conseguimos por meio de Brasília e do Governo do Estado de São Paulo. É muita coisa, né? Esse é o principal problema. E tem de ter muito equilíbrio, porque senão a coisa desanda.

Eles dão uma cota, você a ultrapassa e eles bloqueiam. Como é que eu vou fazer com o paciente que chega lá, está mal e precisa de uma cirurgia? Não tem cota, volta para casa? Aí vem o Ministério Público, que recebe reclamações de pacientes que normalmente não tinham de reclamar de nada. Quando eu era moço, existia uma profissão chamada advogado de porta de cadeia. Hoje, é advogado de porta de hospital. Qualquer coisinha, eles fazem um alarido danado e tocam um processo enorme em cima de você.

Não vou citar nomes aqui, mas tivemos uma paciente com câncer no útero que foi operada. Ela ficou tão chocada que desistiu do emprego e pediu uma indenização de US\$ 1 milhão para a Beneficência Portuguesa por danos morais. Agora, se tem câncer, você não opera e deixa morrer? É um negócio incrível, triste. O que me move e me faz trabalhar já há 32 anos no hospital é que eu sei que estou atendendo as classes menos favorecidas. Isso, para



mim, é um estímulo. Estamos atendendo aquele povo que precisa, que bate de porta em porta e que não é atendido.

Filantropia: Mesmo com esses problemas de pagamento, a Beneficência sempre conseguiu atender a meta de 60% exigida por Lei, ao contrário de muitos hospitais filantrópicos. Qual o segredo dessa façanha?

Antônio Ermírio: Sou presidente e sei todos os pagamentos do hospital, todos. Nós faturamos R\$ 21 milhões por mês e todo esse dinheiro passa pelas minhas mãos. Assinatura de cheque não é tudo, é metade do tempo que você gasta. Eu gasto pelo menos 12 horas por semana extras com a Beneficência. Saio da Votorantim às 18, 19 horas e vou para lá cumprir a minha obrigação. É preciso muita dedicação. Só isso. Saber como estão os equipamentos, fazer manutenção de tomografia computadorizada, da ressonância magnética, do ultra-som. Tem de fazer, senão quebra.

Nós temos 31 elevadores e gastamos mensalmente

com a manutenção deles de R\$ 10 a R\$ 15 mil. Tudo isso tem de ser acompanhado de perto. Não adianta você ficar à distância, reclamando que não tem recurso. Diariamente, tem de ir pessoalmente conferir como está o caixa. A única vantagem da filantropia é que você não recolhe INSS da parte do empregador. Imposto de renda você paga normal. Tem de equilibrar as contas. Os pacientes, com muita razão, querem sempre os melhores equipamentos, os melhores médicos, os melhores cirurgiões, os melhores enfermeiros. No nosso caso, por exemplo, somos especializados em cirurgia do coração. Chegamos a fazer 816 cirurgias do coração no mês de agosto. No final do ano, totalizamos 8.600. Dessas, 80% é SUS. E 80% dos exames de cateterismo também (1.600 a 1.700 por mês).

Filantropia: Há quem defenda a redução do teto de 60% alegando até que ela é inconstitucional...

Antônio Ermírio: Eu não sou advogado, mas aqueles que queiram ter a filantropia correta têm de obedecer. O dia que mudar, tudo bem. Eu não vou fazer força para mudar, porque dá para viver. Eu não devo nenhum centavo para quem quer que seja, com a graça de Deus. Agora, tem de ter uma administração em cima.

Filantropia: Como o senhor avalia o governo de Lula frente à saúde pública filantrópica?

Antônio Ermírio: Pior do que está não pode ficar. Eu vou continuar indo uma vez por mês para Brasília e uma ou duas vezes à Secretaria de Saúde. Não quero nada. Quero apenas que eles paguem aquilo que é devido. Nós temos uma população muito pobre, que precisa de um tratamento assistencial decente. Todo dia tem problema, mas em face do que eu vejo nos outros hospitais, os nossos problemas são pequenos. Nós temos 200 leitos de terapia intensiva. Não precisa falar mais nada. Mas é complicado. No mundo inteiro, a questão da saúde é complicada. O Brasil gasta cerca de 5% do PIB com saúde, enquanto os

Estados Unidos investem 14%, o extremo. Eles gastam muito e assim mesmo a saúde lá não está grande coisa.

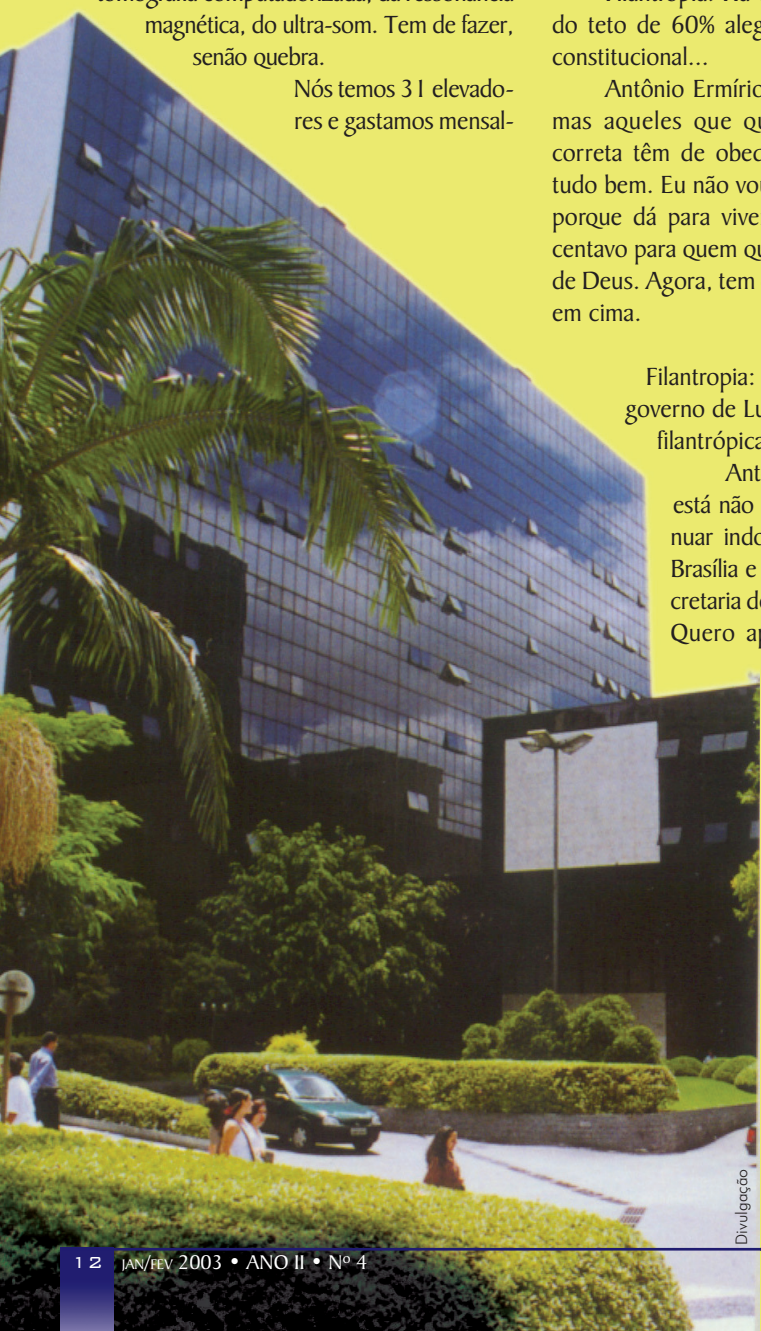
Países como a França, Alemanha, Inglaterra e Itália gastam em torno de 7% em saúde. Mas é que nós temos muita gente pobre no nosso país. Muita gente que não tem como ser atendida. E eu não gosto de favor de governo. Tem de trabalhar, vencer e mostrar sua competência. O governo é muito grande, o Brasil é um país muito grande. Se fosse uma Suíça, mas um país desse tamanho. Não é fácil. Fácil é querer só culpar o governo. A democracia é uma coisa difícil. O caminho mais longo entre dois pontos é a democracia. Mas, como nossa vida é curta, você não pode arranjar tudo no curto espaço de tempo. Agora, se você se preocupa com uma administração boa ao longo de duas, três gerações, a coisa vai embora. Entretanto, tem muita gente que não gosta. E é mais fácil reclamar do que fazer, né?

Filantropia: E qual a responsabilidade do empresariado em relação à tamanha pobreza? O senhor acredita em um processo de mudança na mentalidade do brasileiro em relação à responsabilidade social individual? As pessoas hoje têm mais consciência em relação ao consumo responsável?

Antônio Ermírio: Há uma deficiência nesse sentido. Nossa elite normalmente se incomoda muito pouco. Não quero dizer que sejam todos. Há muita exceção, mas de uma maneira geral ela não se incomoda. E digo mais: na minha posição, é muito mais fácil preencher um cheque do que doar meu tempo. Mas precisamos fazer as duas coisas. Preencher um cheque e dar seu tempo na administração de um hospital, por exemplo. Esse binômio é essencial. Eu sou engenheiro, não sou médico, mas tenho de dar duro em cima de novos equipamentos médicos, corrigir as falhas, porque as falhas existem em um hospital tão grande. Não posso falar pelos outros.

Na minha família, procurei fazer com que cada um fizesse um pouco no sentido de melhorar a vida dos mais necessitados. Isso é educação. Meu pai, por exemplo, foi presidente da Cruz da Vermelha da Beneficência. Meu irmão foi presidente do Hospital do Câncer, daqui de São Paulo. Eu estou há 32 anos na Beneficência Portuguesa, quatro anos de Cruz Vermelha e mais quatro anos de Cruz Verde. Temos de fazer nossa parte. Agora, a nossa elite é meio relaxada. É uma elite egoísta. De burra não tem nada, eles são bem inteligentes, mais do que eu.

O Brasil, porém, é um país rico de gente pobre. Há um certo exagero, por exemplo,



nesse negócio de fome zero. Eu conheço bem o interior do Ceará, o interior de Pernambuco. Existe um pouco de fome lá, mas não é isso tudo. O brasileiro, em média, consome 60 quilos de carne por ano per capita. O mundo inteiro come 38 quilos de carne e nós, 60. O Brasil produz mais de um bilhão de toneladas de grão, o que dá 300 quilos per capita. Para aonde é que vai nossa comida? Eu escrevo na Folha todos os domingos. Já escrevi uns dez artigos sobre isso. Quero saber para aonde é que vai a comida. Há uma coisa errada nisso tudo, que precisa ser desvendada.

Há um grande desperdício. Basta ir à uma feira ou ao Ceasa às 5 horas para ver que coisa terrível, que desperdício total. É uma questão de saber aproveitar, mas acho que tem muito faturamento em causa própria. Só pode ser. Eu não quero acusar ninguém, seria uma injustiça brutal, mas não dá para entender. Onde é que vão parar nossos alimentos? As estatísticas são todas favoráveis ao Brasil, que é um país de Primeiro Mundo em matéria de comida. No entanto, tem gente passando fome. O Brasil ainda continua sendo um país rico de gente pobre. Em 1986, quando disputei o Governo do Estado de São Paulo, andei muito por essa periferia todinha. E existe muita gente que se sacrifica pelo próximo. Gente que não tem nada. Já a elite é “venha a nós o vosso reino”.

Filantropia: Existe uma nova ferramenta no mercado, a Solução Integrada para Gerenciamento da Gratuidade da Atividade Social (Sigrats), que promete ofertar aos dirigentes hospitalares a possibilidade de gerenciar pela Internet, em qualquer lugar do mundo e em tempo real, toda a atividade de benemerência. Considerando que a maioria dos dirigentes, a exemplo do senhor, são voluntários, acredita que tal ferramenta poderá facilitar a gestão à distância e fortalecer a credibilidade das obras sociais com a conseqüente conquista de mais doadores?

Antônio Ermírio: Tudo bem, aceito, mas quero fazer apenas uma observação: é muito mais fácil falar do que fazer, né? Se eu não der o exemplo de ficar aqui até essas horas... Escrever é fácil. E depois, o meu final de semana do Guarujá eu não vou dispensar! Acho que dedicar boa parte do tempo para as pessoas menos favorecidas é obrigação de todo cidadão. Minha filosofia é essa. Esse negócio todo é muito bonitinho, via Internet, mas entre o que está escrito e a realidade, nem sempre a coisa coincide.

Nós precisamos de boa vontade. E quem é que vai ter boa vontade? Há problemas sérios,



Divulgação

problemas de pagamento de funcionário. Se nós atendemos SUS e temos um faturamento menor do que um hospital que trata só de convênio, evidente que quem trata só de convênio deveria ter gente de melhor gabarito. Mas isso não acontece, não. Na prática, isso não está acontecendo. E a dedicação do nosso pessoal para com os pacientes, tenho certeza, é melhor que os chamados setores especiais dos hospitais.

O que nós estamos pagando para nossos empregados é menos do que paga um Albert Einstein, é menos que um Oswaldo Cruz ou um Sírio Libanês. No entanto, o meu raciocínio é o seguinte: fico boquiaberto porque realmente há um carinho muito grande do pessoal que trabalha no nosso hospital com os pacientes, porque há uma identidade entre a posição financeira deles e a posição financeira dos pacientes SUS. Então, eles tratam os doentes com todo carinho, é uma coisa curiosa. Eu acho que é por aí, eu posso estar enganado, mas minha opinião é essa.

Filantropia: Como o senhor concilia as atividades de empresariado e de benemerência? Sobra tempo para vida pessoal? Há sacrifício?

Antônio Ermírio: Não é um sacrifício, é o que me move, porque estou achando que estou sendo útil. Eu não sou um sujeito que menospreza aqueles que não têm recurso.

Eu não sei, tenho um sentimento interno que me diz que tenho de ajudar os menos favorecidos. Tomei posse dia 7 de abril de 1971 na Beneficência Portuguesa. A primeira medida que veio para mim foi acabar com o convênio do Inamps (sistema público de saúde da época). Eu disse: 'olha, não concordo. Se por acaso eu for voto vencido, vai ser a primeira e última reunião de diretoria que presido'.

Estou aqui para ajudar aquela classe menos favorecida. Sem nenhuma demagogia, está aí a prova. Podemos errar, ninguém é perfeito. Mas de maneira geral acho que o trabalho é satisfatório. Às vezes, a pessoa tem muito boa cabeça, mas não tem recurso. Inteligência não é privilégio de rico ou de pobre. Você tem de procurar arranjar um meio termo para todo mundo. Outro dia fiz uma contabilidade e eu tenho 25 mil horas de trabalho só na área hospitalar. Tudo bem que eu já tenho 74 anos, está na hora de ir embora (risos). Tenho 74 anos e, até os 70, trabalhava 70 horas por semana. Agora que eu estou vagabundo, trabalho 60. Não tem outra solução. Já disse que o dia que morrer, quero ser cremado e as cinzas jogadas lá no jardim da Beneficência, só para controlar a turma que está lá.

Planejamento legal

da atividade social filantrópica para 2003

Não é novidade acolher vozes de inúmeros dirigentes de entidades sociais afirmando que suas obras passam por momentos difíceis. E o eco vem de todos os segmentos: educação, saúde e assistencialismo, sendo que o discurso tem dimensões similares com o seguinte escopo:

- As escolas filantrópicas, a exemplo das não-filantrópicas, enfrentam inadimplência, evasão de alunos, reivindicações salariais, achatamento do preço das mensalidades, cobrança por pólos modernos de estudo, incluindo laboratórios tecnológicos e, como se não bastasse, estão compelidas a empregar ao menos 20% de sua receita em bolsas de estudo gratuitas e/ou projetos sociais permanentes.
- Os hospitais filantrópicos, em sua grande maioria, estão sucateados com equipamentos obsoletos, baixo estoque de medicamentos e qualidade de atendimento comprometida, ante às dificuldades da contratação de contingente mais qualificado. Além disso, a exigência de atender aos pacientes do Siste-

Além de planejar-se administrativa e financeiramente, é necessário haver um planejamento legal

ma Único de Saúde – SUS, em níveis muitas vezes impossíveis de serem atendidos, sem falar na irrisória remuneração.

- As entidades assistencialistas, apesar de sua escassez, garimpam por doações, porém enfrentam dificuldades na angariação de fiéis doadores, lutam para responder ao pagamento de suas despesas fixas e, além de tudo, estão obrigadas a comprovar o emprego de, ao menos, 20% de sua receita bruta em ações sociais gratuitas aos seus assistidos.

As dificuldades enfrentadas pelos organismos sociais são atributos da missão, ou seja, perseverar no caminho do bem e vencer a im-

paciência e a intolerância em prol do próximo. Tais tarefas jamais serão fáceis, pois, se assim fossem, não haveria nobreza da purificação do homem, por meio da prática da caridade de forma desinteressada.

Dessa forma, resta uma indagação: como prosperar na obra social mediante tantas dificuldades?

A resposta para quem está de fora parece fácil. Escutamos muitas lições professorais e acadêmicas que profetizam, como saída, a profissionalização da filantropia.

Todavia, para profissionalizar a obra implica em custos que nem todos podem assumir, ainda que sejam recepcionados como um “custo benefício”. Ademais, muitos acadêmicos procuram levar conceitos eminentemente mercantis à obra que foi fundada com propósito único de difundir o amor fraternal aos oprimidos, tornando difícil a coabitação do espírito material com o espiritual.

Em suma, a profissionalização tão ventilada aos quatro cantos do Terceiro Setor, geralmente

SOBREVIVÊNCIA DA OBRA SOCIAL

BENEFÍCIO FISCAL	RECURSOS PRIVADOS	RECURSOS PÚBLICOS	VENDA DE BENS E SERVIÇOS
Se a forma eleita foi a de lograr benefício fiscal, será necessário buscar ou manter: • Reconhecimento de utilidade pública federal, estadual ou municipal; • Conquistar ou manter o Certificado de Filantropia emitido pelo CNAS (Lei 8.212/91); • Não distribuir resultado sob nenhum título aos dirigentes, aplicando o resultado na própria instituição (art. 9 e 14 do CTN); Praticar obras gratuitas de, no mínimo, 20% da receita bruta (Decreto 2.536/98).	Se for eleito, como fonte de sobrevivência, a captação de recursos da iniciativa privada, somente será factível pugnar por doações de pessoas jurídicas, se possuir, no mínimo, o certificado de utilidade pública federal, pois, do contrário, a empresa doadora não poderá recepcionar o documento para fins de abatimento do Imposto de Renda a pagar, exceto se a doação for destinada a beneficiar a comunidade local em que atua (IN 11/96-SRF). Eis uma dica importante!	Segundo a Constituição Federal, as entidades sem fins lucrativos reconhecidas como filantrópicas terão prioridade nas parcerias com o Estado. Cabe perseguir a titulação de filantrópica.	Havendo pretensão em comercializar e, ao mesmo tempo, manter a qualidade de imune/isenta de tributos, deve-se levar em conta que o impacto da receita advinda das vendas deverá, obrigatoriamente, refletir na obrigação de ações gratuitas não inferiores a 20% de tais receitas (Decreto 2.536/98 c/c Decreto 4.327/02).

atropela conceitos principiologicos que levaram a obra a ser fundada e, por isso, o seu discurso isolado deve ser acolhido com cuidados.

Nasce, então, a premente necessidade da organização de uma diretriz de trabalho, reunindo:

- Respeito aos princípios e vocação da obra social;
- Profissionalismo regado e dentro da realidade e das condições econômicas da instituição social;
- Planejamentos financeiro, administrativo, comercial, social e, principalmente, legal.

Os planejamentos que visam a administrar a instituição na órbita financeira já são colossais, comuns, e suas técnicas já estão sendo implementadas pelos muitos profissionais da área, que trazem consigo amplas experiências acadêmicas e até mesmo empresariais.

No diapasão do planejamento legal, poucas são as instituições filantrópicas que mergulharam na obstinação de encontrar novos caminhos para a atividade social, senão aqueles ortodoxos ditados pela administração moderna e, por isso, estão sendo desbancadas pelos órgãos fiscalizadores do fisco.

Com o propósito de acalantar luzes aos caminhos das instituições, elencamos abaixo as linhas triviais para a edificação de um planejamento legal.

1ª) Constituição da Instituição Social.

- Antes mesmo de optar por uma vocação social, é necessário que se busque, por

intermédio de pesquisa, como será a sobrevivência dessa, ou seja, quais serão as prováveis fontes de recursos. Para edificar uma obra que não encontrará simpatizantes para colaborar com sua manutenção, ainda que voluntariamente, é melhor não iniciá-la, pois o risco de naufragar é bastante provável.

- Já estando constituída com inúmeras vocações, o caminho deverá ser o mesmo, ou seja, identificar os motivos que estão impedindo ou dificultando a captação de doadores e modificar o estatuto para adequar-se a uma obra financiável.

2ª) Eleição da fonte de sobrevivência

- Quanto mais recursos adentrarem aos caixas da instituição, em tese, será melhor. Essa é a dedução de muitos daqueles que não militam com o social, pois é bom lembrá-los de que, pelas leis da filantropia, quanto maior for a receita, maior terá que ser a oferta de serviços sociais gratuitos, que muitas vezes representam mais do que a própria receita.
- É importante que se faça a eleição das prioritárias fontes de sobrevivência, levando-se em conta o custo para a busca de recursos, sendo ou não nova a obra social.

Para facilitar a escolha, procuramos classificá-las (ver quadro).

Em resumo, é fácil identificar que a busca das certificações públicas descritas na primeira coluna traz incomensurável vantagem em comparação àquelas que não as possuem, porém, o

preço da burocracia e das gratuidades obrigatórias deve ser levado a profunda reflexão.

3ª) Benefícios do reconhecimento do Estado de filantrópica

Não pagar impostos nem contribuições sociais já é grande atrativo para as instituições sociais que possuem ou perseguem tal status, porém, é chegada também a hora de planejar sua ação dentro desse cenário, visando apurar se é ou não vantagem buscar a sobrevivência por meio de benefício fiscal.

As últimas normas regulamentadoras do assunto outorgaram às filantrópicas o direito de agir para manter-se no rol das entidades imunes, ou melhor dizendo, as titulações públicas são outorgadas pela própria instituição, bastando ela atender aos ditames da lei, que irá buscar facilmente seu reconhecimento e, com o planejamento legal aqui recomendado, certamente encontrará as vias mais acessíveis ao comportamento financeiro.

Planejar com a mescla da vocação social, visando fazer gratuidades proporcional à sua receita bruta, sem vinculação com atendimentos aos pacientes do SUS. Não esquecer as vantagens do enquadramento como hospital estratégico.

Ofertar 60% do SUS, e caso não haja teto para pagamento, praticar gratuidades proporcionais à receita bruta.

Por fim, muitas são as opções para a produção do bem. Inovações e criatividade não faltam e jamais faltarão, contudo, o planejamento legal das filantrópicas não poderá, em hipótese alguma, ser desconsiderado ou ignorado, pois, por meio dele, a obra do bem poderá izar o ápice do progresso humano.

SOBRE O AUTOR

Marcos Biasoli. Advogado e assessor jurídico de inúmeras entidades filantrópicas. Mestrado pela PUC/SP, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, pós-graduado pela European University. Foi docente da PUC/SP e da UniFMU/SP na cadeira de Legislação Social.

Assistência Social	Obrigatoriedade de promover 20% da receita bruta em obras sociais gratuitas	Planejar o momento do acolhimento da receita e materializar as gratuidades
Educação	Obrigatoriedade de promover 20% da receita bruta em bolsas de estudo e projetos sociais permanentes	Planejar o incremento das obras assistenciais de menor custo, em vez de investir somente em bolsas de estudo. do acolhimento da receita e materializar as gratuidades
Saúde	Obrigatoriedade de promover 20% da receita bruta em obras sociais gratuitas	Planejar o momento do acolhimento da receita e materializar as gratuidades

W.R.M. Auditoria e Consultoria S/C Ltda

- Auditoria das Demonstrações Financeiras
- Implantação de sistemas de controle interno
- Perícias contábeis;
- Consultoria nos relatórios de prestação de Contas, Balanço Social, e Plano de Ação ;
- Equipe de alto gabarito especializada no Terceiro Setor.

Homepage: www.wrm.ent.br

E-mail: wrm@wrm.ent.br

Rua Paulo Giraldo, 284 - Lins - SP

Fones (014) 523.1260 - 9621.0007

O pagamento do ICMS e os produtos hortifrutícolas

Conforme a decisão do Superior Tribunal de Justiça, as entidades de assistência social que produzem e comercializam produtos hortifrutícolas não são imunes ao ICMS.

Vale esclarecer que o ICMS não é um imposto sobre o patrimônio e nem sobre renda, mas incidente sobre as operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte e comunicação. Observe que sobre a operação de venda de mercadorias não há dispositivo concessivo de imunidade. Ao contrário, toda vez que uma mercadoria é vendida, está se praticando um ato tributável pelo ICMS.

A ministra Laurita Vaz, do STJ, entende que o ICMS incidente sobre os bens de consumo produzidos e comercializados por entidade de assistência social está acrescido no preço final de sua clientela, razão pela qual não há afronta à imunidade traçada no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da CF.

Comissão quer que Ministério da Saúde libere verbas

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), por intermédio da Comissão de Seguridade Social e Família, requereu, em audiência pública realizada no dia 28 de novembro passado, aos representantes do Ministério da Saúde, a pronta liberação de R\$ 350 milhões de recursos retidos no orçamento deste ano para os hospitais universitários.

A Comissão entendeu que a pronta liberação é indispensável para sanar a crise financeira que atinge hoje os 43 hospitais universitários do País, cuja dívida global chega a R\$ 130 milhões. Além disso, o Ministério da Saúde não disponibilizou aos hospitais R\$ 30 milhões dos R\$ 40 milhões referentes à Emenda Constitucional aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família. Diante de tal situação e segundo o deputado Serafim Venzon (PDT/SC), o problema se agrava porque os hospitais acabam utilizando as verbas do SUS, destinadas ao atendimento de pacientes, para pagar profissionais contratados.

Insatisfeitos com o deslinde do problema, o autor do requerimento da audiência pública, o deputado Arnaldo de Sá, anunciou que a Comissão vai pedir ao presidente da Câmara, que interfira com o presidente da República para liberação dos recursos e, nesse mesmo sentido, se pronunciou a Associação Brasileira de Hospitais Universitários.

Notória, portanto, a ausência estatal no comprometimento com a destinação do dinheiro público, fazendo falta (e muito) à sociedade brasileira.

FONTE:
MARCOS BIASIOLI / EDSON RODRIGUES DE SOUSA JÚNIOR
INTEGRANTES DA M. BIASIOLI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
WWW.MBIASOLI.COM.BR - ADVOCACIA@MBIASOLI.COM.BR

Lei institui programa adote seu quarteirão

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, decretou, em 22 de novembro, a Lei nº 13.454 que cria o Programa Adote Seu Quarteirão.

A legislação, que institui o programa no Município de São Paulo, está vinculada a projetos relacionados à área da saúde profilática e curativa no combate à dengue e tem, por objetivo, um engajamento da mobilização social, somado às iniciativas públicas, caracterizadas por ações técnicas, informativas, educativas e avaliações científicas de combate à dengue.

Filantrópica renova Ceas mesmo sem aplicar 20% de sua renda

Cabe esclarecer, em primeira incursão, que as instituições reconhecidas como sendo de utilidade pública federal e detentoras do certificado de filantropia obtido à época do Decreto Lei nº 1.572/77 têm o direito de renovar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) mesmo que não comprovem a aplicação dos 20% da renda bruta exigida por Lei. Importante mencionar que o Ceas, expedido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, isenta as instituições de contribuírem para a Seguridade Social.

Ocorre que o Colégio Providência, em Mariana/MG, foi fiscalizado por um auditor da Previdência Social, que constatou que a entidade não teria atingido o mínimo de 20% de sua renda bruta para financiamento das atividades não-onerosas e, devido à suposta irregularidade, seu certificado foi cassado.

Inconformada com a decisão, impetrou um Mandado de Segurança no STF, sob nº 2002/0060141-1, contra o ato da Autoridade Coatora, alegando ter direito adquirido à expedição do Ceas, uma vez que o percentual de 20% não é obrigatório para as entidades reconhecidas como de utilidade pública federal e detentoras do Certificado de Filantropia, bastando o cumprimento da exigência de não remunerar a direção do Colégio (nova redação do artigo 14 do Código Tributário Nacional, alterado pela LC 104/2001).

Em 13 de novembro passado, após concessão da liminar em 17 de junho de 2002, a seção, por unanimidade, concedeu segurança ao remédio jurídico, frisando a relatora em seu voto que a CF/88 determina que são isentas de contribuir para Seguridade Social as instituições beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei (entenda-se a lei em vigor à época dos fatos, sendo mais precisamente a Lei nº 3.577), acolhendo, portanto, a tese da impetrante.

Ocorre que o Decreto de nº 1.572/77, que revogou a Lei 3.577, não atingiu as instituições que tinham sido reconhecidas como de utilidade pública pelo Governo Federal e nem aquelas que tinham o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos com validade por prazo indeterminado, fundamentando sua decisão no instituto do direito adquirido constitucionalmente protegido.

Projeto regulamenta concessão de bolsas de estudo

A senadora Maria do Carmo (PFL/SE) aprovou, na forma de substitutivo, o Projeto de Lei que estabelece que será considerado carente todo o estudante cuja renda familiar estiver abaixo do limite de isenção do Imposto de Renda, e que regulamenta a concessão de bolsas de estudos com recursos públicos no âmbito do ensino fundamental e médio para esses estudantes.

O Projeto ainda regulamenta o inciso I do artigo 223 do Texto Constitucional, aprovado pelo plenário no dia 28 de novembro passado, segundo o qual, serão concedidas bolsas para alunos carentes em instituições de ensino comunitárias, confessionais e filantrópicas, mantidas pela iniciativa privada, sempre que houver déficit de vagas em escolas públicas.

Como seu texto foi modificado no Senado, o Projeto agora terá de ser novamente encaminhado à Câmara dos Deputados, onde será submetido a uma nova votação. Apesar disso, vislumbra-se, ainda que timidamente, a possibilidade de 100% dos brasileiros efetivamente cursarem seus estudos até o ensino médio, como forma de garantir o direito constitucional.

Novo Código Civil brasileiro restringe a criação de fundações

Depois de 17 anos de tramitação no Congresso, o novo Código Civil brasileiro entra em vigor neste janeiro de 2003, substituindo o anterior, de 1916, e restringe a criação de fundações a apenas quatro áreas: para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Também determina que as associações poderão ser constituídas apenas para fins não-econômicos.

Na Edição nº 03 da Revista Filantropia, há um artigo referindo-se às mudanças nas filantrópicas sob o novo código civil. Confira!

Decreto aborda critérios de hospitais estratégicos

Decreto nº 4.481, de 22-11-2002 dispõe sobre os critérios para definição dos hospitais estratégicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências

Leia na íntegra o decreto assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

25/11/02

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso IV, da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

Decreta:

Art. 1º São definidos como hospitais estratégicos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, aqueles que preenchem, pelo menos, uma das condições abaixo relacionadas:

- I - ser hospital-geral que preste serviços ao SUS em todas as áreas assistenciais de que disponha e que comprove, anualmente, a prestação de serviços ao SUS, medida por paciente-dia, no percentual mínimo de trinta por cento, nos sistemas de alta complexidade que integrem pelo menos quatro grupos constantes do art. 2º deste Decreto, sendo um deles, obrigatoriamente, de realização de transplantes de órgãos;
 - II - ser hospital-geral que disponha de pelo menos dois programas de ensino na área da saúde em nível de pós-graduação, reconhecidos pelo Ministério da Educação, desenvolva atividades de pesquisa na área da saúde, e que comprove, anualmente, a prestação de serviços ao SUS, medida por paciente-dia, no percentual mínimo de trinta por cento, nos sistemas de alta complexidade que integrem pelo menos três grupos constantes do art. 2º deste Decreto;
 - III - ser hospital especializado que disponha de pelo menos um programa de ensino na área da saúde em nível de pós-graduação, reconhecido pelo Ministério da Educação, desenvolva atividades de pesquisa na área da saúde, e que comprove, anualmente, a prestação de serviços ao SUS em alta complexidade, medida por paciente-dia, no percentual mínimo de trinta por cento no sistema da sua especialidade;
 - IV - ser hospital-geral ou especializado que preste serviço ao SUS em todas as áreas assistenciais de que disponha, medido por paciente-dia, no percentual mínimo de trinta por cento, e que comprove o enquadramento no Sistema Estadual de Referência Hospitalar para Atendimento à Urgência e Emergência ou Gestação de Alto Risco;
 - V - ser hospital-geral ou especializado que disponha de pelo menos um programa de ensino na área da saúde em nível de pós-graduação, reconhecido pelo Ministério da Educação, desenvolva atividades de pesquisa em uma das áreas abaixo identificadas, que preste serviço ao SUS, em todas as áreas assistenciais de que disponha, medido por paciente-dia, no mínimo de trinta por cento, e que seja reconhecido pelo Ministério da Saúde como centro de referência em uma das seguintes áreas:
 - a) pesquisa, diagnóstico e tratamento da tuberculose;
 - b) pesquisa, diagnóstico e tratamento da hanseníase; ou
 - c) pesquisa, diagnóstico e tratamento da AIDS;
 - VI - ser hospital-geral que disponha de pelo menos um programa de ensino na área da saúde em nível de pós-graduação, reconhecido pelo Ministério da Educação, desenvolva atividades de pesquisa na área da saúde, preste serviço ao SUS, medido por paciente-dia, no percentual mínimo de trinta por cento, e que execute ações estratégicas na área da saúde, de interesse do gestor de sua jurisdição, devidamente formalizado, em termo de acordo, e homologado pelo Ministério da Saúde.
- § 1º No caso de hospitais beneficentes, havendo impossibilidade, declarada pelo gestor local do SUS, na contratação dos serviços de saúde da instituição nos percentuais mínimos estabelecidos nos incisos

deste artigo, as entidades deverão completar o referido quantitativo das internações, medido por paciente-dia, com assistência gratuita devidamente informada por meio de Comunicação de Internação Hospitalar - CIH, não financiados pelo SUS ou qualquer outra fonte.

§ 2º Para fins de comprovação da prestação de serviços em alta complexidade, medida por paciente-dia, a entidade poderá considerar atendimentos em outros níveis de complexidade prestados àqueles pacientes, desde que decorrentes do vínculo inicial objeto do atendimento no sistema de Alta Complexidade em que se encontra credenciado.

Art. 2º Os sistemas de alta complexidade de que trata o art. 1º são regulamentados pelo Ministério da Saúde e, para fins deste Decreto, são agrupados como segue:

Grupo I - assistência cardiovascular de alta complexidade de nível I ou II ou cirurgia endovascular de alta complexidade nível I ou II;

Grupo II - oncologia de tipo I, II ou III;

Grupo III - assistência a queimados;

Grupo IV - cirurgia bariátrica;

Grupo V - tratamento das lesões lábio palatais e implante coclear;

Grupo VI - neurocirurgia de nível I, II ou III ou tratamento cirúrgico de epilepsia;

Grupo VII - ortopedia de alta complexidade (em ombro, coluna, joelho, quadril, mão ou tumor ósseo);

Grupo VIII - transplante de rim, rim e pâncreas ou pâncreas;

Grupo IX - transplante de coração, fígado ou pulmão;

Grupo X - transplante de medula óssea.

§ 1º A assistência prestada nos sistemas de alta complexidade de que trata o caput deste artigo deve compreender, além daquela hospitalar, o acompanhamento ambulatorial dos pacientes.

§ 2º No caso de prestação de serviços nos Grupos II e X, o percentual mínimo exigido de prestação de serviços ao SUS, também medida por paciente-dia, é reduzido para vinte por cento.

Art. 3º O hospital que se enquadrar nos critérios definidos no art. 1º deste Decreto será declarado, em ato do Ministro de Estado da Saúde, como hospital estratégico.

§ 1º A declaração de que trata o caput terá validade de um ano a contar de sua publicação, renovável, automaticamente, por igual período, desde que verificada a plena observância pelo hospital do disposto neste Decreto.

§ 2º A verificação do cumprimento dos critérios estabelecidos no art. 1º deste Decreto será efetivada, para fins de enquadramento da instituição de saúde como hospital estratégico, com base nas informações de cada hospital, disponíveis no cadastro do Ministério da Saúde.

§ 3º O Ministério da Saúde, pela sua Secretaria de Assistência à Saúde, poderá, a qualquer tempo, proceder à avaliação dos serviços, por intermédio de informações do gestor correspondente, inclusive mediante a verificação no local, com vistas ao cumprimento das exigências previstas neste Decreto.

§ 4º O Ministério da Saúde, com base no § 3º, tendo constatado o descumprimento das exigências previstas neste Decreto, que descaracterize a condição de hospital estratégico, adotará as providências cabíveis, conforme o caso, para a anulação ou revogação do ato declaratório.

§ 5º No caso do descumprimento das exigências, por parte do hospital beneficente, o Ministério da Saúde também notificará o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 4º Observado o disposto nos 1º e 2º do art. 199 da Constituição Federal, os hospitais enquadrados como estratégicos terão prioridade no estabelecimento de parcerias, contratos, convênios, acordos técnicos e operacionais, financiamentos e outras medidas ou atividades voltadas para o incremento ou o aperfeiçoamento da capacidade assistencial do SUS.

Parágrafo único. O hospital beneficente que tenha sido declarado como estratégico em função do atendimento das condições estabelecidas no art. 1º deste Decreto somente fará jus ao recebimento do Programa Nacional de Incentivo à Parceria entre os Hospitais Benéficos sem fins Lucrativos com o Sistema Único de Saúde - INTEGRASUS, nos termos do regulamento próprio do Ministério da Saúde, se, adicionalmente ao estabelecido neste Decreto, prestar serviço ao SUS em todas as áreas assistenciais de que disponha, medido por paciente-dia, no percentual mínimo de sessenta por cento.

Art. 5º A instituição de saúde que venha a ser declarada pelo Ministério da Saúde, até 31 de dezembro de 2002, como hospital estratégico nos termos deste Decreto e que no período de 1998 a 2001 não tenha, exclusivamente, atingido o percentual de que trata o 4º do art. 3º do Decreto no 2.536, de 6 de abril de 1998, poderá ter seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS concedido ou renovado, mediante a comprovação, atestada pelo gestor de saúde local, de ter, nesse período, disponibilizado a ele a prestação de serviços ao SUS e realizado, efetivamente, serviços para o SUS ou serviços gratuitos relevantes para o Município ou para o Estado.

§ 1º Exclusivamente para a situação de que trata este artigo, o prazo de sessenta dias previsto no parágrafo único do art. 1º do Decreto no 4.327, de 8 de agosto de 2002, será contado a partir do dia 1º de janeiro de 2003.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as demais disposições constantes do Decreto no 4.327, de 2002.

Art. 6º O Ministério da Saúde, quando julgar necessário, avaliará a situação cadastral dos hospitais e o cumprimento dos critérios estabelecidos por este Decreto, procedendo ao enquadramento das instituições hospitalares, quando couber, como hospital estratégico para o SUS.

Art. 7º Para manter o enquadramento como hospitais estratégicos para o SUS, além das obrigações previstas neste Decreto, os hospitais, independentemente de sua natureza, deverão informar ao Ministério da Saúde, por meio de CIH, a totalidade das internações realizadas para os pacientes não usuários do SUS.

Art. 8º O hospital que não seja prestador de serviços ao SUS nas condições estabelecidas ou não conste do seu cadastro e que pretender habilitar-se como hospital estratégico deverá apresentar à Secretaria de Assistência à Saúde, até o dia 15 de dezembro de 2002, projeto de adequação do hospital, e respectivo cronograma de implementação em até um ano, contado da data de publicação deste Decreto, para sua habilitação aos sistemas de alta complexidade em que se dispõe a prestar serviços, acompanhado de documento fornecido pelo gestor correspondente do SUS, no qual assume o compromisso de contratação desses serviços de acordo com sua necessidade e capacidade de financiamento.

Parágrafo único. O hospital que cumprir as condições estabelecidas neste artigo receberá declaração de hospital estratégico, no primeiro ano, em caráter provisório, devendo, vencido esse prazo, para manter o reconhecimento, cumprir o disposto neste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Barjas Negri

José Cechin

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.11.20

Direito de trabalhar

Leis garantem trabalho e outros direitos aos portadores de deficiência física ou mental. Só falta viabilizar essa distância entre eles e o mercado de trabalho.

Por

KAREN DAL SANTO

No atual momento em que a observância dos direitos humanos se mostra imprescindível ao norteamento das ações da sociedade, consolidada-se a luta pela integração plena das pessoas portadoras de deficiência na comunidade e a preocupação com a proteção dos direitos do deficiente físico. Diga-se “proteção dos direitos da pessoa portadora de deficiência”, e não “proteção à pessoa portadora de deficiência”, justamente buscando desvincular o reconhecimento dos direitos da pessoa portadora de deficiência do caráter assistencialista, o que sempre foi predominante.

Existe uma necessidade, embora ainda somente discutida por órgãos e profissionais ligados a esse setor, de ver respeitada a inclusão social do deficiente, especificamente nas questões relativas ao mercado de trabalho. Quer mental, quer físico, essa pessoa tem direito ao trabalho, como qualquer indivíduo. Nesse direito está compreendido o da própria subsistência, forma de afirmação social e pessoal do exercício da dignidade humana.

Os portadores de deficiência capazes de realizar trabalhos produtivos devem ter direito

“A igualdade de oportunidade é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade torna-se acessível a todos”

ao emprego, como qualquer outro trabalhador, em uma sociedade em que haja condições para que eles sejam capazes de se tornar seres humanos autoconfiantes e realizados, em vez de isolados, esquecidos e dependentes.

A partir da década de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) e vários outros organismos internacionais passaram a acolher e a dar andamento a pedidos para tratar dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. No início, fixaram-se direitos. Mais tarde, surgiram os programas de ação. O artigo 12 do Programa de Ação Mundial para as pessoas portadoras de deficiência, aprovado pela ONU em 1982, diz o seguinte: “A igualdade de oportunidade é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade – o meio físico, cultural, a habitação, o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, inclusive as instalações esportivas e de lazer – torna-se acessível a todos”.

Há várias garantias de proteção à pessoa portadora de deficiência, baseadas no princípio de que os portadores de deficiências são membros da sociedade e têm o direito de permanecer nas comunidades e ali receber educação, saúde e emprego, como os demais habitantes.

O Brasil possui uma abrangência legal das mais abrangentes do mundo tratando dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. A proteção constitucional é visível e cria grande número de obrigações nos seus vários artigos

que versam sobre o assunto, como o artigo 7º, XXXI (proibição de discriminação dos salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência) e o artigo 23, II (atribui à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a responsabilidade de cuidar da saúde, da assistência pública, da proteção e da garantia das pessoas portadoras de deficiência).

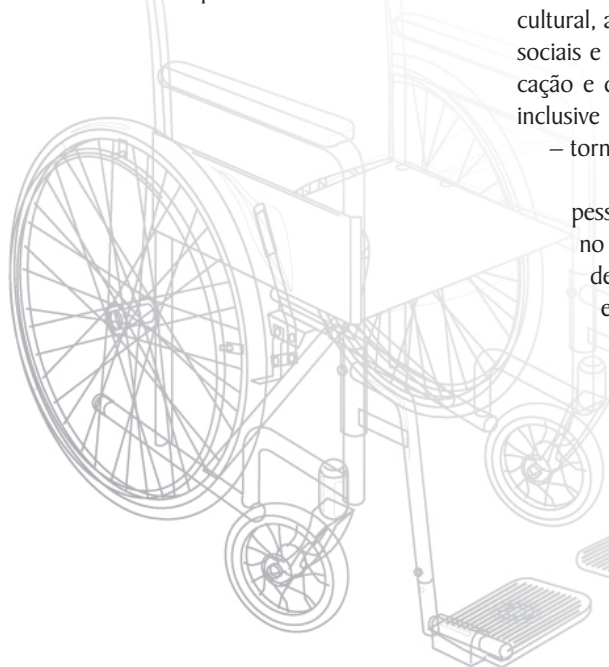
Além deles, há ainda o artigo 24, XIV (atribuição à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal de legislar sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência), artigo 37, VIII (percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência) e o artigo 203, IV (assistência social, independente de contribuição, para habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência), entre vários outros. Isso sem contar as garantias trazidas nas constituições estaduais, a proteção civil, a proteção previdenciária, a proteção trabalhista, entre tantas outras.

O que se deve questionar, portanto, não é a eficácia das Declarações de Direitos Humanos, as demais declarações, normas, programas, garantias e proteções trazidas nas diversas leis ao portador de deficiência. A grande dificuldade é passar das garantias para a realidade.

Proteção trabalhista

A Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹ conceitua a pessoa portadora de deficiência como todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir nele fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente reconhecida.

Quanto à proteção trabalhista, no Brasil, além das garantias constitucionais que protegem e garantem os direitos trabalhistas das pessoas portadoras de deficiência, há uma vasta legislação que discorre sobre o assunto. Aos interessados, um ótimo subsídio é a coletânea “Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência”



do CEAPPD – Conselho Estadual para assuntos da pessoa portadora de deficiência.

No âmbito da Legislação Ordinária, o Brasil revela o seu claro propósito de apoiar a inserção dos portadores de deficiência no mercado de trabalho. A Lei 7.853/89 detalhou os direitos das pessoas portadoras de deficiência e criou a Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Corde), atribuindo ao Poder Público a tarefa de assegurar aos deficientes o pleno exercício de seus direitos básicos, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer etc. O inciso II do mesmo artigo prevê a promulgação de outra lei com o objetivo de criar e assegurar uma reserva de mercado em toda economia brasileira.

A Lei 8.213/91 estabeleceu cotas compulsórias a serem respeitadas pelos empregadores na admissão e demissão de portadores de deficiência. Segundo o seu artigo 93, as empresas do setor privado com mais de cem empregados devem obedecer a cotas legais para contratar portadores de deficiência habilitados.

Já no setor público, encontramos essa reserva na Constituição Federal², impondo o percentual de vagas de até 5% (no Estado de São Paulo).

Sem preconceitos

Ao se tratar da questão do emprego para o portador de deficiência, devemos buscar uma atividade econômica rentável, que corresponda não tanto às deficiências do candidato, mas às suas aptidões e ao seu potencial. E exatamente por isso, etapa não menos importante e, talvez, até a mais significativa, é a preparação para o trabalho. Essa preparação visa a sondagem de aptidões, a oferta de informações sobre o mundo do trabalho e a aquisição de hábitos e de atitudes para o trabalho.

É nessa importante etapa que entra o trabalho das instituições de educação especial, que vêm buscando uma postura mais decisiva em relação a essa missão de prover educação profissional aos seus aprendizes, a fim de que eles possam competir no mercado de trabalho. São muitos os exemplos de sucesso profissional alcançado por pessoas com deficiências que passaram por instituições especializadas. Mas é preciso reconhecer que muitos ainda têm permanecido, grande parte de sua vida, nessas instituições, sem nenhuma perspectiva de realização profissional no mercado de trabalho.

Quando uma pessoa, seja ela portadora de deficiência ou não, é qualificada profissionalmente e tem respeitadas as suas necessidades, aptidões, aspirações e capacidade, independen-

temente do lugar onde essa pessoa foi qualificada, o emprego certo lhe trará satisfação, melhorando assim seu desempenho pessoal, profissional e social

Em termos de habilidades, uma pessoa portadora de deficiência pode se tornar um excelente empregado. Como frequentemente são excluídas do mercado de trabalho, as pessoas com deficiência valorizam e preservam a condição de estarem empregadas mais do que os trabalhadores não-deficientes, considerando seus empregos mais desafiadores e interessantes do que os outros empregados.

O estigma da deficiência acaba por passar a falsa idéia de que todos os deficientes são iguais e o resultado é que, mesmo habilitados a exercer uma profissão que seja compatível com a sua deficiência, esbarram em objeções que lhes impedem o ingresso no mercado de trabalho.

A presença, no espaço público, das entidades de pessoas portadoras de deficiência é uma garantia para se obter melhor condição de vida para seus associados e todos que portam uma deficiência. A eficácia das normas jurídicas, inclusive, dependerá da forma como agirão tais entidades.

O que se faz necessário é a conscientização da sociedade, das entidades, do Poder Público para a correta aplicação das regras existentes, para que não exista qualquer tipo de discriminação. É preciso viabilizar a distância que existe entre as leis e o real cumprimento delas, estabelecendo políticas públicas que criem condições favoráveis para empresas e empregadores aceitarem a participação dos portadores de deficiência. Isso faz parte da responsabilidade dos cidadãos que vivem na mesma sociedade. 

SOBRE O AUTOR

Karen Dal Santo. Bacharel em Direito pela Uniaerp - Universidade de Ribeirão Preto/SP. Funcionária da Associação de Pais e Amigos - Apae - de Monte Alto/SP.

1. Nº 159 de 1983, retificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 51, de 28 de agosto de 1989, artigo 11.

2. Artigo 37, VIII, Lei 8.112/90, artigo 5º, §2º (específica para os órgãos civis da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais), Lei Complementar nº 683/92, artigo 1º.

Diga-se “proteção dos direitos da pessoa portadora de deficiência”, e não “proteção à pessoa portadora de deficiência”





SOMED CONTABILIDADE ESPECIALIZADA S/C LTDA

23 anos de atividades profissionais atendendo instituições voltadas à Medicina e ao Terceiro Setor

Associações
Centros de Estudos
Institutos
Fundações

Aberturas, Consultoria Contábil, Fiscal, Tributária, Trabalhista, Imposto de Renda e Prestação de Contas Governamentais

Rua Botucatu, 430 - Vl. Clementino - CEP 04023-061 - SP
Tel/Fax: (11) 5572-2911 - E-mail: somed@somed.srv.br
Site: www.somed.srv.br

PROFISSIONALIZAÇÃO

São Paulo

Quem quer se especializar em Terceiro Setor com direito a diploma de graduação, pós ou MBA já não pode reclamar da falta de opções. Muitas universidades e faculdades brasileiras, atentas ao crescimento do segmento e à demanda por especialização e profissionalização, oferecem cursos para quem trabalha ou quer trabalhar em ONGs, institutos ou fundações. Tem opções para todos os gostos e bolsos. Seleccionamos alguns dos principais cursos das maiores faculdades e universidades nacionais, mas a matéria não esgota o assunto e traz uma relação de boa parte dos cursos oferecidos nas principais faculdades do País ao final da reportagem.

Por
FRANCINE MENDONÇA

A Universidade Anhembi Morumbi inicia, em 2003, o curso sequencial **Gestão do Terceiro Setor**, que dura dois anos e visa formar profissionais com as competências básicas de administração e qualificação específica nos princípios e nas práticas de gestão de organizações do Terceiro Setor. Cláudio Antônio Pinheiro, responsável pela montagem do projeto pedagógico, afirma que o número cada vez maior de empresas que estão desenvolvendo ações de responsabilidade empresarial aumenta a demanda por profissionais especializados e a especialização do Terceiro Setor se torna necessária para garantir a eficácia dos trabalhos sociais. "A tendência do Terceiro Setor é se especializar e se

Anhembi Morumbi

www.anhembi.br

As opções de pós-graduação são muitas. Em graduação, porém, a oferta não é tão generosa. Ao entrar em contato com as principais faculdades e universidades do país e receber o retorno de algumas, a reportagem descobriu apenas um curso universitário com formação específica para Terceiro Setor. O Centro Universitário Nove de Julho (Uninove), de São Paulo, que oferecerá, a partir de 2003, o curso de graduação em **Tecnologia em Gestão de Organizações do Terceiro Setor**, com o objetivo de preparar profissionais para atuar no voluntariado, na captação de recursos, na elaboração de projetos, na responsabilidade social, no desenvolvimento local integrado

Uninove

www.uninove.br



"As organizações sentiram a carência de especialização e aderiram à profissionalização de suas áreas de gestão"

Luiz Carlos Merege, coordenador do Centro de Estudos do Terceiro Setor (Cets-FGV)

Especialização e em 32

O Mackenzie também tem uma pós em **Gestão de Organizações do Terceiro Setor** no Centro de Cultura e Extensão da Faculdade de Filosofia e Educação da faculdade. O coordenador do curso, Carlos Roberto do Prado, acredita que as faculdades e universidades, na maioria, formam os profissionais para atuar no Primeiro e Segundo setores, só recentemente foram incluídas disciplinas do Terceiro Setor. "Quem vem dos setores privado ou público e quer aplicar o que fez no Terceiro Setor não consegue porque é uma área muito ágil, precisa de adequações aos processos e planejamentos aplicados nos outros setores", afirma.

O caminho ideal é adquirir novos conhecimentos nos novos cursos de pós, porque as formas de trabalho do Primeiro ou do Segundo setores podem emperrar o Terceiro, que trabalha com parceiros e tem mais autonomia", prossegue Prado. Para ele, muitos executivos buscam em ONGs, institutos e fundações maior qualidade de vida e realização profissional e por isso o Terceiro Setor tem demanda, espaço a ocupar e vai crescer muito ainda. "As faculdades têm sentido a procura por especialização". O curso começou em 2001,

Mackenzie

www.mackenzie.br

A Faculdade Renascença oferece o curso **Administração do Terceiro Setor e o Trabalho Voluntário** para capacitar profissionais na administração de organizações do Terceiro Setor na implantação e na gestão do trabalho voluntário nas ONGs. Voltado a profissionais com formação superior que trabalhem ou que pretendam trabalhar no Terceiro Setor ou em empresas que desenvolvam projetos de caráter social, é realizado em parceria com o Núcleo de Estudos em Administração do Terceiro Setor (Neats) da PUC/SP, no qual são oferecidos encontros mensais para discussão de temas relevantes

Fac. Renascença

[\(11\) 3311-0778](tel:(11)3311-0778) ou [\(11\) 3824-0788](tel:(11)3824-0788).

Para quem não pode perder tempo, a Universidade Ibero Americana (Unibero) oferece o curso superior de formação específica com dois anos de duração **Gestão do Terceiro Setor**. O site da instituição educacional informa que dados de algumas organizações do Terceiro Setor revelam que, no Brasil, existem 220 mil instituições sem fins lucrativos que abrigam um contingente de 12 milhões de voluntários e que grande parte dessas organizações mantém estruturas administrativas complexas, que movimentam recursos financeiros de monta e que devem ser geridos de modo eficaz. Cada vez mais há a necessidade de profissionais que, além de valores sociais, tenham competência e habilidade para administrar as instituições com essas características.

O mercado para profissionais interessados em atuar no Terceiro Setor abrange organizações não-governamentais, implantação de projetos sociais em empresas e em institutos e fundações, mantidos por outras instituições públicas ou privadas nas áreas meio ambiente, educação, cultura, saúde e desenvolvimento comunitário. O diferencial do curso é o enfoque prático voltado para obtenção de resultados e a realização em parceria com ONGs. Algumas matérias de destaque são Economia do Terceiro Setor, Contabilidade Social, Marketing Social, Balanço Social e Estágio Supervisionado.

Unibero
www.unibero.br

A palavra da moda é... MBA. Se a intenção for um bom nome no currículo e houver dinheiro que pague a grife da faculdade, uma boa opção é o curso de **MBA em Gestão e Empreendedorismo Social da USP**, voltado para profissionais e dirigentes que atuam no campo social, na gestão de empresas, organizações sociais e públicas. O curso começa em março de 2003, com promoção da Fundação Instituto de Administração e conta com a parceria internacional da Harvard University e de outras cinco instituições latino-americanas. A gerente do projeto, Cristina Fedato, explica que a proposta do curso está fundamentada na expansão do Terceiro Setor no país e no crescimento das ações empresariais de responsabilidade social nos últimos anos. "Esses dois fatores têm gerado uma crescente demanda por cursos de pós-graduação que atendam às necessidades técnicas e gerenciais dos responsáveis pela atuação social de empresas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil".

Durante um ano, os alunos terão aulas sobre os fundamentos da Administração para Gestão, Empreendedorismo Social, Políticas e Práticas do Empreendedorismo Social, Terceiro Setor e a Gestão de Organizações da Sociedade Civil, Atuação Empresarial e as Alianças Estratégicas Intersetoriais. O foco do curso é a atuação social com uma visão intersetorial, porque nenhum setor caminhará isoladamente. Um dos objetivos do curso é oferecer elementos para que os participantes desenvolvam um projeto de transformação social - compatível com sua experiência profissional - a ser implementado em sua empresa ou organização de origem.

Fea/USP

@ mba_social@fia.fea.usp.br
www.fia.com.br/mba.

Profissionalização Setor

Mais acessível

Se o seu bolso não permite tanto, a USP também oferece o curso de **Responsabilidade Social e Terceiro Setor**, que tem como objetivos disseminar conhecimento teórico e prático sobre a atuação social de empresas, Responsabilidade Social e Terceiro Setor, além de difundir conceitos, aspectos jurídicos e modelos de cooperação entre empresas e organizações da sociedade civil.

O curso é direcionado para profissionais, lideranças e dirigentes que atuam no campo social, na gestão de empresas, organizações sociais e organizações públicas, estudantes ou profissionais interessados no tema e em ingressar no Terceiro Setor. O programa inclui aulas expositivas, palestras, depoimentos, estudos de casos, simulações, estudo dirigido à distância, visitas e atividades externas.

USP/Ceats

(11) 3733-1193
ceats_cursos@fia.fea.usp.br

Outra faculdade com cursos de currículo específico em Terceiro Setor é a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), com o curso de **pós-graduação em Responsabilidade Empresarial**, que tem gerado inúmeras implicações no cenário empresarial, porque a percepção do tema, felizmente, evoluiu de uma ação social pontual para um cenário bem mais complexo, relacionado à expressão da identidade das organizações com os seus diferentes públicos. A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) vem preparando a base para a criação de um novo ambiente de gestão nas empresas, compatível com mercados cada vez mais globalizados e, na prática, isso cria inúmeras oportunidades para os negócios e diferenciação.

A metodologia e o conteúdo do programa são resultado de uma parceria entre a ESPM e a AMCE Negócios Sustentáveis Ltda, com base em referenciais de instituições nacionais e internacionais que se dedicam à pesquisa e desenvolvimento de conteúdos, processos e instrumentos de gestão sustentáveis e socialmente responsáveis. São estudados os temas desenvolvimento sustentável, gestão da sustentabilidade e da responsabilidade corporativa, incorporação de RSE à cultura organizacional, investimento social privado, voluntariado corporativo, relatório anual de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial. Tudo isso em 90 horas de aula.

ESPM

(11) 5085-4600
centralinfo@espm.br

Rio de Janeiro

Não só em São Paulo há boas opções para profissionalizar e especializar os profissionais de ONGs, institutos e fundações. No Rio de Janeiro, a Universidade Castelo Branco, oferece **pós-graduação lato sensu de Gestão Social**, que visa a desenvolver a gestão social no gerenciamento de organizações, programas e projetos sociais e instrumentar para funções gerenciais de planejamento, organização, direção e controle de ações no campo social. O programa é voltado para profissionais graduados nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e tem 390 horas de aula. Algumas matérias interessantes são Empreendedorismo, Arquitetura Organizacional de Projetos Sociais e Gestão Social de Recursos Financeiros e Materiais.

Universidade Castelo Branco

 www.castelobranco.br
(21) 2406-7700.

Maior demanda

A FGV tem, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, especialização **lato sensu em Terceiro Setor**, de 360 horas. O programa, dividido em três módulos, trata de sustentabilidade, aspectos organizacionais e institucionais, valores, princípios e administração para organizações do Terceiro Setor. Com duração de um ano e três meses, o curso já está sendo realizado no Rio de Janeiro e iniciará em São Paulo e em Santo André no próximo ano. Luiz Carlos Mereg, coordenador do Centro de Estudos do Terceiro Setor (Cets), explica que essa pós foi criada em função de ter ocorrido uma procura muito grande pelos ex-alunos do curso intensivo de 52 horas de administração do Terceiro Setor.

"Em 1994, o Cets começou e, em 1995, iniciamos o curso intensivo. Sempre tivemos uma procura muito grande, 100 interessados para 40 vagas. Nos últimos anos, porém, cada vez mais os profissionais procuram especialização. Também as organizações sentiram essa carência e aderiram à profissionalização de suas áreas de gestão", diz Mereg. O Cets oferece quatro cursos: o intensivo, princípios de gestão, captação de recursos em parceria com a Universidade de Indiana e princípios e práticas **FGV** de responsabilidade social nas empresas.

 www.fgv.br/revista

A PUC de Campinas disponibiliza a pós de **especialização em Gestão Participativa e Cidadania** para aprimorar a habilitação profissional e de pesquisa nas áreas das Ciências Humanas, estabelecer condições para uma educação continuada e análise crítica sobre as principais transformações sociais e culturais contemporâneas, com ênfase para a realidade brasileira e para a importância que a questão dos direitos sociais e cidadania tem assumido na contemporaneidade. O programa faz com que profissionais consigam criar projetos relativos aos múltiplos desafios colocados pelas novas formas de organizações sociais que caracterizam a sociedade contemporânea e é realizado por Educação a Distância Mediada por Computador (EDMC). O aluno comparece a 1/3 das aulas, apro-

Outra boa opção no Rio de Janeiro é a **pós-graduação lato sensu Serviço Social e Gestão de Políticas Sociais** da Universidade Federal Fluminense, que visa a aprofundar, ampliar, diversificar e fortalecer as pesquisas que são desenvolvidas em serviço social e devem resultar no futuro na criação de um programa de pós-graduação strictu sensu, em parceria com as iniciativas pública e privada prestadoras de serviços sociais. Assistentes sociais e outros profissionais de áreas afins fazem parte dos alunos. O curso tem

UFF

 (21) 2719-1165
 cpgess@vm.uff.br

Na mesma cidade, as Faculdades Integradas Bennett disponibilizam o **MBA Gestão para Organizações do Terceiro Setor**, pós-graduação do tipo lato sensu, que tem como objetivo capacitar os participantes nos conceitos fundamentais de gestão das organizações do Terceiro Setor, proporcionando a essas entidades crescimento sustentado e cumprimento dos seus objetivos sociais. É voltado a profissionais que atuam ou pretendem atuar em ONGs, fundações, institutos, associações civis, clubes recreativos e esportivos, cooperativas e agências financeiras, empresários, administradores de empresas públicas ou privadas. São abordados nas aulas temas como

Fac. Int. Bennett

 (21) 2557-1001
ramal 152
 nppg@bennett.br

A Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem uma **pós-graduação em Gestão de Iniciativas Sociais** do tipo lato sensu.

Coppe

 (21) 2562.8294
 gis@pep.ufrj.br
 www.coppe.ufrj.br

ximadamente uma vez por mês, e acompanha as demais aulas através da Internet.

Profissionais envolvidos com a gestão pública, com organizações não-governamentais, com projetos empresariais de responsabilidade social e que necessitam aprofundar o conhecimento da realidade brasileira dos direitos sociais e a cidadania (como, por exemplo, assistentes sociais, filósofos, animadores culturais, jornalistas, técnicos em planejamento e profissionais em gerenciamento) são o público-alvo deste curso. As inscrições vão até 10 de janeiro de 2003 e custam R\$ 25.

Puc - Campinas

 (19) 3756-7237
 fcs@puc-campinas.edu.br

Pela Internet

O Centro do Voluntariado de São Paulo (CVSP) e a Universidade Anhembi Morumbi abrem inscrições para a quarta turma do **curso Gerenciamento de Voluntários**, oferecido pela internet, que prepara as organizações sociais para identificar a necessidade do trabalho voluntário, recrutar, organizar e gerenciar com qualidade seus voluntários. Lançado em maio de 2002, o web curso é a versão virtual de um curso que o CVSP oferece desde outubro de 1999 e que já formou 407 alunos. O curso tem duração de seis semanas. É ministrado por meio de atividades individuais e em grupo, em turmas de, no máximo, 45 alunos e acontece entre os dias 20 de janeiro e 27 de março de 2003.

Anhembi Morumbi

 (11) 3841 9660
3847-3035
e 3266-5477
 www.anhembi.br/ei



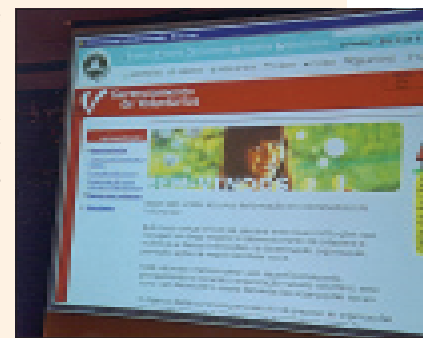
CALCONT ASSESSORIA
CONTABIL E FINANCEIRA S/C LTDA.

Especializados na área filantrópica e sem fins lucrativos.

Assessoria e Consultoria Contábil

- Serviços
- Contabilidade
- Contabilidade de Custos
- Orçamentos
- Consultoria
- Assessoria Fiscal
- Recursos Humanos
- Relatórios Gerenciais

Rua Conselheiro Cotegipe, 98 - Belenzinho - CEP 03059-000
São Paulo - SP
Tel.: (11) 291-1069 Fax: (11) 6698-0047
E-mail: cal.cont@terra.com.br
Site: www.calcont.com.br



Outros Estados



"A especialização dá caminhos, mostra como criar novas ONGs, dá uma visão mais ampla e

bastante segurança para a pessoa"

Carlos Henrique Schettino, coordenador do curso Gestão do Terceiro Setor do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas

Em Belo Horizonte, a PUC Minas oferece, no programa de pós-graduação do tipo *latu sensu*, o curso **Elaboração e Gestão de Projetos Internacionais**, com ênfase no Terceiro Setor, que capacita os participantes para a elaboração, negociação, gestão e avaliação de projetos internacionais.

O programa é voltado para profissionais graduados no campo das Ciências

Humanas, Sociais e Gerenciais, que atuem ou queiram desenvolver projetos internacionais, como profissionais de relações internacionais dos setores público, privado e do Terceiro Setor, gestores de ONGs, instituições filantrópicas ou fundações, membros de organismos internacionais financiadores de projetos sociais, gerentes de empresas privadas que desenvolvem ou financiam projetos comunitários, administradores públicos encarregados da elaboração e gestão de políticas públicas em parceria com organizações não-governamentais, movimentos sociais ou grupos comunitários. Os alunos, no geral, já têm experiência na área.

O coordenador deste curso, professor Armino dos Santos, explica que a duração dele é de um ano e meio e as aulas acontecem nos períodos de férias (janeiro e julho). "O programa tem três eixos principais e abrange, em Relações Internacionais, as agências sociais internacionais, desenvolvimento social, meio ambiente, elaboração, gestão, implantação, avaliação e monitoramento de projetos, gestão de voluntários, marketing para causas sociais, sistemas de informática aplicados ao Terceiro Setor e captação de recursos."

Na mesma universidade, o Instituto de Educação Continuada (IEC) oferece o curso de **extensão em Gestão Aplicada ao Terceiro Setor**, na empresa júnior de relações internacionais, para quem já atua ou vai trabalhar no Terceiro Setor e que começou em 2002, com alunos que já estão na área, em uma turma fechada, quase feito sob medida a pedido da Agência Integrada de Apoio ao Trabalhador da cidade, ligada ao Ministério do Trabalho. A partir de 2003, o curso será aberto a qualquer interessado. O programa trata de Marketing, Captação de Recursos, Legislação Aplicada ao Terceiro Setor, Administração e Gestão do Terceiro Setor. São 74 horas de aulas.

O professor Carlos Henrique Schettino acredita que a situação atual do país provocou uma mudança de conscientização muito grande. "As pessoas querem fazer algo pelo social, mas não sabem como. Por isso, a especialização dá a direção para quem quer atuar no Terceiro Setor, mas não sabe como ou para quem já está atuando e está meio perdido. O movimento na área está muito forte, mas há a dificuldade da captação de recursos... A especialização dá caminhos, mostra como criar novas ONGs, dá uma visão mais ampla e bastante segurança para a pessoa".

Puc - Minas

(31) 3319-4495

@teodosio@pucminas.br

A UNB, em Brasília, oferece o programa de **pós-graduação em Política Social**, do tipo *strictu sensu*, com nível de mestrado, que se concentra em estudar estado, políticas sociais e cidadania. As aulas acontecem no Instituto de Ciências Humanas, no Departamento de Serviço Social.

UNB

(61) 307-2290

@mbc1957@unb.br

No norte do Paraná, a Universidade Estadual de Londrina oferece **especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais** voltada a graduandos e graduados em serviços sociais e áreas afins, que têm de comprovar a conclusão da graduação até a data da matrícula. São 360 horas de aulas e o curso tem duração de um ano.

UEL

(43) 3371-4093

@cesapos@uel.br

Ainda na região sul, a PUC do Rio Grande do Sul oferece a **pós-graduação *latu sensu* de especialização em Gerontologia Social**.

O curso tem o objetivo de difundir a Gerontologia por meio de informações técnicas sobre a questão do envelhecimento, na perspectiva de uma atenção maior à população idosa, implementando as políticas sociais vigentes e ajudando a criar novas alternativas, especializar profissionais, proporcionando uma formação direcionada às diversas dimensões que envolvem o processo de envelhecimento e habilitar profissionais para o gerenciamento, elaboração, coordenação e supervisão de projetos sociais voltados para a população idosa. O curso atende assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, pedagogos, advogados, enfermeiros, médicos, arquitetos, professores de educação Física, nutricionistas e odontólogos que lidam ou pretendem lidar com projetos para a terceira idade.

Puc - RS

(51) 3320-3539

@servico-social-pg@puccrs.br

APRENDENDO COM OS GRINGOS!

Se sua intenção é aliar uma especialização à experiência e vivência fora do Brasil, a IDP Education Australia, organização das universidades australianas, oferece gratuitamente toda orientação necessária para quem quer estudar naquele país.

Algumas boas opções:

Mestrado em Políticas Sociais.

James Cook University em Townsville

Dois anos de duração/Custo aproximado de 12 mil dólares australianos por ano.

Mestrado em Política e Políticas Sociais.

Macquarie University em Sidney

Um ano de duração/Custo aproximado de 12 mil dólares australianos por ano.

Mestrado em Administração Social.

Flinders University em Adelaide

Dois anos de duração/Custo aproximado de 13 mil dólares australianos por ano.

Mestrado de Planejamento Social e Desenvolvimento. Universidade de Queensland, em Brisbane

Um ano e meio de duração/Custo aproximado de 12 mil dólares australianos por ano.

Mestrado de Administração Social de Planejamento. Universidade de Queensland, em Brisbane

Duração de um a três anos/ custo aproximado de 3.500 dólares australianos por ano.

Outros cursos voltados ao Terceiro Setor

A Revista Filantropia entrou em contato com várias faculdades e universidades em todo o País, mas nem todas responderam às solicitações feitas até o fechamento desta edição. Segue a relação dos cursos ligados ao Terceiro Setor oferecidos por instituições de ensino nacionais. Fonte: Capes.

Acre

- Universidade Federal do Acre (Ufac). Campus Universitário - BR 364, Km 4 - Rio Branco - www.ufac.br - Tel: (68) 226-1422 - Economia do Setor Público - 390 h/a.

Alagoas

- Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Campus A.C. Simões - Tabuleiro dos Martins/Maceió - www.ufal.br - Ciências Sociais - 400 h/a.

Bahia

- Faculdade de Educação da Bahia (Feba). Rua da Magueira, 33 - Salvador - Tel: (71) 243-8826 r. 23. - Gestão Social - 480 h/a.
- Universidade Católica de Salvador (UC-SAL). Pça Ana Nery, s/n - Convento da Palma - Salvador - Tel: (71) 321-1751 r. 252 - Gerenciamento Ambiental - 420 h/a.
- Universidade Estadual de Sta Cruz (Uesc). Rod. Ilhéus-Itabuna, Km 16 - Campus Prof. Soane N. Albuquerque/Ilhéus - www.uesc.br - Educação Especial - 435 h/a.
- Univers. Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Estrada Bem Querer, Km 4 - Vitória da Conquista - Tel: (73) 424-1143 r. 217 - Conservação, Preservação e Manejo de Recursos Naturais - 420 h/a.
- Universidade Federal da Bahia (UFBA). Escola de Administração - Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Salvador - Tel: (71) 237-4544 - www.adm.ufba.br - MBA Gestão do Terceiro Setor - 300 h/a.
- Universidade Salvador (Unifacs) - Av. Anita Garibaldi, 391/1º and - Salvador Tel: (71) 247-2678 - www.unifacs.br - Análise e Intervenção Social

Ceará

- Universidade Federal do Ceará (UFC). Av. da Universidade, 2853 - Fortaleza - Caixa Postal: 2.600 - www.ufc.br - Gestão Governamental - 360 h/a - Educação Especial: Deficiência Mental e Auditiva - 375 h/a - Saúde, Trabalho e Meio Ambiente

Distrito Federal

- Universidade de Brasília (UnB). Campus Universitário - Asa Norte - Brasília - Caixa Postal: 15.299 - www.unb.br - Administração de Cooperativas - 495 h/a - Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial - 360 h/a - Direitos Humanos, Assessoria Jurídica e Movimentos Sociais - 450 h/a

Maranhão

- Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Largo dos Amores, 66 - São Luís - www.ufma.br - Aval. de Políticas e Prog. Sociais - 375 h/a.

- Univers. Estadual do Maranhão (Uema). Cidade Universitária Paulo VI, s/n - Campus Universitário - São Luís - Tel: (98) 245-1500 - Turismo e Desenvolvimento Sustentável - 360 h/a.

Mato Grosso

- Univers. Federal do Mato Grosso (UFMT). Av. Fernando Correia da Costa, s/n - Campus Universitário - Cuiabá - www.ufmt.br - Economia do Meio Ambiente - 435 h/a.
- Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Av. São João, s/n - Cárceres Caixa Postal: 242 - Tel: (65) 223-1290 - Educação Ambiental - 460 h/a.

Minas Gerais

- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Av. Dom José Gaspar, 500 - B. Horizonte - Tel: (31) 3319.4231 prepes@pucminas.br - www.pucminas.br - Métodos e Técnicas de Elaboração de Projetos Sociais - 360 h/a - Curso de Especializ. em Elaboração e Gestão de Proj. Internacionais - Ênfase no Terceiro Setor.
- Centro Universitário Newton Paiva (UNP). Rua Goitacazes, 1762 - Belo Horizonte - Tel: (31) 295-6217 - Educação: Gestão Teórica-Prática
- Faculdade de Ciências Administrativas de Guaxupé (FACECG). Av. Dona Floriana, 463 - Guaxupé - Tel: (35) 551-5267 - Educação Especial - 360 h/a.

Pará

- Universidade Federal do Pará (UFPA). Av. Augusto Correia, s/n - Belém - Caixa Postal 549 - www.ufpa.br - Prog. Interdisc. Meio Ambiente - 375 h/a - Desenvolvimento de Áreas Amazônicas - Serviço Social e Produção de Conhecimento na Amazônia - 360 h/a - Serviço Social na Gestão de Políticas Sociais - 360 h/a - Produção Familiar Rural e Ciências Sociais - 1.040 h/a.
- Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP). Av. Presid. Tancredo Neves, s/n - Belém - Tel: (91) 226-3493 - Desmatamento da Matéria Orgânica em Ambientes Florestais - 440 h/a - Manejo para Conservação e Produção de Animais Silvestres - 445 h/a.

Paraíba

- Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa (UFPB). Campus Universitário UFPB - João Pessoa - www.ufpb.br - Administr. da Educação - 360 h/a.
- Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande (UFPB). Av. Aprígio Veloso, 882 - Campina Gde - www.ufpb.br - Desenvol. Sustentável para o Semi-árido do Nordeste - 480 h/a.

- Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Av. Marechal Floriano Peixoto, 718 - Campina Gde - www.uepb.br - Tel: (83) 341-3300 - Política Social - 375 h/a.

Paraná

- Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Av. Gal. Mário Tourinho, 536 - Seminário - Curitiba - Tel: (41) 342-1120 - Educ. Especial: Defic. Mental - 455 h/a.
- Faculdades Integradas Espírita (Facibe). Rua Tobias de Macedo Júnior, 333 - Curitiba - Tel: (41) 335-1717/r. 214 - Espaço, Soc. e Meio Ambiente - 405 h/a.
- Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pça Santos Andrade, s/n - Ponta Grossa - Tel: (42) 220-3345 - Políticas de Atendimento à Criança e ao Adolescente - 420 h/a.
- Universid. Estadual de Londrina (UEL). Campus Universitário - Londrina - CP 6001 - www.uel.br - Políticas Sociais e Cidadania - 360 h/a.

Pernambuco

- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cid. Universit. - Recife - www.ufpe.br - Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais - 360 h/a.
- Universidade de Pernambuco (UPE). Av. Agamenon Magalhães, s/n - Recife - www.upe.br - Tel: (81) 421-3596 - Gestão Ambiental.
- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Rua Manoel de Medeiros, s/n - Recife - www.ufrpe.br - Associativismo - 360 h/a.

Rio de Janeiro

- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Av. Brasil, 4365 - Pavilhão Mourisco - 1º andar - Rio de Janeiro - www.fiocruz.br - Saneam. e Meio Ambiente - 750 h/a. - Serv. Social Área de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente - 440 h/a.
- Pontifícia Universid. Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). R. Marquês de São Vicente, 225 - Rio de Janeiro - www.puc-rio.br - Atendimento a Crianças e Adolescentes: Vítimas de Violência Doméstica - 360 h/a.
- Universidade Veiga de Almeida (UVA). Rua Ibituruna, 108 - Rio de Janeiro - Tel: (21) 567-6172/r. 227 - Análise e Gestão Ambiental - 360 h/a - Planej. Gerenc. Meio Ambiente - 360 h/a.
- Fundação Getúlio Vargas (FGV). Praia de Botafogo, 190 - 12º andar - Rio de Janeiro - www.fgv.br - Administração Pública - 368 h/a.
- Universidade Federal Fluminense (UFF). Rua Miguel de Frias, 9 - Niterói - www.uff.br - Serviço Social Contemporâneo - 560 h/a. - Serviço Social e Gestão de Políticas Sociais - 360 h/a.
- Fac. de Arquitetura e Urbanismo de Volta Redonda (FABP). Rua Gov. Luiz Monteiro, 81 - Volta Redonda - Tel: (24) 347-4100 - Gestão de Meio Ambiente - 360 h/a.

Rio Grande do Norte

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Campus Universitário UFRN - Natal - www.ufrn.br - Administração Universitária - 420 h/a - Serviço Social - 440 h/a.
- Universidade Potiguar (UNP). Av. Floriano Peixoto, 295 - Natal - Tel: (84) 215-1110 - Educação Ambiental.

Rio Grande do Sul

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Gde do Sul (PUC/RS). Av. Ipiranga, 6681 - Porto Alegre - www.pucrs.br - Gerontologia Social - 390 h/a. - Prev. à Violência Doméstica - 360 h/a.
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Campus Universitário - Faixa Camobi, Km 9 - Santa Maria - www.ufsm.br - Educação Ambiental - 375 h/a.

Santa Catarina

- Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unifacri). Av. Universitária, 1105 - Criciúma - Tel: (48) 431-2500 - Gestão Ambiental - 435 h/a.

São Paulo

- Universidade de São Paulo (USP). Rua da Reitoria, 109 - Cidade Universitária - São Paulo - www.usp.br - Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais - 360 h/a.
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas - www.unicamp.br - Economia do Trabalho e Sindicalismo - 1.260 h/a - Formação de Professores para Educação Especial - 405 h/a.
- Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Rua Rangel Pestana, 762 - Piracicaba - www.unimep.br - Gestão Escolar - 400 h/a. - Educação Especial - 365 h/a.
- Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente (FSS-PP). Pça Raul Furquim, 9 - Presid. Prudente - Tel: (18) 221-4744/r. 254. - Gestão da Política de Segurança Social - 360 h/a (Depto. Serviço Social).
- Universidade Estadual Paulista de Franca (Unesp/FR). Unesp Franca - Franca - www.unesp.br - Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais - 360 h/a (Depto. Serviço Social).
- Centro Universitário Nove de Julho (Uninove) - www.uninove.br - Graduação em Tecnologia em Gestão de Organizações do Terceiro Setor.

Tocantins

- Universidade do Tocantins (Unitins). ACSE II, Conj. 4, Lotes 1 a 10 - Ed. Wilson Vaz - Palmas - Tel: (63) 213-1278 - Planej. e Gestão Ambiental - 522 h/a.

SAÚDE

O melhor leite para nutrir seus

O leite materno é a maneira natural e adequada de alimentar o bebê nos primeiros meses de vida, apresentando muitas vantagens tanto para ele como para a mãe. Todas as sociedades médicas de Pediatria da Europa, dos EUA e do Brasil recomendam em primeiríssimo lugar o leite materno. Como mecanismo de sobrevivência dos mamíferos, a natureza fez com que ele tivesse todas as propriedades necessárias ao desenvolvimento dos filhotes.

O homem passou a consumir também o leite de outras fontes alimentares como as de origem animal (cujas mais conhecidas são o leite de vaca ou o de cabra) ou vegetal (leite de soja).

Intercalar o consumo de tipos de leite pode ser ótima opção para agregar valor à grade alimentar de crianças e adultos

Existe um leite mais indicado ao consumo?

Exceto quando falamos no recém-nascido, sendo fundamental o leite materno, a criança a partir do primeiro ano de vida poderá consumir o leite orientado pelo pediatra ou pelo nutricionista. A partir daí, passará a consumir, até a fase adulta, o leite mais tolerado pelo seu organismo. Diante disso, podemos considerar de igual importância os leites de vaca, de cabra ou de soja, lembrando, contudo, que cada indivíduo pode se adaptar melhor a uma ou a outra fonte de leite. As propriedades nutricionais podem variar de um leite para outro em função de cada nutriente presente nos leites em questão, o que depende de alguns fatores externos e também dos fatores relativos à origem do leite. Na tabela, podemos observar um comparativo dos leites citados, quanto aos nutrientes presentes em sua composição:

Quais os motivos para se beber leite?

- Fonte de cálcio: o leite é o alimento natural com maior concentração de cálcio – mineral essencial para a formação e para a manutenção da integridade dos ossos.
- Proteínas de alto valor biológico: as proteínas do leite são completas, propiciando a formação e a manutenção dos tecidos do organismo.
- Fonte de vitaminas: além da vitamina A, o leite tem significativa quantidade de vitamina B1, importante na produção

da energia de que o corpo precisa, e de vitamina B2, reguladora da utilização de proteínas, gorduras e açúcares.

- Fonte de minerais: mais do que o cálcio, o leite contém boa quantidade de fósforo, que também ajuda na formação dos ossos. Além disso, dois copos diários de leite já atendem a quase toda a recomendação, por exemplo, de manganês, nutriente importante no aproveitamento das gorduras e no funcionamento do cérebro.
- Alimento seguro: graças às modernas tecnologias de processamento, como a pasteurização e a ultrapasteurização (UHT – Ultra High Temperature), não se justifica mais o consumo de leite cru, que representa perigo para a saúde. Hoje, o leite tratado, fiscalizado e seguro está disponível em todo o País.

Confira, a seguir, o que significam os tipos de leite de cabra:

- Leite cru ou leite clandestino: leite que depois de ordenhado não é submetido a nenhum tratamento térmico. Este tipo não é indicado para consumo, pois pode causar doenças.
- Leite pasteurizado: leite tratado pela pasteurização e livre de bactérias patogênicas. Deve ser armazenado e transportado a baixas temperaturas para manter sua qualidade.
- Leite ultrapasteurizado (UHT): leite tratado pela ultrapasteurização, livre de qualquer tipo de bactérias. Em embalagem longa vida, pode ser armazenado e transportado em temperatura ambiente, sem nenhum risco à sua qualidade, desde que consumido em até seis meses após o seu processamento.

Por que o leite de vaca e seus derivados, algumas vezes, não são indicados?

O leite e, conseqüentemente, os seus derivados podem estar associados a processos de alergias ou intolerâncias.

As reações alérgicas podem ocorrer porque um de seus componentes pode ser

Tipo de Leite (em 100ml de leite)	Calorias (cal)	Proteínas (g)	Carboidratos (g)	Gorduras (mg)	Cálcio (mg)	Fósforo (mg)	Ferro (mg)
Leite materno	66	6,8	1,6	3,6	34	15	0,3
Leite de vaca integral pasteurizado	61	4,9	3,6	3,0	123	96	0,1
Leite de cabra*	69	3,2	3,8	3,2	130	Não informado	Não informado
Leite de soja **	44	3,1	4,0	1,7	13	43	0,8

*Fonte: Empresa LaDell - produtor de leite de cabra; **Fonte: Adesã original

Por
RENATA DAVID KITADE

assistidos

alérgeno: vitaminas, cálcio, gordura. Portanto, é um cuidado que se deve ter ao se introduzir o leite de vaca já a partir do primeiro ano de vida dos bebês. Sintomas como diarreia, palidez, vômitos e urticárias podem ser sinais de alergia manifestada pela criança. Será mais difícil esse tipo de reação acontecer mais tarde, mas poderá ocorrer.

A intolerância pode aparecer em função do principal açúcar presente no leite, chamado lactose. A lactose, para que seja digerida e absorvida, precisa de uma enzima chamada lactase. Muitas pessoas apresentam deficiência dessa enzima intestinal e, então, a lactose não é utilizada adequadamente pelo organismo. Como resultado desse processo, temos os seguintes sintomas: cólicas abdominais, flatulência, ruídos intestinais e diarreia.

A maioria dos adultos com intolerância à lactose pode consumir pequenas quantidades dela sem apresentar os sintomas citados acima, sendo que ela é mais bem tolerada quando ingerida como parte de uma refeição e não separadamente. Entretanto, em crianças, a recomendação é a de exclusão total de alimentos que a contenham.

Devido à semelhança de sintomas, a intolerância é frequentemente confundida com alergia alimentar ao leite de vaca.

Concluindo, nos casos de intolerância à lactose ou de alergia ao leite de vaca, os demais leites acabam sendo mais indicados ao consumo. No entanto, o leite de cabra ou o de soja também são recomendados e eles não precisam ser consumidos apenas nessas situações. Assim, como todos os outros alimentos, o leite também é um dos que deve ser variado. Intercalar o consumo de todos esses tipos de leite pode ser uma ótima opção, desde que a aquisição do produto seja favorável à instituição. 

SOBRE O AUTOR

Renata David Kitade (CRN 5521) – Nutricionista, especialista em Nutrição clínica e membro da Associação Brasileira para o estudo da Obesidade (Abeso).

 renata.dk@uol.com.br

ADMINISTRAÇÃO

Por
TADEU CRUZ

Princípios de organização

Segunda parte

Com o objetivo de melhor explicar os procedimentos a serem adotados pelas organizações interessadas em extrair os melhores e maiores benefícios dos recursos disponíveis, prosseguimos com o tema, ensinando um pouco mais sobre cada um desses princípios.

Definição do Público Alvo

O público-alvo de uma organização define o seu “modus operandi” – a maneira como ela deverá operacionalizar os seus produtos. Além do produto (ou produtos) a instituição deverá definir, ainda, para quem esses produtos serão produzidos. Tomemos como exemplo uma organização que tenha definido que sua linha de produtos será a de programas de recuperação de animais ameaçados de extinção. Muito bem. Essa definição, do jeito que está posta, é por demais ampla, muito abrangente e, certamente, levará a instituição ao fracasso rapidamente.

Para proteger tanto a instituição quanto a espécie que ela pretende salvar é preciso definir o público-alvo. Como exemplos, temos o Projeto Tamar (que cuida exclusivamente das tartarugas marinhas), o Projeto Pró-Carnívoros (que se ocupa dessa classe de animais) e o Projeto Peixe-Boi. No âmbito das organizações que cuidam de seres humanos, vamos encontrar exemplos de públicos-alvos bem definidos no Comitê para a Democratização da Informática (CDI), na Pastoral da Criança e na Apae.

Quando qualquer organização define o seu segmento de atuação, ela pode “fazer mais e melhor”, justamente porque concentra esforços e recursos para atingir um único segmento de atuação. Entre outros benefícios, a organização pode se especializar e, com isso, formar uma rede com outras instituições que tenham o mesmo público-alvo, compartilhando capacidades e habilidades comuns.

A especialização em um tipo de público-alvo dá forma, conteúdo e, conseqüentemente, credibilidade a qualquer instituição do Terceiro Setor. O público-alvo pode ser definido a partir dos seguintes parâmetros:

Objetivos da organização:

Tipo e abrangência do produto ou dos produtos da organização.

Área geográfica de atuação da organização:

O público-alvo, em síntese, será a razão da existência da organização. 

SOBRE O AUTOR

Tadeu Cruz. Administrador de empresas, bacharel em Filosofia, engenheiro de Sistemas e mestrando em Sistemas da Informação. Criou e coordenou o primeiro curso de pós-graduação *latu sensu* sobre e-business para uma universidade em São Paulo e para diversas universidades latino-americanas.

A contabilização de recursos de convênios nas entidades sem fins lucrativos

Com o surgimento das Organizações Cíveis de Interesse Público (Oscip's), as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para a certificação das entidades beneficentes, os recentes disciplinamentos legais trazidos pelo novo Código Civil brasileiro, as Normas Brasileiras de Contabilidade específicas para as ONGs e, ainda, a firme atuação do Ministério Público na fiscalização das contas das entidades por ele veladas, começam a surgir as mais variadas discussões sobre formas de contabilização das origens e aplicações de recursos dessas sociedades civis sem fins lucrativos.

Entre os assuntos discutidos, encontra-se o da contabilização dos recursos decorrentes de convênios firmados entre essas entidades e os órgãos públicos e outros organismos nacionais e internacionais. É que, invariavelmente, as entidades receptoras apropriam esses recursos em contas de receitas e despesas, apuradas em resultado de exercício para formação das demonstrações de déficit ou superávit, procedimento esse que não se coaduna com os Princípios Fundamentais da Contabilidade e, por isso mesmo, não oferece a necessária transparência ao usuário da informação contábil.

Isso é justificado pela atipicidade dos ingressos de convênios que, salvo raras exceções, devem ser objeto de comprovação física e/ou documental da efetiva aplicação desses recursos perante os órgãos convenientes repassadores, como é o caso do BID, do Banco Mundial e das entidades de direito público, sujeitas às normas de prestação de contas editadas pelos Tribunais de Contas da União e dos Estados.

Assim, se a responsabilidade da entidade receptora pela correta aplicação dos recursos só termina com a aprovação das contas pelo órgão concedente, os recursos auferidos pela primeira não devem ser considerados como receita e, em uma relação direta de causa e efeito, as suas aplicações também não podem ser contabilizadas como despesas.

É que os recursos recebidos pela entidade executora do projeto, em verdade, não lhes

pertence, sendo ela uma simples consignatária, guardiã ou depositária desses valores, ou, em termos contábeis, uma "devedora" até que o objeto se concretize com a aprovação de quem de direito, devendo assim, em matéria de registro contábil, se observar o que a respeito dispõem os Princípios Fundamentais da Contabilidade, no caso o Princípio da Competência.

No entendimento do Princípio da Competência, "a receita é considerada realizada no momento em que há a venda de bens e direitos da entidade – entendida a palavra 'bem' em sentido amplo, incluindo toda sorte de mercadorias, produtos, serviços, equipamentos e imóveis, com a transferência da sua propriedade para terceiros, efetuando estes o pagamento em dinheiro ou assumindo o compromisso firme de fazê-lo em um prazo qualquer".¹

Os ingressos decorrentes de convênios se aproximam, e muito, de uma prestação de serviço, mas na essência não os são. Se assim o fossem, far-se-ia necessário que a entidade receptora desses recursos, para atender a legislação tributária, emitisse nota fiscal de serviços e, inclusive, recolhesse ao erário os tributos devidos sobre essas faturas, ocorrências essas que, no caso em questão, inexistem.

Inaugurando essa discussão, José Eduardo Sabo Paes, em sua obra "Fundações e Entidades de Interesse Social", assim se pronuncia:

"4.3.3 – Passivo Exigível

A contabilização das obrigações das entidades de interesse social, respeitando-se suas especificidades, deve ser feita nos mesmos moldes das sociedades comerciais.

A principal adaptação, decorrente justamente da forma de ação das entidades de interesse social, ocorre quando é firmado convênio com terceiros. Por meio de convênios, a entidade recebe recursos financeiros que são aplicados em suas atividades finalísticas com a obrigação de, ao final, prestarem contas mediante a comprovação dos custos incorridos. Ao mesmo tempo em que há o ingresso de recursos (acréscimo de ativo),

há, em contrapartida, a obrigação em relação àquela verba (aumento do passivo), que não é, em momento algum, propriedade da entidade, mas está simplesmente aos seus cuidados, haja vista que esses recursos são, normalmente, liberados por meio de contas corrente vinculadas à execução do objeto do convênio, sujeitos à prestação de contas ao órgão repassador.

Daí porque é impróprio alocar os recursos de terceiros, advindo de convênios, em contas de resultado, como ocorre freqüentemente. A contabilização em Passivo Exigível a curto ou a longo prazo dependerá, obviamente, do prazo estabelecido em convênio para a sua execução e conseqüente prestação de contas".

Por tudo isso, embora não tenha havido até agora qualquer normatização pelo Conselho Federal de Contabilidade do que acima se expõe, é do meu entender que os repasses recebidos de órgãos conveniados e suas correspondentes aplicações em custeio devem ser contabilizadas como contas patrimoniais até a concretização do convênio celebrado, e apenas a diferença entre os recebimentos e as aplicações, quando remanescerem, em conta bancária por exemplo, é que devem ser transferidos para contas de resultados. Isso se o convênio firmado o permitir.

Mesmo quando os recursos advindos do convênio autorizem a aquisição de bens patrimoniais, como automóveis e mobiliários, esses bens, por não pertencerem à entidade executora do projeto, também devem ser classificados em conta do Ativo Circulante, sendo, portanto, imprópria a sua alocação no Ativo Permanente, como costumeiramente se observa.

A mesma regra também se aplica para a classificação contábil da conta bancária do convênio que, por receber depósitos não pertencentes à entidade, não deve ser classificada como "Bancos – C/Movimento" no subgrupo do "Disponível", juntamente com as contas correntes dos valores que efetivamente lhes pertence, mas como "Bancos – C/Convênio", integrando um elenco de contas específicas do referido convênio.

Observe-se que nessa classificação contábil, as contas de ativo e passivo não devem ser “zeradas” ao final do exercício, permanecendo com seus saldos acumulados até a execução do convênio, quando, então, para se proceder a baixa desses valores, sem se perder a memória dos registros contábeis, se faz necessária a constituição de “contas retificadoras”.

Vejam os exemplos de um convênio firmado pela Fundação X com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para projetos de geração de renda no valor de R\$ 112 mil, a serem liberados em três parcelas, em que os recursos devem ser destinados ao custeio das atividades (R\$ 85 mil) e à aquisição de automóveis e mobiliários (R\$ 27 mil), bens esses que, conforme disposição contratual, podem ser, ao final do projeto, objeto de doação à referida Fundação. No exemplo citado, a entidade não aplicou a totalidade dos recursos, restando ainda em conta bancária o valor de R\$ 2 mil.

Com os números acima, no final do convênio, o balancete de verificação da entidade, na parte que diz respeito ao convênio, demonstraria seus saldos acumulados, com os seguintes valores (ver quadro).

Tendo executado o convênio com as aplicações acima apontadas e tendo o BID procedido a doação dos bens adquiridos, deve então a Fundação X promover a baixa das despesas de custeio, das imobilizações e dos recursos recebidos, criando, para isso, contas retificadoras que, no Passivo Circulante, seriam debitadas pelo valor de R\$ 112 mil em contrapartida do Ativo Circulante, creditadas pelos valores de R\$ 2 mil, R\$ 84 mil e R\$ 26

mil, totalizando assim as contas de disponibilidades, custeio e imobilizações e, ainda, em ato contínuo, promover a incorporação ao seu Ativo Permanente, subgrupo Imobilizado, dos veículos e equipamentos existentes, tendo como lançamento credor a conta “doações patrimoniais” no Patrimônio Social.

Deverá ainda, no caso exemplificado, se dar a correta destinação aos R\$ 2 mil não aplicados, remanescente em conta bancária, na qual há de se observar o que dispõe a respeito o convênio firmado, pois poderá ser exigida a sua devolução ou permitida a sua incorporação como recursos doados. Essa providência poderá ser levada a termo de duas formas: a primeira mediante simples devolução do saldo ao órgão concedente, debitando-se “Recursos de Convênios” a crédito de “Bancos – C/Convênio”. A segunda, se o convênio o permitir, apropriando-se o saldo como “receita” da Fundação, sem se esquecer de emitir um cheque da conta “Bancos – C/Convênio” para depósito na conta “Bancos – C/Movimento”, sacramentando assim toda uma operação de origem e aplicação de recursos de terceiros, de forma cristalina, de tal sorte que possa ser compreendida por qualquer usuário da informação contábil. 

SOBRE O AUTOR

Daniel Salgueiro. Contador e advogado, professor do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

1. Apêndice aos Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução CFC nº 774, de 16 de dezembro de 1994

VALORES EM REAIS

CONTAS ATIVO CIRCULANTE		CONTAS PASSIVO CIRCULANTE	
Convênios em Execução		Recursos de Convênios	
Convênio BID		Convênio BID	112.000
Disponibilidades	2.000	Parcela 01/03	34.000
Banco X	2.000	Parcela 02/03	40.000
		Parcela 03/03	38.000
Custeio	84.000		
Salários	30.000		
Serviços de Terceiros	12.000		
Encargos Sociais	10.000		
Despesas de Viagens	11.000		
Diárias e Ajudas de Custo	5.000		
Despesas com Veículos	9.000		
Outras Despesas	7.000		
Imobilizações	26.000		
Veículos	20.000		
Equipamentos	6.000		
TOTAIS	112.000		112.000

AUDITUS

Consultoria & Auditoria Independente

Serviços Prestados

- ✓ Auditoria Contábil
- ✓ Consultorias
- ✓ Implantação e Supervisão de Sistema de Controles Internos
- ✓ Levantamento e Controle de Bens do Ativo Imobilizado
- ✓ Reavaliação de Ativos
- ✓ Acompanhamento e parecer sobre Fusões, Incorporações e Cisões/Desmembramentos
- ✓ Perícias (MPAS, CNAS, Ministério da Justiça)
- ✓ Planejamento Estratégico
- ✓ Cursos e Treinamentos
- ✓ Desenvolvimento do BALANÇO SOCIAL



Principais Executivos e Responsáveis Técnicos

- Ricardo Monello
- Carmo Antônio Marino
- Alexandre Moreira de Sousa

www.
auditus
.com.br

Fone
(11) 3661-9933

A outra face do bem

Empresas investem na área social mais por marketing do que por

Abordar a importância de as empresas adotarem políticas de responsabilidade social, nos dias de hoje, seria redundante, haja vista que as organizações – sejam elas de pequeno, médio ou grande porte – sabem que não podem mais contar, apenas, com a qualidade de seus produtos e serviços como garantia de sobrevivência, porque tal atributo passou a ser uma exigência natural do mundo competitivo.

Essa necessidade, entretanto, tem levado muitas empresas a adotarem estratégias equivocadas – quando não oportunistas –, na intenção de demonstrarem para os diferentes públicos com os quais se relacionam – os chamados stakeholders – a preocupação com o papel que desempenham em favor das comunidades em que atuam, além de gerarem e pagarem impostos.

O primeiro erro está no desconhecimento do verdadeiro significado da expressão “marketing social” e de seu limite de atuação. Ao contrário do que vem sendo difundido, inclusive pela mídia, marketing social não é uma estratégia mercadológica adotada por uma empresa com o objetivo de vender mais produtos ou serviços. Não é, também, o conjunto de ações tomadas visando a melhoraria ou o reforço da imagem institucional (goodwill). Marketing social não é, principalmente, um instrumento que possibilite a uma corporação associar sua marca a causas sociais.

Marketing social, uma ferramenta de gestão originada na década de 60, na área da saúde pública, nos Estados Unidos, é, isso sim, o conjunto de estratégias e ações planejadas para a implementação de programas desenvolvidos para a promoção de mudança social, mediante o emprego das técnicas do marketing tradicional, o que significa dizer que o autor de uma ação ou campanha de marketing social é, geralmente, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos ou um órgão governamental, o que não quer dizer que uma empresa não possa empreender ações sob esse escopo. Isso pode ocorrer, desde que ela vise, única e obrigatoriamente, a multiplicação das soluções e dos impactos sociais referentes à adoção de comportamentos, atitudes e práticas que promovam o fortalecimento e a implementação de políticas públicas, a promoção de causas sociais relevantes e a transformação social, sem que tal conduta esteja atrelada a ganhos de imagem, à revitalização da marca ou com o

objetivo, ainda que escamoteado, de aumentar sua participação de mercado.

Contudo, parece que a maior parte das empresas desconhece que o retorno da relação de troca, no marketing social, não volta diretamente para os agentes da mudança, mas para a sociedade. Por essa razão, ações como o McDia Feliz – promovido pelo McDonald's –, o Bib's Dia Genial – realizado pela rede de fast-food Habib's, e a campanha desenvolvida pelo Açúcar União, no ano passado, apoiando os projetos sociais do Instituto Ayrton Senna, não podem ser consideradas como de marketing social, mas ações de marketing de causa (cause related marketing).

Para compreender melhor o que venha a ser o marketing de causa social, é necessário que se faça um corte no marketing social, focando apenas em uma determinada causa, geralmente promovida por uma empresa com a finalidade de agregar valores sociais à sua marca, além de incrementar a venda de serviços e produtos. Dessa forma, ao resolver implementar uma ação de marketing de causa, as pequenas e grandes corporações podem atuar diretamente com suas ações de cidadania ou se unirem a organizações sociais, tendo em vista alguma causa relevante.

Quando bem utilizado, o marketing de causa social é uma poderosa ferramenta estratégica de posicionamento, pois, ao utilizar algumas técnicas do marketing tradicional, consegue associar a marca de uma empresa a uma questão ou causa social. O resultado dessa parceria é que todos os atores se beneficiam: as empresas, pelo incremento de vendas de seus produtos e serviços e, notadamente, pela capitalização de imagem – graças, principalmente, à exposição por meio de mídia espontânea; as entidades, por meio da divulgação de suas causas – atraindo, conseqüentemente, mais simpatizantes, voluntários e maior volume de recursos – e, por fim, a sociedade, como a principal beneficiada dessas ações.

Trata-se de um jogo de ganha-ganha, válido e que deve ser incentivado, desde que a comunicação por parte dos agentes envolvidos seja feita de forma clara e transparente, de modo a não induzir a sociedade ao erro ou ao ludíbrio, especialmente pelo caráter solidário do brasileiro. Portanto, não existe mal nenhum em uma empresa desenvolver ações sociais visando a melhoria de seu negócio

ou sua imagem. O que não pode ocorrer – e tem de ser combatida – é a impostura de como essas ações têm sido informadas ao mercado, à mídia e à sociedade, uma vez que, sempre que questionadas, as empresas afirmam que tais ações foram planejadas apenas com a intenção de apoiar uma determinada causa, o que, na maioria das vezes, não é verdade.

Outro erro freqüente cometido pelas empresas é no sentido de confundirem investimento social privado com responsabilidade social. Por apoiarem apenas pontualmente uma entidade ou programa social, imaginam que serão vistas como socialmente responsáveis. Ledo engano. Uma empresa não é considerada cidadã somente por apadrinhar ou financiar um determinado projeto, principalmente em se tratando de campanhas de curta duração. Uma corporação que se diz cidadã deve sê-la nos 365 dias do ano, não quando somente lhe convier ou para justificar um discurso pretensamente social.

Basta analisar o que ocorreu no último Natal, considerada a data de maior apelo no calendário promocional do varejo. No arsenal de estratégias “sociais” empregadas pelas empresas, viu-se de tudo, de test-drive “solidário” à merchandising social, de leilões sociais a campanhas para arrecadação de alimentos. Filantropia? Compromisso e investimento social? Nada disso. Em comum, apenas o objetivo de sensibilizar consumidores e clientes, a ausência de critérios e de direcionamento dessas ações, a falta de transparência e de uma prestação de contas efetiva, o assistencialismo e, o mais grave, sequer um mínimo compromisso com as causas, com o controle dos resultados e, especialmente, com o destino que foi – ou será – dado aos recursos gerados pelas entidades e pelos programas apoiados.

É importante que as empresas – orientadas pelas organizações do Terceiro Setor – entendam, de vez, que a responsabilidade social corporativa não deve ser confundida com investimento social privado nem deve ser utilizada como simples estratégia de marketing. Tampouco significa incluir um selo – cujo significado, na maior parte das vezes, a sociedade desconhece –, em anúncios e embalagens, como forma de demonstrarem aos stakeholders seu compromisso socioambiental. Não é, igualmente, estarem presentes nas publi-

cações especializadas que costumam divulgar as corporações que adotam políticas de responsabilidade social, aquelas que possuem maior índice de recall ou, ainda, as mais admiradas. Os executivos dessas empresas devem, sobretudo, livrarem-se da obcecação por prêmios e recompensas efêmeras, porque eles, seguramente, não conduzirão o país a mudanças significativas.

Especificamente na área do investimento social privado, muitas empresas têm se acostumado a beneficiar somente determinadas organizações do Terceiro Setor, geralmente aquelas que mantêm fluxo constante com a imprensa ou que possuem um patrono conhecido, atitude que tem levado a sociedade a questionar o porquê de sempre as mesmas entidades receberem os maiores investimentos, em detrimento a dezenas de milhares de outras que, igualmente, desenvolvem um trabalho sério, crível e indispensável às comunidades em que atuam.

Não tencionando fazer qualquer juízo de valor – mesmo porque não se pode negar a importância das organizações maiores no atual contexto social do país, especialmente nos projetos de desenvolvimento sustentável que financiam –, é fato que essas entidades levam uma vantagem descomunal sobre as suas primas menores, aquelas que não tiveram a oportunidade de nascer a partir de uma estrutura profissional nem foram administradas por gestores eficazes, não possuindo, também por esse motivo, uma área de comunicação e marketing afinada e atuante a ponto de gerar a mesma visibilidade para as suas causas. As pequenas ONGs e a maioria das entidades filantrópicas não podem ter seu trabalho interrompido apenas por isso ou por não poderem contar com o apoio e o aval de personalidades dos meios artístico, cultural, político e esportivo para lhes emprestar prestígio – quando não o nome – na criação de uma organização ou na mobilização de recursos que lhes garanta sustentabilidade.

É importante salientar que essa opção, por parte das empresas, tem ocasionado grandes dificuldades a muitas organizações sociais que, sem acesso aos recursos governamentais e das agências internacionais, encontram-se em vias de fechar as portas. Para um executivo dessas companhias, pode parecer mais vantajoso, à primeira vista, direcionar os investimentos sociais a entidades cujas ações e atividades sejam constantemente cobertas pela mídia, do que para outras pouco conhecidas, entendendo que, dessa forma, a empresa alcançará maior projeção e, conseqüentemente, agregará mais valor à marca.

Tal percepção, além de provocar sérias distorções, gera um valor agregado ilusório,

porque, no momento atual, as empresas devem valorizar o bairro e o espaço comunitário, em contraposição à metrópole, sem cara e personalidade. Na prática, isso significa construir um conjunto de princípios e valores no plano da cultura corporativa, assumindo que a expressão da identidade de uma organização se dá por meio das ações do seu público interno junto à sua rede de relações. Dessa forma, as pequenas e grandes corporações devem procurar as lideranças locais para atrair marcas, serviços e parcerias que tenham peso principalmente na comunidade do entorno onde estão localizadas. Serão esses parceiros que conferirão a cor local, fazendo com que as empresas criem relacionamentos. Além disso, é bom que se diga, as entidades pouco conhecidas realizam, quase sempre, um trabalho semelhante e com a mesma eficácia que as ONGs mais estruturadas, com a vantagem de apresentarem, não raras vezes, relação entre o custo e o benefício mais vantajosa, em virtude de o seu custo operacional ser significativamente menor.

Se continuarem insistindo nesses modelos, as empresas contribuirão para o próprio insucesso do investimento “social”, levando sua imagem e sua reputação ao descrédito, uma vez que a sociedade mostra-se cada vez mais atenta às ações que essas empresas implementam. Se levarmos em consideração que todo consumidor é também cidadão, fica claro que, caso sua percepção indique que uma companhia está apoiando uma determinada causa ou executando alguma ação social apenas na intenção de “fazer marketing”, ocorrerá o chamado efeito bumerangue. Ele acabará punindo aquele produto ou aquele serviço, migrando para um concorrente.

Como se pode depreender, há muito, ainda, a ser feito e assimilado, principalmente no sentido de que as empresas assumam, de vez, o papel de agentes sociais no processo de desenvolvimento, compreendendo que a responsabilidade social, muito mais que uma poderosa ferramenta de gestão ou de fortalecimento de imagem, deve estar presente no “DNA” corporativo e ser, principalmente, uma vocação empresarial visando traduzir-se, acima de qualquer interesse, na fiel expressão de fazer deste país uma nação justa, com menos desigualdades e, sobretudo, mais solidária.



SOBRE O AUTOR:

Fernando Credidio é empreendedor social, pós-graduado em Comunicação – com enfoque em Propaganda e Marketing –, e presidente da organização não-governamental Parceiros da Vida, a primeira do país especializada em ações de comunicação e marketing para o Terceiro Setor, e na gestão da área de responsabilidade social para empresas que desejam se tornar cidadãos ou para aquelas que tenham a intenção de crescer na prática. Desde 1996, dedica-se exclusivamente às áreas do Marketing e da Responsabilidade Social, como consultor, palestrante, articulista e colaborador de jornais, revistas e sites da Internet. Articulista da Revista Filantropia, Junção e do jornal Essência Social, todos dirigidos ao Terceiro Setor, coordena ainda a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Responsabilidade Social Corporativa, do curso MBC – Management in Business Communication, da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, e o curso de pós-graduação Gestão em Responsabilidade Social Corporativa, da Faculdade Sudoeste Paulista – FASUP.

fernando@parceirosdavid.org

Informações



Parceiros da Vida

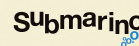
Comunicação com Ética,
Cidadania e Responsabilidade Social

parceirosdavid@parceirosdavid.org

www.parceirosdavid.org

(11) 3341-7195 / FAX: (11) 3341-6076

Apoio:



“A história contará sobre nossas ações e não sobre nossas boas intenções.”

Henry Kissinger.

Sustentabilidade organizacional

Por
FELIPE MELO

UMA REFLEXÃO ACERCA DA AUTO-SUSTENTABILIDADE DA BENEMERÊNCIA

A questão da sustentabilidade – ou, como se tornou popular, auto-sustentabilidade – das organizações da sociedade civil tem, em geral, sido tratada no âmbito da captação e gestão dos recursos financeiros necessários para o desempenho das ações a que se compromete cada organização. Embora seja óbvia a importância dessa questão ao conceito de sustentabilidade, nossa reflexão terá como objetivo pontuar outros aspectos intrínsecos ao conceito em questão, tendo como ênfase a importância do desenvolvimento das relações entre uma organização promotora de ações sociais e os demais setores da sociedade.

Cabe-nos, de antemão, discorrer alguns entendimentos sobre a captação e gestão dos recursos. Em primeiro lugar, levando-se em conta o retrospecto de formação e crescimento do Terceiro Setor no Brasil – para nos restringir espacial e conceitualmente –, devemos considerar a captação e a gestão de recursos em um espectro não restritivo aos recursos financeiros. Esses, embora sejam essenciais a uma organização, devem ser entendidos como um dos instrumentos mediante os quais a organização desempenha sua razão de ser.

Ampliando nossa visão de captação e gestão de recursos, consideramos também todas as atividades realizadas com vistas ao recrutamento de voluntários, à aquisição de bens materiais e funcionais mediante doações, à formação de parcerias. Ademais, as estratégias de gestão, por sua vez, se sobressaem à simples captação, uma vez que essa última, inserida em processos de planejamento e execução orçamentária, passa a fazer parte daquela.

Nesse sentido, é nos permitido sobrepor um conceito pouco utilizado no Brasil, mas que é de comum entendimento em países onde o Terceiro Setor já possui um caminho de profissionalização mais longo. Referimo-nos ao conceito de desenvolvimento de recursos, no qual se incluem todas as estratégias de captação de fundos, geração de renda e gestão de recursos não financeiros.

A captação de fundos diz respeito estritamente às estratégias de obtenção de recursos financeiros, que podem ser basicamente divididas

em três grandes categorias: convênios (firmados geralmente com os órgãos públicos), investimentos (obtidos sobretudo com os organismos internacionais e agências de cooperação e, em menor escala porém em crescente tendência, com empresas) e, finalmente, doações, que representam a forma tradicional de participação empresarial, além da obtenção de dinheiro com pessoas físicas.

A geração de renda diz respeito a todas as atividades que uma organização oferece como moeda-de-troca para a obtenção de dinheiro. Entre essas atividades encontramos um extenso universo de produção de bens, prestação de serviços ou, mais comumente, realização de

A geração de renda diz respeito a todas as atividades que uma organização oferece como moeda-de-troca para a obtenção de dinheiro

eventos (bazares, chás, bingos etc.). A diferença primordial entre essas categorias está no fato de que a captação de fundos está diretamente relacionada à causa da organização e à estrutura que ela dispõe para seu cumprimento, enquanto a geração de renda vincula-se principalmente àquilo que a organização vende.

Por sua vez, a gestão de recursos não-financeiros refere-se aos processos utilizados por uma organização para obtenção de seus resultados sociais, seja no tocante aos beneficiários de sua ação, seja em relação ao desempenho de seus funcionários e voluntários, seja no relacionamento com a comunidade em geral. Aqui devem ser considerados seus processos de comunicação, os vínculos estabelecidos com doadores, investidores,

colaboradores, mídia e outros, e a legitimidade outorgada (ou não) pela comunidade.

Recente livro publicado pela editora Peirópolis, com base nas experiências da Ashoka e da McKinsey na geração e difusão de conhecimento em empreendedorismo social, faz uma breve descrição sobre o ciclo de vida de um empreendimento social e sua busca pela sustentabilidade. Identificando quatro fases de desenvolvimento dos empreendimentos sociais, o ciclo permite observar os aspectos particulares próprios de cada fase em relação à sustentabilidade. Ora, se tomamos um empreendimento desde seu princípio – em geral, como idéia – até sua consolidação – já como resposta efetiva a uma situação –, vemos como a sustentabilidade implica direcionamentos distintos de acordo com a fase em que se encontra o empreendimento.

Enquanto idéia, o empreendimento deve, por exemplo, buscar colaboradores e públicos consoantes à questão com a qual pretende trabalhar. Esse primeiro momento exige análise contextual, identificação de parceiros e ativos comunitários afins, reconhecimento de inovações já consolidadas e formação de uma rede inicial de relacionamentos.

Em uma segunda fase, em que a idéia passa a se instrumentalizar como intervenção, o empreendimento deve fortalecer aquela rede inicial de relacionamentos, ao mesmo tempo em que atrai novos atores, sejam aqueles que proporcionarão o aporte básico de recursos financeiros, sejam aqueles que proporcionarão o aporte indispensável de trabalho, colaboração, dedicação e enfrentamento das adversidades preestabelecidas.

Após desenvolver uma metodologia de trabalho, um modo de relacionamento entre os atores envolvidos e uma forma de comunicação com a comunidade em que se dá a intervenção, o empreendimento chega à fase de consolidação: sua missão, seus valores e estratégias devem estar claros para os públicos participantes, beneficiários e possíveis interessados. É nessa fase que o relacionamento intersetorial toma pulso ainda maior, pois se faz indispensável fortale-

cer os laços com aquela rede inicial – Fase 1) Manter a motivação e a satisfação de todos os colaboradores. Fase 2) garantir a legitimidade da ação na comunidade e garantir o aporte dos recursos financeiros como consequência da efetividade daquela idéia inicial.

Ainda seguindo a linha de raciocínio do livro citado, “o empreendimento social alcança a maturidade, quando o modelo que gerou a solução para um problema social já foi estabelecido e pode então ser multiplicado”. Além da ampliação da rede de relacionamentos, principalmente em termos territoriais, deve-se reiniciar o ciclo desde a fase inicial, a fim de manter sólidas as estruturas já firmadas.

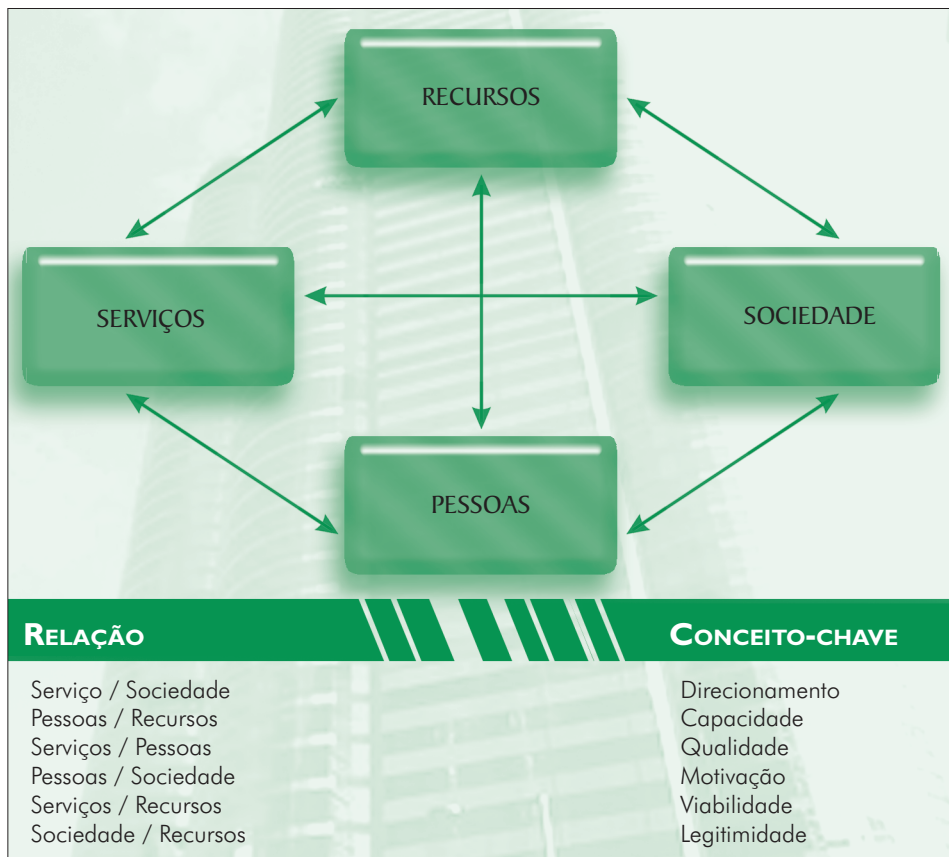
Esse processo de formação, fortalecimento e manutenção de uma rede de relacionamentos pode ser também compreendido em termos de mobilização social. De acordo com Toro A., mobilizar é convocar vontades segundo uma crença ou significado comum. Em nosso entendimento, esse processo de mobilização caracteriza-se, sobretudo, pela capacidade de envolver os atores sociais partindo de seus talentos e capacidades pró-ativas, isso é, a mobilização é um processo de comunicação que valoriza o exercício da liberdade de envolvimento e participação de todo indivíduo enquanto cidadão.

Ao considerar a mobilização como um processo de formação, fortalecimento e manutenção de uma rede de relacionamentos (caracterizada por um exercício da liberdade de escolha e participação), reportamo-nos ao tema deste escrito, tornando clara a importância do fortalecimento relacional para a sustentabilidade de uma organização.

A ilustração, extraída do livro “Utilizando o Planejamento como Ferramenta de Aprendizagem”, editado pelo Instituto Fonte como parte da coleção “Gestão e Sustentabilidade”, explicita ainda mais a importância dos vínculos relacionais:

A figura ilustra a rede de relações envolvidas em uma organização da sociedade civil. A compreensão da complexidade dessa rede serve como instrumento para a sustentabilidade da organização. No próprio livro são apresentados alguns conceitos que facilitam o entendimento de tal complexidade. O quadro é uma simplificação esquemática dos conceitos envolvidos em cada esfera das relações, que são simbolizadas na figura pelas setas bidirecionais.

Pode-se perceber facilmente que a questão da sustentabilidade refere-se diretamente ao constante trânsito de vetores internos e externos à organização. Denominada modelo-trevo, a figura esclarece, tomando de empréstimo das



ciências naturais o conceito de sistema, que uma organização da sociedade civil só pode empreender suas ações e efetivar resultados em uma determinada comunidade, se sua estrutura administrativa e seu modus operandi estiverem em permanente troca com o meio no qual se insere.

Embora, em tese, tal afirmação pareça óbvia, nossa prática tem mostrado que muitas organizações não se percebem como sistemas abertos: é comum encontrarmos organizações que desenvolvem “os seus projetos”, que administram “os seus recursos” e que, portanto, assumem um alto grau de insustentabilidade, pois desconsideram, como prioritário para a sustentabilidade organizacional, a formação, o fortalecimento e a manutenção de vínculos organizacionais.

Por outro lado, percebemos também que, em geral, as organizações da sociedade civil têm buscado alternativas para aprimorar seus relacionamentos intersetoriais, superando o estágio intuitivo que historicamente as têm marcado e passando a adotar ferramentas próprias da iniciativa privada a esse processo, e considerando como premissa que as práticas e conceitos da iniciativa privada comprovaram-se eficazes, quando aplicados corretamente e competentemente, que se tem atribuído o título de profissionalização do Terceiro Setor.

A profissionalização do Terceiro Setor tem sido objeto de estudos e debates frequentes e a

prática de cada organização deverá ensinar-lhe o melhor sentido do termo. A profissionalização deve ser entendida, antes de tudo, como um processo de desenvolver métodos para tornar eficientes, eficazes e qualitativos os processos, projetos, programas e práticas das organizações da sociedade civil.

Um processo de mobilização social também deve ser desenvolvido de forma profissional, valorizando os diversos atores e mantendo, com os diferentes públicos, uma relação legítima e transparente, possibilitando, portanto, a manutenção e fortalecimento das ações sociais durante o período em que elas forem indispensáveis, o que, infelizmente, nos dá uma visão a longo prazo.



Multiplicador de esperança

Determinação e aprendizado contínuo. Dentro da riqueza da língua portuguesa, julgamos adequado começar a falar sobre a AdefAV a partir dessas características. Até porque são elas que vêm fazendo a organização trilhar um caminho marcado por conquistas. Desde o primeiro momento, na sala de um médico que cumpria um papel de orientação ao grupo que iniciou a história, até hoje, adequadamente instalada em uma sede própria de dois mil metros quadrados, a organização mantém bastante nítidos os ingredientes necessários para conduzir o seu trabalho a um nível cada vez mais elevado. Felicidade dos atendidos, felicidade de todos os envolvidos. A Revista Filantropia, por intermédio do Canto Cidadão, fez visita à nova sede da AdefAV e conversou com uma das fundadoras da associação, que apresentou a estrutura e relatou os passos trilhados ao longo dos 19 anos de existência da Associação para Deficientes da Áudio Visão.

Assim como manda a matemática, se voltarmos 19 anos no tempo, chegaremos ao ano de 1983, data na qual um grupo de profissionais colocou em movimento um projeto voltado para a educação de portadores de surdocegueira. A razão: uma latente necessidade social visualizada pelo grupo, uma vez que aqueles que necessitavam desse especializado atendimento contavam com pouquíssimas alternativas devidamente preparadas para a difícil tarefa em questão. Assim, psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais se reuniram para criar um espaço de atendimento.

Exercitando sua rede de contatos, o grupo conseguiu, com a Igreja Presbiteriana, um modesto espaço em Santo André, cidade vizinha a São Paulo. Os 30 m² que formavam o local foram palco do início das atividades da AdefAV, que voluntariamente começou a prestar atendimento a um pequeno grupo de crianças. Conforme o trabalho se desenvolvia, os desafios visitavam a organização: a falta de espaço não permitia a ampliação do atendimento e a distância afastava os profissionais que se interessavam pela causa. Mas, mesmo durante esses momentos, o norte estava claro para aqueles que persistiam: era necessário, acima de tudo, aprimorar os conhecimentos relacionados ao serviço prestado. Isso em função da criticidade e da especificidade envolvidas na condução do seu objetivo social.

Aproximadamente um ano depois, contando com a providencial ajuda de uma voluntária doadora, a organização conseguiu se mudar para uma casa no bairro da Aclimação, na capital paulista, adquirindo mais espaço para solidificar a sua atuação. No período em que esteve nesse local, ainda bem simples, a AdefAV conseguiu evoluir muito, alcançando títulos de utilidade pública. Mas as principais conquistas vieram do reconhecimento e do respeito dos envolvidos e interessados na questão. Hospitais e organizações sociais começaram a enviar pacientes para o tratamento especializado, a saber: Apae, USP, AACD, Hospital das Clínicas, PUC-Derdic, EPM e setor de subvisão da Santa Casa. E o relacionamento com essas instituições não se limitava apenas a receber ou encaminhar pacientes. A AdefAV oferecia e ainda oferece oportunidades de estágio para alunos interessados

em conhecer melhor as questões relativas à surdocegueira. Configurava-se mais uma característica marcante da organização: multiplicar os conhecimentos adquiridos, por meio de capacitação e orientação de novos profissionais.

O calendário apontava o ano de 1992 e a AdefAV estava de mudança para uma nova sede, agora no bairro do Cambuci. Nesse período, foi conquistado um grande reforço: a parceria com o programa Hilton/Perkins para a América Latina, da Perkins School for the Blind, escola estadunidense que é referência mundial para o ensino voltado aos surdocegos. Os subsídios teóricos dessa parceria vêm elevando cada vez mais a competência técnica do trabalho desenvolvido pela AdefAV. Desde o princípio, existe o intercâmbio de profissionais, com o compromisso assumido de espalhar esse conhecimento ao maior número de pessoas possível.

Prova disso são os treinamentos que os profissionais da AdefAV realizam em todo o Brasil, capacitando outras pessoas para uma melhor condução do tratamento do surdocego. Bom para todos, especialmente para os atendidos, que a cada dia recebem um tratamento mais eficiente e com resultados visíveis. Nessa sede, o atendimento alcançou 80 portadores de surdocegueira, com mais, pelo menos, duas dezenas de alunos ainda na fila de espera. Era urgente a ampliação do espaço e da estrutura, uma vez que a necessidade social era latente e batia à porta da AdefAV. Apenas um detalhe: para atingir esse objetivo, era preciso captar recursos, cada um de muitas iniciativas.

E, por falar em captação de recursos, vale ressaltar que, nessa área, a organização passou do improviso e da reatividade para o profissionalismo pró-ativo, alcançando os



o atendimento alcançou 80 portadores de surdocegueira, com mais, pelo menos, duas dezenas de alunos ainda na fila de espera

resultados necessários. Partindo de um início sustentado exclusivamente por voluntários e colaborações pontuais, passando pelos convênios municipais e estaduais (ainda existentes) até o estágio atual, exemplificado pela conquista de um apoio internacional para a construção de uma sede própria, além de outros apoios para a aquisição de equipamentos e móveis, fica claro a preocupação em mostrar competência e capacidade para avançar nas iniciativas.

Nova sede

E como esse espaço tem como objetivo relatar ações e experiências que possam servir como referências positivas para outras organizações, sentimo-nos compelidos a contar como se deu a conquista da sede própria e atual da AdefAV. Nesse processo, a participação da mãe de um ex-aluno, atual secretária-executiva, foi fundamental, uma vez que foi ela quem fez a aproximação entre o potencial parceiro e a instituição. Ao tomar conhecimento do interesse de uma fundação alemã em causas relacionadas à deficiência física e mental, inclusive no Brasil, um projeto completo e detalhado foi submetido para apreciação dos alemães.

A partir de então, uma seqüência de passos muito construtivos foi dada. A relação estabelecida com o parceiro alemão foi e ainda é marcada por características bastante peculiares e difíceis de serem encontradas no atacado, mas que devem ser perseguidas como meta. Para se ter uma idéia do nível de envolvimento entre as partes, o interlocutor da fundação alemã participou ativamente da construção do novo prédio, desde a escolha do terreno, dos engenheiros e dos arquitetos até a opção por trazer, da Alemanha, um tipo de piso considerado ideal para os objetivos da organização.

Alguns podem considerar intrusiva essa forma de participação de um parceiro, mas a realidade é que, ao se aliar a alguma instituição apoiadora totalmente alinhada com seus objetivos sociais, crescem sobremaneira as chances de alcançar resultados muito satisfatórios. E a sede atual da AdefAV é prova do sucesso de uma parceria que deu certo. Planejada e preparada em cada detalhe para dar o melhor atendimento ao público-alvo, o novo espaço está preparado para conduzir a organização a um estágio ainda mais evidente de referência em sua área de atuação.

Esse episódio de suma importância para a organização revela itens que não podem ser ignorados: o relacionamento contínuo e produtivo com os colaboradores, desde familiares de atendidos até ex-voluntários ou conselheiros. Investir na rede de relacionamentos é ótima ferramenta de

acesso a fontes de recursos e fiéis colaboradores e divulgadores da causa. Outro ponto que precisa ser ressaltado é o direcionamento de esforços de captação com fontes que tenham afinidade com as suas iniciativas, aumentando as chances de conseguir um apoio financeiro, mas também de conhecimento e experiência, multiplicando o resultado da parceria.

Seguindo a apresentação da AdefAV, identificamos uma correta forma de lidar com a captação de recursos. A conquista da nova sede é um exemplo óbvio disso, mas as outras táticas também se mostram bastante adequadas. A diversificação da captação se dá por meio de convênios na esfera municipal e estadual, relacionamento com sócios contribuintes e apoio financeiro dos pais de alunos que possuam condições para tal.

Os recursos também são captados com a realização de eventos e com a manutenção da parceria com a fundação alemã, que continua dando suporte a AdefAV com a contratação de um grupo de consultores que avalia as potencialidades da organização. Além dessas fontes de recursos, são realizados projetos específicos a serem apresentados para potenciais apoiadores. Assim, as empresas interessadas podem ficar responsáveis pela montagem e manutenção da biblioteca ou brinquedoteca, por exemplo.

Transformar vidas não é tarefa simples, especialmente quando estão em cena crianças e adultos tão especiais quanto os portadores de surdocegueira. Conduzi-los a uma vida plena, levando-os ao desenvolvimento máximo de suas potencialidades, para que conquistem a cidadania por meio de ações na família, na escola e na sociedade, são desafios diários da AdefAV. Assim como em muitas outras causas sociais, esse trabalho precisa, especialmente, de dedicação ao conhecimento do assunto.

Afinal, em um campo tão delicado, não há espaços para experiências ou testes. É preciso buscar capacitação e reciclagem continuamente. E esse foi e ainda é o grande investimento que a AdefAV faz, garantindo a qualidade do resultado final e persuadindo pessoas, empresas e instituições a apoiarem com confiança a sua causa. Somado ao poder de transformação social, está a crença na necessidade de sua existência, a transparência total com relação aos recursos aplicados e muita vontade de, como já falamos, transformar vidas. Exemplos não faltam nesses 19 anos, provas vivas e incontestes do sucesso dessa organização.

Saiba mais

A surdocegueira não é a somatória da surdez com a cegueira, mas uma deficiência

ALGUNS NÚMEROS DA ADEFV

684	alunos atendidos de 1984 a 2002
130	alunos atualmente
20	alunos em fila de espera



Divulgação

única e exclusiva. Atender pessoas surdocegas requer metodologias próprias, ainda pouco conhecidas por diversos segmentos da sociedade. O surdocego, devido aos sérios problemas que as deficiências sensoriais (visual e auditiva) acarretam, pode não desenvolver comunicação, tornando-se isolado da família e da comunidade. Juntamente com essa educação inclusiva, faz-se necessário um acompanhamento médico freqüente. 

SOBRE OS AUTORES

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas e diretores do Canto Cidadão, organização social sem fins lucrativos que produz e democratiza informações sobre o Terceiro Setor.

APOIO



Informações

AdefAV - Associação para Deficientes da Áudio Visão
R. Clemente Pereira, 286 - Ipiranga - São Paulo/SP
(11) 272-8683
www.adevav.org.br
adevav@adevav.org.br

Plantação de cidadãos

Entidade fortalece o alicerce dos futuros cidadãos, educando para não ter de castigar, conseguindo êxito pleno entre seus assistidos

“Eduquem-se os meninos e não será preciso castigar os homens”. Esse pensamento de Pitágoras reflete com muita clareza a missão da Associação Educacional para Adolescentes e Crianças, o Cepac, organização social sem fins lucrativos criada para agregar valor ao processo de formação dos futuros cidadãos e protagonistas sociais, contribuindo para a melhoria da perspectiva de vida do atendido e de seus familiares. A parcela da juventude atendida pelo Cepac encontra-se no Parque Imperial, um bairro carente situado no município de Barueri, há alguns quilômetros da Capital de São Paulo.

Desde 1993, ano de fundação da organização, já foram atendidos 1.485 crianças e adolescentes carentes, os quais participaram dos programas educacionais oferecidos pelo Cepac. Não há dúvidas de que o trabalho desenvolvido proporcionou mudanças profundas e perenes nos seres humanos em questão. Educar, para não precisar castigar. Mais uma vez recorremos ao pensamento para salientar que, dentro de uma parcela social calejada pelos castigos diários, a

“O índice de criminalidade vem baixando ano a ano no bairro Parque Imperial”

existência de um espaço de ampliação da condição cidadã e humana é muito comemorada, apesar de todos os desafios pertinentes à manutenção de uma entidade assistencial em fase de expansão.

Processo necessário e irreversível, o crescimento da capacidade de atendimento do Cepac encontra aliados em sua história e seus personagens, testemunhas de uma tarefa social que vem “fazendo a diferença” na região onde atua, extrapolando o resultado de suas ações para dentro do seio familiar, referência básica para um desenvolvimento pessoal equilibrado. Entre 2001 e 2002, o número de crianças e adolescentes atendidos passou de 230 para 300, representando acréscimo de 30%. Para um trabalho direcionado e adequado, existe uma divisão por idade: o núcleo infantil (7 a 13 anos) e o juvenil (14 a 19 anos), sendo que o primeiro ocupa o período da

tarde e o segundo, o período da manhã. Importante ressaltar que somente são aceitos crianças e adolescentes regularmente matriculados nas instituições de ensino público. Mas, afinal, o que faz com que, cada vez mais, as pessoas do Parque Imperial e da região se interessem pelo programa educacional do Cepac?

A resposta fica nítida ao conhecermos as atividades que são preparadas para os atendidos. São oficinas e aulas divididas em módulos compatíveis com a idade e o grau de desenvolvimento de cada um. Para os menores, as oficinas fomentam desde o treino ortográfico e a criação de textos até cursos práticos e teóricos de horticultura e educação ambiental, dentre outros temas pertinentes ao processo de formação de um indivíduo mais preparado e consciente. Para os mais velhos, existem espaços para o exercício da comunicação, formação de opiniões, arte, informática, cidadania e inglês.

Além da grade curricular normal, as atividades suplementares para alunos e pais reforçam a certeza de que o Cepac cumpre um papel decisivo na vida atual e na futura de sua comunidade. Para os alunos, são oferecidas aulas de xadrez, oficinas de redação e coral, além de palestras sobre gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. Para os pais, existe um curso de

OS NÚMEROS DA SOLIDARIEDADE

- 85 pessoas envolvidas no trabalho do Cepac.
- 68 voluntários (médicos, dentistas, professores do coral e de xadrez, agentes de saúde, conselho e diretoria).
- 17 funcionários contratados (coordenadoria geral, professores e administrativo).
- Em 2001, o Cepac atendia 230 alunos, passando para 300 em 2002.
- De 1993 a 2001, passaram pelos programas educacionais do Cepac 1.485 crianças e adolescentes carentes.
- Aquisição de terreno e construção de sede própria, com implantação de horta com sistema irrigatório e maquinário.
- Construção de consultório médico-



DIVULGAÇÃO

cultivo de brotos de feijão e um processo de capacitação de agentes de saúde, oferecendo elementos para os pais complementarem a renda familiar e se tornarem agentes multiplicadores de cidadania dentro de sua comunidade.

O desafio da gestão

Quando se pensa em manutenção de toda essa iniciativa e também na sua ampliação, imediatamente, surgem curiosidades sobre a gestão da organização, uma vez que os resultados indicam que o Cepac é uma referência para outras instituições que desejam ver suas iniciativas fortalecidas e rendendo novos frutos. Dois assuntos cruciais vêm logo à mente: recursos humanos e recursos financeiros. Como o Cepac lida com esses dois fatores de sucesso – ou fracasso – dentro de seus domínios?

Começamos pelo capital humano, engrenagem indispensável para o alcance dos objetivos sociais. O Cepac possui um amplo programa de voluntários, contando com, aproximadamente, 70 pessoas que atuam em diversas especialidades: médicos, dentistas, professores do coral e de xadrez e agentes de saúde, além do conselho e da diretoria, que não são remunerados. Os voluntários representam 80% dos recursos humanos da organização, existindo um acompanhamento próximo e constante por parte da coordenação geral das atividades dos voluntários, visando manter o grupo motivado e coeso. Explicitar, freqüentemente, para o trabalhador voluntário que ele é decisivo para o sucesso da organização cria o necessário sentimento de propriedade e comprometimento com a causa.

Com relação aos recursos financeiros, observa-se a preocupação do Cepac na diversificação das fontes, evitando a dependência completa ou muito significativa de recurso A ou B. Não cansamos de repetir que essas estratégia e preocupação são muito importantes para a sobrevivência das iniciativas. Assim, recursos são obtidos com empresas e fundações, governos municipal e estadual, associados e outras fontes. Vale ressaltar que o Cepac exercita muito a sua rede de relacionamentos, buscando sempre novos canais de potenciais financiadores de seus projetos, inclusive na esfera internacional. Para tanto, busca fundações e organismos que tenham afinidade com sua causa, tendo já conquistado bons frutos para a organização.

Ainda dentro da gestão de recursos da instituição, um passo importante foi dado para colocar em prática a transparência em utilização: desde março de 2002, foi implantada uma auditoria externa das contas do Cepac, realizada de forma gratuita pela Deloitte Touche Tohmatsu, uma das

empresas mais respeitadas do mundo nessa área. Mais um ponto para a gestão da organização, que abre suas contas para a completa verificação, fornecendo aos seus apoiadores e colaboradores a confiança para tocar o barco adiante.

Eficiência endossada

Os resultados alcançados pela eficiente gestão do Cepac podem ser percebidos em três depoimentos, os quais representam com muita propriedade o processo de transformação social que a organização social vem desenvolvendo. Uma das mães afirma que “esse trabalho está sendo fundamental para construir um melhor caráter em nossos filhos, deixando-os mais seguros, mais comunicativos, mais instruídos e preparados para a grande concorrência do mundo!”. Uma outra constatação importante vem da polícia local comunitária: “O índice de criminalidade vem baixando ano a ano neste bairro. Não sabemos precisar com exatidão o motivo, mas atribuo grande parte ao trabalho que o Cepac vem desenvolvendo, tirando, das ruas, crianças e adolescentes, dando-lhes condição para interagir na sociedade”.

E, como não poderia deixar de ser, buscamos as palavras de um aluno de 17 anos: “Meu sonho é ter um bom emprego e cantar. Para isso, eu preciso ter um alicerce e isso eu encontro aqui, no Cepac”. São revelações que indicam os resultados que um trabalho social realizado com afeto, dedicação e profissionalismo pode gerar dentro da comunidade em que atua, especialmente quando os objetivos sociais estão alinhados com as necessidades das pessoas de seu entorno.

Fortalecer o alicerce dos futuros cidadãos, educando, para não ter de castigar. Quem sabe o resultado que essa iniciativa multiplicada por tantas outras pode gerar? É certo que o método do castigo não vem se mostrando adequado há mais de 500 anos, somente no Brasil. Assim, toda iniciativa que aposta, honesta e emocionalmente, na inversão do foco de tratamento merece ser reconhecida e utilizada como referência. ♪

Informações

Cepac – Associação Educacional para Adolescentes e Crianças
R. Martim Afonso de Souza, 72
Pq. Imperial - Barueri/SP
(11) 4195-9060
cepac1@aol.com

SOBRE OS AUTORES

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas e diretores do Canto Cidadão, organização social sem fins lucrativos, que produz e democratiza informações sobre o Terceiro Setor.

SAIBA MAIS

- Missão: Trabalhar com crianças e adolescentes carentes, além de atender suas famílias, visando melhorar sua realidade.
- Criação: 1993
- Em 2002, 400 candidatos participaram do processo de seleção, sendo 170 matriculados.
- Existem 400 crianças e adolescentes, inclusive muitos já aprovados, em lista de espera.
- Núcleo Infantil (7 a 13 anos): 10 turmas de 15 alunos, à tarde.
- Núcleo Juvenil (14 a 19 anos): 10 turmas de 15 alunos, pela manhã.
- Atividades do Núcleo Infantil: oficina de linguagem, artes, informática e de saúde e alimentação.
- Atividades do Núcleo Juvenil: comunicação, multimeios, artes, informática, cidadania e trabalho e inglês.
- Atividades suplementares para os alunos: aulas de xadrez, oficina de redação, coral e palestras sobre gravidez indesejada e dst-aids.
- Atividades suplementares para os pais: curso de cultivo de brotos de feijão e capacitação de agentes de saúde.



DIVULGAÇÃO



WRM-SOFTCON GEPLAN - 2003

- SOFTWARE DE GESTÃO, E FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PERMITE ACESSAR E ANALISAR INFORMAÇÕES, ADMINISTRAR O PRESENTE, E PROJETAR O FUTURO;
- INFORMAÇÕES GERENCIAIS, CONTÁBEIS, FISCAIS E FINANCEIRAS;
- TAREFAS DE CONTROLADORIA;
- ADEQUAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS DA ENTIDADE;
- CONTROLE DAS GRATUIDADES, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS.

FONES (014) 3264.6142 - 523.1260
9791.4556 (MARCOS) 9621.0007 (WALMIR)
WWW.WRM.CNT.BR - WRM@WRM.CNT.BR

Uma visita ao Solo Sagrado

Parque abraçado pela Represa de Guarapiranga, em São Paulo, preserva a beleza e o respeito à natureza

Se existem paraísos, um exemplar está bem próximo à cidade de São Paulo, mais precisamente a 25 quilômetros da avenida Paulista, em Parelheiros, Zona Sul de São Paulo - bairro que preenche com frequência páginas policiais de periódicos e é retrato de um desequilíbrio social gerador de índices de violência alarmantes. Mas a pauta, neste espaço, é outra: a preservação da natureza e admiração por ela.

Todos deveríamos ter a oportunidade de viver em um lugar parecido com o Solo Sagrado. Sagrado pela beleza, pelo cuidado e pelo respeito à natureza. Sagrado por Deus, que certamente vê nesse espaço sua obra reproduzida pelas mãos do homem.

Estamos nos referindo ao Solo Sagrado, sede do Movimento Mundial Mokiti Okada no Brasil, que fica às margens da represa de Guarapiranga. O local já recebeu, desde 1995, milhões de pessoas em busca de paz e tranquilidade, sensações imprescindíveis para a estabilidade humana, mas freqüentemente perdidas nas grandes cidades brasileiras.

O parque, como o nome diz, é sagrado pela conjunção dos elementos básicos da natureza: terra, lua (água) e sol (fogo). Sagrado também pela intervenção consciente das mãos do homem, que ajudaram a resgatar o meio ambiente, tornando-o mais harmonioso. Foram criadas cascatas, jardins que florescem o ano todo, espaços para meditação, lagos e trilhas convidativas por meio de projetos paisagísticos inspirados na milenar cultura japonesa.

Uma visita ao Solo Sagrado faz levar ao seu dia-a-dia as experiências que lá foram sentidas

Como marco do local, existe um templo a céu aberto, que convida instantaneamente o visitante a uma pausa para reflexões sobre sua condição humana.

Visitamos o Solo em um dia chuvoso. Mesmo sem a motivação de um dia de sol, encontramos guias voluntários extremamente dispostos a ajudar, anunciando a forma de relação interpessoal predominante naquele espaço. Encontramos um grande número de visitantes provenientes de todo o Brasil, reunidos em excursões ou em investidas solitárias. Afinal, o que uma visita ao Solo Sagrado poderia acrescentar para essas pessoas – e inclusive para nós – que visitavam o parque?

As respostas começaram a surgir logo no início da jornada. Imediatamente, fica caracterizada a harmonia entre os elementos da natureza e com os freqüentadores. Por incrível que pareça, apesar de existirem milhares de metros quadrados gramados, cada pedaço é conservado limpo e sem uma pessoa sequer fazendo deles um caminho adaptado. Detalhe: não há placas que

proibam pisar na grama. Itens bastante simples, mas ignorados no corre-corre diário.

Durante a nossa visita, fomos acompanhados pelo chefe do Setor Ambiental, que nos conduziu até o escritório administrativo do Solo. Na sala de espera, notamos a existência de um monjolo feito com bambu (instrumento utilizado para triturar milho ou trigo). O som produzido por aquele aparato apresenta-se em perfeita consonância com o conjunto do parque: suavidade harmônica, fonte inspiradora de paz.

Seguimos nossa visita conhecendo o centro cultural, local que abriga uma réplica de uma típica casa de chá japonesa. Lá, as pessoas recebiam Johrei (uma técnica de energização) e apreciavam uma exposição de quadros produzidos com a técnica denominada pontilhismo. Em cada uma das atividades presentes, havia um convite explícito à apreciação consciente da natureza, e não apenas uma contemplação passiva e reativa.

O respeito aos seus freqüentadores, oriundos de todo o Brasil, está presente também nas acomodações e nas estruturas. Há um alojamento

O BÊ-A-BÁ DO PARQUE:

- Monjolo – instrumento utilizado pelas fazendas antigas para triturar o milho ou trigo, feito de madeira com uma das pontas em forma de martelo e a outra em forma de concha, que se abaixa quando cheia d'água e esvazia, quebrando os grãos com a outra ponta.
- Johrei – técnica de energização por imposição das mãos, utilizada pelos membros da Igreja Messiânica.

SAIBA MAIS

- 237 mil metros quadrados
- Capacidade do espaço: 50 mil pessoas
- 71 metros – altura da torre de captação de luz solar
- 1.500 voluntários no primeiro domingo de cada mês
- 5 mil árvores plantadas
- Dois milhões de visitantes em

Divulgação



para 300 pessoas, além de um refeitório, um centro de treinamento, um posto de saúde e lanchonetes, entre outras facilidades, extremamente necessárias em função das caravanas de voluntários que vêm para prestar ao menos um dia de auxílio. No centro do parque, encontra-se o altar do Deus Supremo Criador do Universo, onde existe uma torre de 71 metros de altura, que cumpre um papel de captador da luz solar, posteriormente dissipada e expandida pelo altar.

Apesar da vontade de detalhar com mais precisão o que pode ser presenciado nesse local, precisamos completar o texto com outras informações. Mas as imagens que ilustram esta matéria, certamente, nos ajudarão a transmitir a mensagem desejada pelos administradores do parque. Faz-se necessário complementar a resposta iniciada linhas atrás, após perguntarmos em que a criação desse espaço pode agregar algo àqueles que o frequentam e à comunidade? Qual o papel social dessa iniciativa? Imediatamente, percebe-se a preocupação em transmitir a importância do respeito à natureza, base do trabalho no Solo Sagrado.

Essa noção de respeito no contato com o natural pode ser transportada para fora do parque, causando transformações, pequenas ou grandes, no espaço em que cada visitante ocupa. A forma de construção e manutenção do parque é lição constante de como o homem pode interagir harmonicamente com a natureza. Alguns exemplos: canais de condução da água pluvial com degraus para evitar a erosão e o assoreamento da represa de Guarapiranga (que circunda o parque), utilização de adubo orgânico nos jardins e em parte das verduras

utilizadas no refeitório, coleta seletiva e reciclagem do lixo e preservação e recriação de parte da Mata Atlântica.

No Solo Sagrado, a educação ambiental voltada para a sustentabilidade rege as regras do jogo. Cursos e eventos são realizados com frequência a partir de iniciativas dos próprios administradores e também de organizações sociais que utilizam o espaço para conduzir suas atividades. Dentre outros aprendizados, o parque, criado e mantido por meio da contribuição dos membros da Igreja Messiânica Mundial do Brasil, nos ensina que é possível o desenvolvimento sustentável, mesmo em ambientes urbanos, assim como é viável desenvolver projetos arquitetônicos causando o mínimo de impacto ambiental. Além disso, exercita-se fluência a consciência de nossa responsabilidade para com a grande natureza.

Fica bastante claro o interesse da Fundação Mokiti Okada em tornar o espaço do parque disponível para a interação com empresas, instituições de pesquisa e organizações – governamentais ou não – visando o desenvolvimento de trabalhos que multipliquem a importância da educação ambiental. Aproveitar essa oportunidade é uma decisão válida e enriquecedora, especialmente quando levamos em conta o papel decisivo que cada um de nós tem na interação com o meio ambiente. ♪

SOBRE OS AUTORES

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas e diretores do Canto Cidadão, organização social sem fins lucrativos que produz e democratiza informações sobre o Terceiro Setor.

APOIO



A FILOSOFIA DE MOKITI OKADA

“Ao longo de 3000 anos, a humanidade veio se afastando cada vez mais da Lei da Natureza, que é a Lei do Universo, a Verdade. Movido pelo materialismo, que o faz acreditar somente naquilo que vê, e pelo egoísmo, que o leva a agir de acordo com sua própria conveniência, o homem tornou-se prisioneiro de uma ambição desmedida e inconseqüente e vem destruindo o equilíbrio do planeta, criando, para si e seu semelhante, desarmonia e infelicidade.

As graves conseqüências do desrespeito às Leis Naturais podem ser verificadas na Agricultura, na Medicina, na Saúde, na Educação, na Arte, no Meio Ambiente, na Política, na Economia e em todos os demais campos da atividade humana. Essa situação já chegou ao seu limite. Se continuar agindo assim, é certo que o homem acabará destruindo o planeta e a si mesmo. O propósito da filosofia de Mokiti Okada é despertar a humanidade, alertando-a para esta triste realidade.

Por isso, cultiva o espiritualismo e o altruísmo, faz o homem crer no invisível e ensina que existem espírito e sentimento não só no ser humano, mas também nos animais, nos vegetais e nos demais seres. O Johrei, a Agricultura Natural e o Belo são práticas básicas dessa filosofia, capazes de transformar as pessoas materialistas em espiritualistas e as egoístas, em altruístas, restituindo ao planeta seu equilíbrio original. Seu objetivo final é reconduzir a humanidade a uma vida concorde com a Lei da Natureza e construir uma nova civilização, alicerçada na verdadeira saúde, na prosperidade e na paz.”

Informações

Solo Sagrado

Estrada do Jaceguay, 6.567
Santo Amaro/SP - CEP 04870-020

(11) 5970-1000

Aberto de terça a domingo, das 8 às 17 horas
Entrada franca



O que você pode fazer no seu bairro, na sua comunidade? Pequenos trabalhos voluntários podem trazer grandes resultados

Organizando um trabalho voluntário

No Brasil existem, no mínimo, 19 milhões de voluntários. Isso mostra a solidariedade do povo brasileiro. Para tornar-se um voluntário, aqui seguem algumas dicas que a Revista Filantropia, com apoio do Portal do Voluntário, separou para o início de sua jornada benemérita. Não se trata, exatamente, de criar uma ONG, mas de fazer um trabalho junto à sua comunidade, que pode durar um dia, uma semana, um ano, enfim, um trabalho com início, meio e fim.

Forme ou integre um grupo de voluntários

Se a sua cidade ou bairro já possui um comitê promovendo o voluntariado – seja ele de cunho assistencial, educacional ou ecológico, entre outras atividades, procure-o e descubra como

participar dele. Se não, reúna líderes e pessoas de ação – imprescindível serem pessoas pró-ativas – para discutir o quê e como ajudar, formando a coordenação central. Tente envolver pessoas de diferentes setores, como educação, saúde, mídia, governo, ONGs etc. Busque maneiras de obter apoio político e financeiro. Determine como será o recrutamento e a organização dos voluntários nos preparativos para as ações.

Escolha um tema

Considere maneiras de relacionar o seu trabalho voluntário com um problema local, como a fome, a falta de atendimento médico, agressões ao meio ambiente, amparo a pessoas carentes, desastres naturais ou outras causas humanitárias. Depois de determinar um foco



Informações

www.portaldovoluntario.com.br

Algumas idéias de trabalho voluntário

A lista abaixo contém idéias de atividades voluntárias que são ou já foram sucesso em diversas cidades do mundo.

Voluntariado individual

- Organize oportunidades para profissionais dividirem seus conhecimentos e experiências.
- Realize workshops e palestras sobre temas diversos e importantes para a população.
- Organize campanhas sociais sobre tópicos significativos, como prevenção ao uso de drogas, combate à AIDS, à violência, ao trabalho infantil etc.
- Monte um grupo e vá de casa em casa explicando aos moradores como tratar a água, aproveitar melhor os alimentos ou prevenir doenças.
- Promova apoio aos doentes através de visitas aos hospitais, campanhas de doação de medicamentos, doação de sangue, programas de vacinação, mutirões para examinar gratuitamente pessoas carentes.
- Visite crianças em orfanatos, distribua refeições, promova um dia especial para meninos

carentes com passeios e brincadeiras, colete e distribua roupas usadas e alimentos não-perecíveis.

- Estabeleça uma linha direta para pessoas aflitas que precisam desabafar, oferecendo apoio.

Voluntariado no meio ambiente

- Organize mutirões para promover o reflorestamento de áreas devastadas.
- Coordene eventos onde as pessoas transformem terrenos baldios em hortas comunitárias ou parques públicos.
- Convide ambientalistas, agrônomos e agricultores para darem palestras sobre como cultivar hortas saudáveis e a importância de se cuidar bem da terra.
- Limpe praias, rios, parques, reservas naturais, praças públicas e plante as árvores de sua cidade.

Voluntariado em comunidades ou empresas

- Promova uma campanha de doação de tempo, em que os interessados destinem horas ao serviço voluntário em projetos específicos.
- Limpe escolas, centros comunitários, hospitais, igrejas ou lugares históricos.
- Ajude a restaurar ou construir instituições para órfãos, menores abandonados, moradores de rua e deficientes carentes.
- Promova uma campanha para montar biblioteca, igreja, escola, posto de saúde, centro poliesportivo ou algum outro prédio que venha a ser útil para a sua comunidade.
- Estimule e ajude empresas interessadas em montar um programa de voluntariado corporativo.

único junto aos coordenadores, desenvolva um nome e um slogan que estimule contribuições voluntárias e mobilize a população para resolver o problema em questão. Tenha sempre em mente que, quanto mais as pessoas se identificarem com o assunto, mais motivadas ficarão em participar do grupo de voluntários.

Produza material promocional

Comece criando um logotipo e uma identidade visual para o seu trabalho – faça cartazes, panfletos e calendários de atividades.

Outra idéia é promover um concurso local, voltado para crianças ou estudantes da região, pedindo que “bolem” um cartaz sobre o que elas entendem por voluntariado. Nesse caso, o cartaz vencedor seria utilizado como símbolo da campanha.

O material criado pode ser distribuído em locais públicos como bibliotecas, padarias, lojas, escolas e universidades, ONGs e prédios governamentais. Procure também empresas que permitam que a divulgação seja feita entre seus funcionários.

Desenvolva uma estratégia de mídia

Crie ferramentas de mídia e planeje uma estratégia de distribuição. Busque intensificar a cobertura publicitária na semana anterior ao início dos trabalhos. Estabeleça boas relações com a imprensa, oferecendo-lhes sempre novas notas, artigos e fotos das atividades voluntárias que estarão sendo realizadas e programadas. Deixe os jornalistas cientes de todo o planejamento do trabalho. Jornais de bairro e rádios locais geralmente dão apoio a esse tipo de trabalho. Use e abuse.

Busque o apoio de algum artista ou atleta, para que ele ajude a divulgar seus planos. Convide-o para falar sobre a importância do voluntariado. Se você conseguir alguém famoso que já tenha antecedentes de trabalho voluntário, será perfeito. 



O controle manual das gratuidades está com os dias contados...

Aperfeiçoar, simplificar e facilitar a elaboração da **prestação de contas** das atividades sociais desenvolvidas pelas Associações, Institutos e Fundações aos órgãos públicos são reais necessidades e podem significar o diferencial no momento da conquista das isenções fiscais, da captação de recursos públicos e da tomada de decisões gerenciais.

A “SIGRATS” É UMA SOLUÇÃO QUE:

- A** Controla as ações sociais gratuitas dentro dos parâmetros legais nas áreas de educação, saúde e assistência social.
- B** Melhora o controle e o compartilhamento das informações internas.
- C** Gerencia as informações necessárias, adequando os requerimentos de isenções de impostos e contribuições sociais concedidas pelo governo.
- D** Elabora automaticamente a prestação de contas dos recursos públicos (convênios, subvenção ou patrocínio).
- E** Elabora de forma automática os relatórios legais direcionados aos CNAS, INSS, MJ e Conselhos Municipais.

BENEFÍCIOS

A solução oferece os benefícios mais atualizados da tecnologia da informação, dentre eles:

- Acesso pela Internet
- Número ilimitado de usuários
- Biblioteca virtual dos documentos legais
- Segurança no armazenamento dos dados

A **Econômica** disponibilizará aos clientes da “Sigrats” treinamento e suporte técnico.

MÓDULOS INDEPENDENTES

A “Sigrats” foi desenvolvida em módulos independentes, de fácil operação e, para se adequar às exigências e aos recursos de cada entidade, esses módulos se subdividem em:

- Módulo de qualificação
- Módulo de orçamentos
- Módulo de gratuidades
- Módulo de impostos
- Módulo de certificações públicas
- Módulo de facilitação de auditoria e controle

O principal diferencial da “Sigrats” é que ela independe de instalação de qualquer software local, pode ser acessada a todo tempo, por qualquer usuário habilitado, em qualquer lugar e de qualquer equipamento conectado à Internet.



INFORMAÇÕES:

(11) 3161-5286 - Marcos Ferrari
E-mail: consultoria@economica.com.br
www.economica.com.br

CD ensina a captar recursos

As ONGs ganharam mais um instrumento de informação importante na identificação de agentes financiadores de seus projetos sociais. Trata-se da publicação **ONGs – Onde Obter Recursos**



Financeiros, lançada pelo Instituto Brasileiro do Terceiro Setor, que reúne 80 fontes nacionais e 123 fontes internacionais de financiamento e traz os contatos relevantes das fontes, áreas prioritárias de cada uma para o financiamento que, na sua maioria, é a fundo perdido.

A intenção é buscar agora o apoio de outras entidades para que seja editado em todos os estados brasileiros um anuário de ONGs, mostrando quem é quem no Terceiro Setor, com dados sobre onde

estão essas entidades, o que fazem, quais as dificuldades que enfrentam e quais projetos pretendem lançar. O Brasil tem cerca de 250 mil ONGs e o Terceiro Setor representa 1,5 % do PIB, empregando mais de 1,4 milhões de pessoas.



Instituto Brasileiro do Terceiro Setor
@ ibts@brasilia.com.br
(61) 224-4506

Rede Brasil lança Portal Brasil Voluntário

Com o objetivo de incentivar o trabalho voluntário em todo País, o Portal da Rede Brasil lançou, em 18 de outubro, o Brasil Voluntário. O site traz oportunidades de ação e entrevistas exclusivas, como a do compositor Carlinhos Brown, sobre a escola de desenvolvimento social Pracatum. O Brasil Voluntário tem as seções Agenda, Notícias e Tudo Sobre Centro de Voluntários, como e porquê de se criar uma ONG (baseado em estudo realizado pela Abong), Enquete da Semana e divulgação de oportunidades de trabalho voluntário.



www.redebrasil.tv.br/links/bvoluntario



Ministério da Justiça cria Rede Nacional de Identificação de Crianças Desaparecidas

O Ministério da Justiça, por meio do Departamento da Criança e do Adolescente, acaba de criar uma Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. O novo sistema interliga todas as Delegacias de Proteção a Crianças e Adolescentes de todo o País. Entre as medidas adotadas, está a criação de um site nacional para veiculação das fotos das crianças desaparecidas e informações sobre elas. A rede entrou no ar em dezembro de 2002.

Outro site, o Missing Kids, também divulga fotos de crianças desaparecidas, contando com mais uma arma para divulgar informações para reencontrá-las.



www.mj.gov.br,
www.missingkids.com.br



Publicação dá dicas sobre aplicação de incentivos fiscais

A Fundação Abrinq lançou, em São Paulo, a publicação **Incentivos Fiscais em Benefício de Crianças e Adolescentes**, com dicas para o investimento social das



empresas na promoção social de melhorias para a infância e juventude.

A publicação apresenta informações sobre como investir nos Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente, como investir em arte e cultura usando a Lei Rouanet e do Audiovisual

e, ainda, as leis de incentivo à cultura no Estado e na cidade de São Paulo. Também orienta sobre investimentos nas organizações de atendimento à criança e ao adolescente e mostra histórias de parcerias bem-sucedidas entre o empresariado e o Poder Público.

A publicação está sendo distribuída gratuitamente para empresas e organizações, mediante o preenchimento completo do formulário disponível no site e o solicitante pode retirar seu exemplar na Fundação Abrinq ou recebê-lo via Sedex. Nesse caso, deverá arcar apenas com o pagamento das despesas de postagem.



www.fundabrinq.org.br/peac

Mercado Solidário reverte renda para entidades

De 25 a 29 de janeiro, produtos da ACB de diversas entidades poderão ser adquiridos no 1º Mercado Solidário, promovido pela Shell. Essa feira tem como objetivo promover a venda de produtos artesanais criados por instituições sem fins lucrativos e acontecerá no Centro Empresarial Barra Shopping.

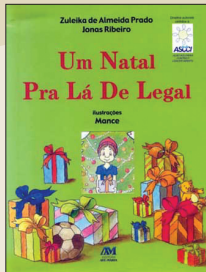


Av. das Américas, 4.200, Bl.5 - Rio de Janeiro, das 11h30 às 17h.

Livro orienta na luta contra o câncer infantil

Um Natal Pra Lá de Legal é o título do livro que vai contribuir para que a Ação Solidária Contra o Câncer Infantil (ASCCI) ajude crianças portadoras da doença e suas famílias a terem qualidade de vida melhor. Escrito por Zuleika de Almeida Prado e Jonas Ribeiro, ilustrações de Mance e direitos autorais cedidos à entidade, o livro, da Editora Ave Maria, conta a história de Rafael, um garoto que tem a oportunidade de passar um Natal muito especial. Ele, seus familiares e amigos visitam um hospital pediátrico e levam presentes, muito amor e alegria às crianças internadas.

A história do livro, na realidade, retrata um pouco do dia-a-dia dos voluntários que trabalham na ASCCI. A entidade oferece apoio material e psicológico às crianças afetadas pela doença e às suas famílias, além de promover o estudo e esclarecimento do câncer infantil.



acao.solidaria@terra.com.br
(11) 3083-7034

Organização ajuda a iniciativa privada e ONGs

A Parceiros da Vida foi criada para dar visibilidade e ajudar as organizações sociais filantrópicas e, ao mesmo tempo, orientar as empresas que queiram investir dinheiro nessas causas. É a primeira instituição especializada em Comunicação e Marketing para o Terceiro Setor. Existem cerca de 250 mil ONGs no Brasil com CNPJ que não são notícia, apesar dos projetos sociais relevantes que desenvolvem, mas não sabem comunicar e que podem ter nova forma de divulgação com a Parceiros da Vida.



info@parceirosdavid.org
(11) 3341-7195

Redistribuição de Excedentes distribui objetos

Uma boa idéia sobrevive há dez anos sem apoio financeiro. É o Programa de Redistribuição de Excedentes, que recebe doações de empresas e indivíduos e repassa o que é arrecadado para instituições cadastradas, de acordo com o tamanho e o número de pessoas atendidas por cada entidade receptora. O trabalho é voluntário, ainda não está regulamentado e não recebe nenhum tipo de financiamento. Quando a socióloga Cláudia Troncoso começou a separar brinquedos que as crianças que conhecia não queriam, procurou conhecer e visitar instituições para doar o material, tendo a idéia de montar um cadastro.

A partir daí, pessoas que queriam se desfazer de algum objeto mas não sabiam como, passaram a procurá-la e ela se tornou intermediadora das doações. São doados papéis, sobras de mala direta, de material de campanha eleitoral, carpete, uniformes, camisetas, mochilas, chaveiros, bonés, toalhas de mesa, louças, refrigerantes, água, alimentos e materiais de construção, entre outros.



actroncoso@uol.com.br
(11) 5044-1338

MAC lança CD educativo

O Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC) acaba de lançar o CD Sonho de Menino, com músicas criadas por Afonso Horácio Leite e Reginaldo Veloso, com a marca da vivência com as crianças do meio popular. O lançamento tem encarte primoroso, com sugestões para uso pedagógico das cantigas por educadores, acompanhantes, recreadores e pais. Participaram interpretando músicas do CD e criações próprias, os Grupos Cervac, Ceep, Projeto Pityboama, Resisteatro, Turma do Flau, Nação Erê e Daruê Malungo.



mac@mac.org.br
(81) 3339-5319

Cidade Transparente permite monitorar o uso do dinheiro público

O projeto Cidade Transparente, lançado em 2000, possibilita que qualquer pessoa saiba o que a Prefeitura do Rio de Janeiro está fazendo com o dinheiro público. Para isso, não é preciso ter programa específico, basta entrar no site.



www.cidadetransparente.org.br

Site Controle Público traz informações de políticos

O jornal Folha de S. Paulo e o portal UOL lançaram o Controle Público, um banco de dados público disponível pela internet, com informações pessoais, eleitorais e patrimoniais de mais de cinco mil políticos que participaram das eleições de 1998, 2000 e 2002. O internauta pode saber qual o valor total dos bens declarados dos políticos brasileiros, os dez mais abastados do PFL, do PT ou do PSDB, quem possui avião, embarcação ou fazendas e registra oficialmente esses bens. O Controle Público também permite consultas cruzadas: por exemplo, quem são os políticos do PMDB com bens acima de R\$ 1 milhão ou quais os candidatos de 2000 que eram advogados e tinham uma fazenda em seu patrimônio.

As oportunidades de pesquisas são infinitas. O Controle Público inclui todos os candidatos eleitos e primeiros suplentes de 1998: deputados estaduais, federais, senadores, suplentes de senadores, governadores e vice-governadores, presidente e vice-presidente da República.



www.controlepublico.com.br

AGENDA/2003

- 01/2003** Encontros Mecanismos de Participação e Políticas Públicas para a Infância e a Adolescência
Local: ABCDMMR e região
Realização: Conselho Regional de Serviço Social (Cress/ SP)
Informações: (11) 3351-7500 / www.cress-sp.org.br / cress@uol.com.br
- 01/2003** Lançamento de Vídeo e Software Sobre Socioeconomia Solidária
Local: Brasília/DF
Realização: Centro Herbert de Souza (CDVHS)
Tel: (85) 497-2162 / www.cdvpts.org
- 2 a 7/01** Fórum Social Asiático
Local: Hyderabad, Índia
Tel: 91 11 6524323, 91 11 6524324
wsfhyd@hotmail.com / Site: www.wsfndia.org
- 16 a 19/01** Fórum Social Pan-Amazônico
Local: Belém, PA
fspanamazonico@cinbesa.com.br
www.fspanamazonico.com.br
- 18 a 28/01** Fórumzinho Social Mundial
forumzinho@ig.com.br
- 18 a 29/01** III Acampamento Intercontinental da Juventude do FSM
www.juventudefsm.org/index.php
juventudefsm@portoweb.com.br
- 19 a 22/01** Fórum Mundial de Educação
Local: Porto Alegre, RS.
organizacao@forummundialdeeducacao.com.br
www.forummundialdeeducacao.com.br
- De 21 a 24/01** Organizando o Trabalho Voluntário
Local: Centro Cultural Cândido Mendes Rua da Assembleia, nº 10 - sala 616 - Centro/RJ
Tel: 2531-1588 / www.terceirosetor.adm.br / cursoxv@candidomendes.edu.br
Horário: das 18h às 22h
- 23 a 28/01** Fórum Social Mundial (FSM)
Local: Porto Alegre, RS
Tel: (11) 3258-4466/7110
fsm2003imprensa@uol.com.br
- 27 e 29/01 e 03, 05 e 07/02** Atuando no Terceiro Setor
Realização: Centro Cultural Cândido Mendes
Tel: 2531-1588 / www.terceirosetor.adm.br / cursoxv@candidomendes.edu.br
Horário: das 18h às 22h
- 28/01** Fórum Permanente do Terceiro Setor do SENAC-SP
Tema: "O que o Marketing pode fazer pelo desenvolvimento das organizações de Terceiro Setor"
Horário: 19h30
Realização: Centro de Tecnologia e Gestão do Terceiro Setor do SENAC-SP
Local: Rua Dr. Vila Nova, 228 - Térreo - Vila Buarque - São Paulo
Tels: (11) 6647 5151 / www.sp.senac.br/terceirosetor
- fevereiro** Responsabilidade Social e Terceiro Setor
Realização: Ceats — Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor
(11) 3733-1193 e www.fea.usp.br/fia/ceats
- 03/02** 4º Curso de Responsabilidade Social e Terceiro Setor
Local: USP — São Paulo
Realização: Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor
Tel: (11) 3733-1193 e 3735-7986 / ceats_cursos@fia.com.br
- 03 a 07/02** Capacitação em Consultoria para o Terceiro Setor
Realização: Centro Nacional de Estudos e Projetos — Cnep, voltado para a produção do conhecimento
Local: Centro - Rio de Janeiro / RJ
Horário: 09h às 18h
Tel.: (21) 2223-0290 / www.cnep.org.br
- Segunda quinzena de fevereiro** Elaboração de Projetos Sociais e Captação de Recursos Públicos
Realização: Centro Nacional de Estudos e Projetos — Cnep, voltado para a produção do conhecimento
Local: Centro - Rio de Janeiro / RJ
Horário: 09h às 18h
Tel.: (21) 2223-0290 / www.cnep.org.br
- Segunda quinzena de fevereiro** Monitoramento e Avaliação de Projetos
Realização: Centro Nacional de Estudos e Projetos — Cnep, voltado para a produção do conhecimento
Local: Centro - Rio de Janeiro / RJ
Horário: 09h às 18h
Tel.: (21) 2223-0290 / www.cnep.org.br
- Segunda quinzena de fevereiro** Elaboração de Relatórios e Prestação de Conta
Realização: Centro Nacional de Estudos e Projetos — Cnep, voltado para a produção do conhecimento
Local: Centro - Rio de Janeiro / RJ
Horário: 09h às 18h
Tel.: (21) 2223-0290 / www.cnep.org.br
- 03/2003** MBA em Gestão e Empreendedorismo Social
Realização: Ceats — Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor
Tel: (11) 3815-7376 / www.fea.usp.br
- 07/03 à 05/12** Curso Trabalho Social com Famílias Turma III
Local: Associação Brasileira Terra dos Homens - Rua Pinheiro Guimarães 88 - Botafogo / RJ
Horário: 08h30 às 17h
Tel: (21) 2286 -0866 / nucleo@terradoshomens.org.br
- 10/03** Seminário Internacional de Lançamento do Livro "Cumprindo o Prometido, Casos de Sucesso de Desenvolvimento Sustentável" (*Walking the Talk*)
Local: FIESP, São Paulo,
Realização: Comunicação Social do CEBDS
Tels: (021) 2493-9004 / 2439-9218 / jussara@cebds.com
- 21 a 24/03** Fórum Social Oceania
Local: Nelson, Nova Zelândia
Tel: 0064 (0)3 548-7284
info@oceania-socialforum.org.nz
- De 22 a 25/07** Urbis 2003 — Feira e Congresso Internacional de Cidades
Local: Anhembi — São Paulo / SP

1 A entidade beneficente pode manter uma obra social fora do País?

Não. Todo recurso arrecadado pela instituição deve ser obrigatoriamente aplicado na finalidade da instituição, sendo vedado pela Lei (art. 14 do Código Tributário Nacional) a remessa de recursos para fora do País.

2 Poderá a instituição receber recursos de fora do país para aplicar em suas finalidades?

Sim. Não há nenhum impedimento legal para receber recursos advindos de organismos internacionais. Entretanto, caberá à entidade analisar a relação e a implicação fiscal da transação na Secretaria da Receita Federal.

3 É possível excluir o presidente da instituição em face de desvio da finalidade da instituição? Caso afirmativo, de que forma?

Sim, o dirigente possui as mesmas obrigações que o sócio de uma empresa de responsabilidade limitada, e pode ser responsabilizado por eventuais desvios na direção da instituição, alcançando inclusive o seu patrimônio pessoal. A forma administrativa para excluí-lo da direção é a análise do estatuto, para verificar quem tem competência para provocar sua exclusão. Geralmente, é a assembléia que deverá ser convocada especificamente para esse fim. Entretanto, muitas vezes, apenas o dirigente é quem possui o direito de convocá-la, ficando, desse modo, impune ante à inércia da instalação da assembléia. Sendo assim, apenas caberá à Justiça tal tutela, e qualquer associado poderá provocá-la, visando a supressão do dirigente faltoso.

4 É possível montar uma fundação visando a prática esportiva?

Sim, porém, apenas até 8 de janeiro de 2003. O novo Código Civil brasileiro, que entra em vigor após essa data, veda a criação de fundação que não possua como vocação social as áreas religiosa, moral, cultural e de assistência.

5 Todas as instituições sem fins lucrativos possuem o direito de não pagar o IPVA dos veículos integrantes da obra social?

Não. Apenas aquelas que foram reconhecidas como obra de utilidade pública federal, estadual ou municipal e que possuam o Certificado de Filantropia (Ceas), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e atendam os demais requisitos da Lei, em especial, que apliquem ao menos 20% de suas receitas em obras sociais gratuitas.

6 A instituição que possui as certificações acima pode, simplesmente, deixar de pagar o IPVA ou há necessidade de algum procedimento específico?

A instituição deverá requerer à Secretaria da Fazenda estadual o reconhecimento da imunidade fiscal e, em seguida, diligenciar no Detran, para ser lançado no prontuário do veículo, evitando sua apreensão.

7 Toda entidade filantrópica está obrigada a acatar ordem judicial para assistir às pessoas carentes?

Toda ordem judicial deverá ser acatada. Porém, a entidade poderá reagir a ela caso não haja espaço e nem condições para tutelar os carentes acolhidos pela Justiça. É bom destacar que a instituição é uma pessoa jurídica de direito privado, apenas com interesse público e, assim sendo, a Justiça somente pode determinar o acolhimento de pessoas carentes caso a instituição não esteja ofertando a tutela que está obrigada por lei que, em regra, deve representar 20% do valor de sua receita bruta (Lei nº 8.212/91, art. 55, combinado com o Decreto nº 2.536/98 e suas alterações).

8 A entidade beneficente é obrigada a manter um livro de associados?

Não é obrigada, porém, é aconselhável que mantenha um livro ou controle de todos os associados, iniciando com o prontuário do associado, contendo data de admissão no quadro, tipo da contribuição (dinheiro, trabalho voluntário etc.), registro de atividades (caso seja voluntário) e frequência do associado na instituição. A razão da conservação de tão importante controle é para o resguardo da instituição, visando a limitar os direitos e os deveres dos associados.

9 Quais os relatórios legais que a entidade filantrópica tem de entregar aos órgãos públicos anualmente?

Por força do Decreto nº 3.048/99, toda entidade filantrópica é obrigada a entregar no INSS, até o dia 30 de janeiro de cada ano, um relatório denominado como Plano de Ação, visando manter o órgão informado sobre os projetos sociais que serão desenvolvidos durante o exercício. A filantrópica também é obrigada a entregar, até o dia 30 de abril de todo ano, mais dois relatórios inerentes às atividades sociais desenvolvidas por ela no exercício passado, ora denominados como Relatório de Atividades. Os referidos relatórios deverão ser entregues no INSS (unidade da sede da entidade) e no Ministério da Justiça/Brasília-DF.

10 A não entrega dos relatórios acima descritos implicará em alguma sanção à entidade filantrópica?

Sim. Quanto aos relatórios do INSS, a entrega é obrigatória e poderá acarretar em multa com valor estimado de R\$ 8.500, além de a entidade ficar vulnerável à perda da isenção fiscal. No entanto, a não entrega do relatório ao Ministério da Justiça poderá ensejar a perda da Certificação de Utilidade Pública Federal, vindo a acarretar na perda do Certificado de Filantropia e, conseqüentemente, na perda da isenção fiscal.

Acontece

Criola ganha prêmio Aziza de Direitos Humanos



Informações

www.criola.org
(21) 518-6194
@criola@ax.apc.org

A Criola, ONG conduzida por mulheres negras de diferentes formações, voltada para o trabalho com mulheres, adolescentes e meninas negras no Rio de Janeiro, ganhou o prêmio Aziza de Direitos Humanos pelo trabalho realizado. A instituição busca instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas para o desenvolvimento de ações para o combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia, melhoria das condições de vida da população negra, inserção de mulheres negras como agentes de transformação para uma sociedade fundada em valores de justiça e luta pela igualdade, solidariedade, defesa e garantia dos direitos humanos para as negras.

Portadores de deficiência ganham Escola de Informática

Foi inaugurada em São Paulo a primeira Escola Especial de Informática (EIC), com metodologia especialmente desenvolvida para portadores de deficiência neuro-motora. A iniciativa é do Comitê para Democratização da Informática (CDI), que adaptou sua metodologia para portadores de deficiências neuro-motoras.

APBP vende obras de artistas que não podem usar as mãos

A Associação dos Pintores com a Boca e os Pés (APBP) tem providenciado, por mais de 45 anos, uma vida independente para artistas que não têm o uso de suas mãos. Todos os membros dessa sociedade internacional só pintam com a boca e os pés e têm apoio para ganhar seu próprio sustento. Eles se tornam membros-sócios, com um trabalho de padrão, que pode competir com os trabalhos de artistas

convencionais. Uma vez aceitos como membros, é garantida a eles renda substancial por toda a vida, mesmo se forem incapacitados de continuar a pintar. Isso é providenciado por meio da venda de seus trabalhos em cartões, calendários e telas.

Essa renda também provê bolsas para pintores com a boca ou com os pés, que primeiramente não podem atingir os padrões exigidos, para

que suas habilidades possam ser desenvolvidas e encorajadas. Além disso, subvenções são feitas para equipamentos especiais e alguns tratamentos. A APBP conta com mais de 500 membros em mais de 60 países e, atualmente, há 13 pintores no Brasil.

www.apbp.com.br

Terra dos Homens debate papel dos abrigos

A Associação Brasileira Terra dos Homens, ONG que trabalha pela reintegração familiar de crianças que vivem em abrigos, lançou, na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, em dezembro, a Cartilha do Abrigo à Família, direcionada a funcionários de instituições que acolhem crianças e adolescentes em todo o País.

O objetivo do evento foi debater o papel dos abrigos e incentivar o investimento em políticas públicas que reestrutem e protejam a família. Atualmente, o repasse de verbas do governo para os abrigos é por criança atendida e a maioria das instituições não tem interesse em devolver as crianças para seus pais. O que se quer é uma política de proteção para toda a família, e não de ajuda à criança isoladamente.

Foi criado o Comitê para Reordenamento da Rede Nacional de Abrigos para reformular o modelo de assistência às crianças e aos adolescentes abrigados, com representantes dos ministérios da Justiça e da Previdência Social, dos Conselhos Nacionais da Criança e do Adolescente e de Assistência Social, da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça, da Unicef e de ONGs. Em oito meses, serão levantados números relativos aos abrigos e às crianças atendidas para saber quantas têm condições de voltar para suas famílias, direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O lançamento da cartilha no Rio foi o início deste projeto, que pretende mapear, reavaliar e recadastrar os abrigos do País.

Pró-Cariri do Sebrae ensina moradores a driblar a seca

O Projeto Pró-Cariri, coordenado pelo Sebrae, ensina as famílias de Cariri a enfrentarem a seca com produção de peças feitas em renda, criação de caprinos e ovinos, confecção de bonecas de pano e criação em cativeiro de peixes e camarão. A Unidade de Desenvolvimento Local do Sebrae, no Maranhão, avalia que essa realidade vivida pelas famílias do Cariri pode ser aplicada em outros estados como forma de desenvolver regiões pobres, onde a fome é um dos principais dramas sociais.

(3) 218-1000

Rede Aguapé leva educação ambiental ao Pantanal

A Rede Aguapé, que foi lançada no dia 20 de novembro, em Campo Grande (MS), é a primeira rede de educação ambiental da região do Pantanal e prevê a integração voluntária de instituições, movimentos e populações que moram no Pantanal boliviano e paraguaio. O projeto foi proposto pela ONG Ecologia e Ação (Ecoa), em parceria com cinco outras entidades. Os objetivos são realizar o diagnóstico da educação ambiental nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e capacitar agentes multiplicadores da educação ambiental no Pantanal.

(67) 324-3230/324-9109

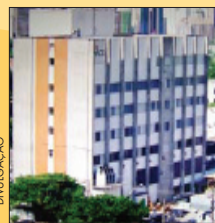
Citibank promove Feira do Voluntário

De 25 de novembro até 8 de dezembro, a 1ª Feira do Voluntário Construindo Cidadania, aconteceu no Espaço Cultural Citibank, com a participação de 18 entidades sociais. Essa foi uma iniciativa do CitiEsperança, o programa de voluntariado dos funcionários do Citigroup Brasil, que apóia comunidades por meio de projetos voltados à educação de crianças e adolescentes. Os visitantes contribuíram com as entidades adquirindo produtos como bonés, camisetas, blocos, bottons e outros.

ICI promove projeto Digitando o Futuro

O Instituto Curitiba de Informática (ICI) está promovendo o projeto Digitando o Futuro, que consiste em 29 pontos de acesso à internet totalmente gratuitos, instalados na capital paranaense. Cada ponto tem, em média, nove micros conectados à Internet. Qualquer cidadão pode acessar a Internet desses pontos e imprimir até três folhas gratuitamente. O investimento inicial foi de R\$ 870 mil e, atualmente, já existem mais de 65 mil pessoas cadastradas na rede, utilizando, em média, 40 mil horas mensais de conexão.

Doações financiam construção de nova ala na AACD



DIVULGAÇÃO



A construção de uma nova ala junto à sede da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) foi possível graças às doações realizadas durante o Teleton do ano passado. Com os mais de R\$ 10 milhões arrecadados naquele evento, a AACD, investiu na ampliação das instalações do Centro de Reabilitação, em São Paulo, e na manutenção de outros quatro centros em Recife, Uberlândia, Porto Alegre e na Moóca. O Bloco tem 11 mil metros quadrados de área construída em quatro andares, onde serão instaladas novas salas de aulas para 132 alunos portadores de deficiência física, consultórios médicos, área administrativa e quadra poliesportiva para reabilitação. Estima-se que o número de atendimentos crescerá em 40%.

Voa Brasil doa alimentos para escolas da rede pública

O Projeto Voa Brasil ofereceu a estudantes de escolas particulares a oportunidade de fazer um vôo panorâmico sobre São Paulo e de doar alimentos não-percíveis às escolas da rede pública. A cada ingresso comprado, o aluno doou um quilo de alimento para uma escola pública.

O Voa Brasil procura patrocinadores para proporcionar esse tipo de vôo para deficientes e deve realizar o mesmo tipo de evento no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Manaus e no Distrito Federal. O projeto acolhe 12 menores treinados como bombeiros-mirins.



0800- 7708710

Carteiro Amigo divulga aleitamento materno

De acordo com o Unicef, o Brasil é o segundo país onde mais cresceu o aleitamento materno. Em 1989, só 3,6% das crianças brasileiras recebiam apenas leite materno até o quarto mês e, em 1999, eram 35%. O Projeto Carteiro Amigo, desenvolvido pelos Correios e o Ministério da Saúde, usa os carteiros para divulgar a importância do aleitamento materno. O trabalho começou em 1996, quando a Secretaria da Saúde de Fortaleza, procurou os Correios para combater a mortalidade infantil.

Os carteiros da cidade foram treinados para distribuir folhetos informativos e orientar as mães sobre a eficiência do aleitamento contra a desnutrição infantil e a prevenção de doenças. A campanha duplicou o número de mães que amamentavam. Em 1999, o projeto foi para Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Sergipe, Pernambuco e Alagoas. Em 2001, estendeu-se a todo o Brasil. No ano passado, 16 mil carteiros atuaram em 427 municípios, distribuindo 1,1 milhão de folhetos.

Ronaldinho leiloa chuteiras para o Criança Esperança

O leilão das chuteiras prata de Ronaldinho, iguais às que o craque usou na Copa do Mundo, começou no dia 1º de dezembro, com lances a partir de R\$ 1. Autografadas pelo "Fenômeno", as chuteiras já tinham lance de R\$ 6.250, dez dias depois. A verba arrecadada foi depositada na conta do Unicef e futuramente será usada em projetos da campanha Criança Esperança.

Afrobras se reúne com representantes do BID

A Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Econômico (Afrobras) se reuniu, no dia 5 de novembro, com a diretora mundial de programas sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Alicia Richi, e com o diretor do BID para a América Latina, Jorge Terada, que fez parte do Programa Diversidade na Universidade, do Ministério da Educação, desenvolvido em parceria com a Unesco e organizações não-governamentais. O projeto pretende promover o acesso dos afrodescendentes e indígenas ao ensino superior. Foi a primeira vez que a comitiva do BID veio ao Brasil para tratar de assuntos específicos da comunidade negra.

Baixada em Alta comemora o Dia da Consciência Negra

Criado há seis anos pelo guitarrista do Cidade Negra, Da Gama, o projeto Baixada em Alta leva entretenimento, cultura, esporte e lazer aos moradores de Belford Roxo, cidade da Baixada Fluminense.

O projeto promoveu no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, uma celebração da importante data com shows dos grupos Cidade Negra, O Rappa, Bob Marley Cover entre outras. No dia 17 de novembro, aconteceu outra grande festa para os moradores do bairro Piam, com atividades esportivas, corrida e uma grande gincana, além de apresentações de capoeira, teatro e um DJ para animar as pistas de dança.

Brasil com Nome e Sobrenome leva serviços à população

No dia 23 de novembro, 22 estados brasileiros contaram com um mutirão a serviço da cidadania nos postos de atendimento do Ação Global, promovido pela TV Globo em parceria com o Sesi. O megaevento ofereceu serviços à comunidade e, este ano, o tema foi Brasil, com Nome e Sobrenome. Foram oferecidos emissão gratuita de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento e Carteira de Idoso, atendimento médico e odontológico, consultoria jurídica, exames médicos preventivos, oficinas com nutricionistas, cortes de cabelo e espaço para recreação infantil.

No ano passado, o Ação Global atendeu 639 mil pessoas, emitiu 54 mil documentos e realizou 138 mil atendimentos médicos, além de 75 mil odontológicos. Em 2002, porém, foram prestados atendimentos em educação, saúde, lazer, odontologia, ações de cidadania e documentação para 1,2 milhões de pessoas.

Ação proporciona aprendizado com brincadeiras em escolas

Com o objetivo de despertar na criança a consciência da importância de uma alimentação saudável, de cidadania e preservação do meio ambiente, a Sucrilhos Kellogg's está promovendo, em São Paulo, a ação Desperte o Tigre em Você, uma maratona de gincanas educativas que vem excursionando pelas escolas do Brasil desde o início de 2002.

As crianças aprendem, brincando com o personagem Tony, sobre boa alimentação. Por sua vez, um grupo de atores realiza atividades para estimular os participantes a reconhecerem a importância da amizade, do trabalho em grupo e dos cuidados com a natureza e a alimentação.

O programa já foi realizado em mais de 150 escolas em todo Brasil, atingindo cerca de 150 mil crianças, com idade entre 8 e 14 anos.

Prêmio Balanço Social só não premia o meio ambiente

O primeiro Prêmio Balanço Social, promovido pelas entidades Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec), Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, divulgou os vencedores no dia 20 de novembro. São eles:

- Natura Cosméticos - Destaque nacional
- Banco do Brasil - Centro Oeste
- Banco Itaú - Estado de São Paulo
- Cia. Energética de Permambuco - Norte e Nordeste
- Petrobrás - Sudeste (excluindo São Paulo)
- Gerdau - Sul

E como destaque entre as micro e pequenas empresas, a Editora Palavra Mágica. Na categoria Meio Ambiente, não houve nenhum vencedor.

Niterói sediou 1º Fórum do Terceiro Setor

Aconteceu, no dia 3 de dezembro, o 1º Fórum de Niterói do Terceiro Setor, que reuniu organizações não-governamentais, empresas privadas, Poder Público e sociedade para discutir a importância da atuação do Terceiro Setor para o desenvolvimento sustentável da cidade. A ideia foi iniciar um movimento de fortalecimento do Terceiro Setor na cidade, sobretudo, para a capacitação de profissionais para atuarem em Marketing Social, elaboração e gestão de projetos sociais e avaliação de projetos sociais. O evento teve o apoio da Revista Filantropia.

Informações

(21) 2719-8636
grandeniteroi@rj.senac.br

Ethos e Gife discutem Responsabilidade Social e Investimento Social Privado com empresários do Rio Grande do Norte

O II Seminário de Responsabilidade Social permitiu aos empresários do Rio Grande do Norte a discussão e a troca de idéias, ações e aprendizados na área de Responsabilidade Social Empresarial e Investimento Social Privado. O evento aconteceu na Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Roxa, em Natal, no dia 9 de dezembro.

Marcaram presença: Léo Voigt, presidente do conselho diretor do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), e Valdemar de Oliveira Neto, superintendente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Informações

(84) 211-1527
centro@natalvoluntarios.org.br

Novolhar lança primeira produtora social brasileira

Com quatro projetos para a produção de vídeo, televisão e arte, a Novolhar inaugura a Novolhar Produções, primeira produtora social do País que tem a missão de despertar, no jovem excluído, a criatividade, a consciência crítica e estimular sua participação na sociedade. Inserir o jovem no mercado de trabalho por meio de estágios monitorados pelas produtoras de vídeo é mais uma conquista da entidade, que oferece, aos jovens excluídos, cursos de produção de vídeo, programas de TV, DJ, teatro de bonecos e entalhe em madeira.

A Associação atendeu 450 jovens de 14 a 21 anos e promoveu oficinas de produção, vídeo, DJ e sonorização para 220 internos da Febem de Franco da Rocha. Os programas produzidos são transmitidos mensalmente pela TV PUC de São Paulo, Canal Universitário.

Informações

(11) 3242-2167
www.novolhar.org.br
novolhar@uol.com.br

Ethos pede apoio a empresários para projetos sociais do novo governo

O Programa Fome Zero, que abrange diversos projetos, como primeiro emprego para jovens, infra-estrutura educacional nas áreas rurais e urbanas, bolsa escola e renda mínima, alimentação e combate à desnutrição, será uma grande prioridade do novo governo, conforme anunciou o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Toda a sociedade será convocada para colaborar e o setor empresarial poderá ser um grande

parceiro no combate à pobreza e à fome em nosso País.

É no que acredita o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que prepara uma cartilha para orientar as empresas em possíveis ações, em ampla campanha de sensibilização e mobilização, expondo ações bem-sucedidas.

 www.ethos.org.br

Ipem estimula idosos em projeto voltado à terceira idade

O Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (Ipem) iniciou o projeto Melhor Idade com palestras anuais sobre a questão do idoso e sua participação na sociedade, mas evoluiu e montou oficinas com professores voluntários de dança, coral, teatro e dança de salão semanais para idosos. Dona Diva, já bisavó, afirmou: "Eu vivi para criar meus filhos, netos e bisnetos, nunca tive tempo para mim. Hoje, voltei a viver e esqueci o que é tristeza".

Uma vez por mês são realizadas terapia em grupo e uma festa para os aniversariantes. Às quartas, dia em que não são realizadas oficinas, os integrantes do projeto são levados para visitar museus, teatros, emissoras de TV e shows. O coral Ipem Melhor Idade cantou, no dia 17 de dezembro, em uma apresentação interativa. O espaço Cantinho Cultural recebeu, na mesma data, cinco jovens artistas que expuseram esculturas, telas e mosaicos sobre o tema Modernidade na Melhor Idade.

 (11) 6224-7610

Prêmio Empreendedor Social estimula estudantes e ONGs

O Prêmio Empreendedor Social, iniciativa da Ashoka Empreendedores Sociais e da McKinsey, constitui-se em um concurso-treinamento realizado com a participação de organizações da sociedade civil e estudantes universitários de todo o Brasil que, durante seis meses, desenvolvem um plano de negócio para a organização social que representam. O objetivo é promover conceitos de negócios inovadores e capacitar organizações da sociedade civil, visando a sustentabilidade e o aumento de impacto de suas ações sociais.

Durante todo o concurso, há orientação de consultores voluntários da McKinsey para os participantes e, na última etapa do Prêmio, cada uma das dez organizações finalistas tem apoio voluntário de um consultor para desenvolver e aplicar um plano de negócio. A terceira edição do Prêmio aconteceu em 2002 e as organizações premiadas foram Ação Educativa, IBDD - Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - e Consórcio Intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Informações

www.empreendedorsocial.org.br
www.ashoka.org.br



O Grupo Cometa reintegrará detentos e menores infratores por meio de seu novo projeto social: a reforma do Orquidário da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, no Mato Grosso. O objetivo é ensinar uma profissão ao preso, reintegrando-o à sociedade, desenvolvendo um aprendizado na área de jardinagem e paisagismo.

O detento será remunerado pelo trabalho com um salário mínimo, sendo que 50% serão entregues a ele e o restante será depositado em uma conta poupança. Além disso, para cada três dias trabalhados, será reduzido um dia em sua pena. As parcerias permitirão reproduzir essas plantas como fonte de pesquisa e aprendizado das universidades, de biólogos e alunos, preservar as espécies ameaçadas e comercializar as plantas. O projeto também visa tornar o Orquidário um ponto turístico, com visitas técnicas, científicas e da população em geral.

Projeto Vidro é Vida divulga reciclagem

A Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro) desenvolveu o projeto Vidro é Vida, em parceria com entidades sociais e ONGs do município de São Paulo, para divulgar a importância da reciclagem. Por intermédio da instalação de postos de coleta nas entidades parceiras, o programa tem conseguido arrecadar cerca de cem toneladas de vidro por mês. Os cacos são comprados pela indústria vidreira e reciclados.

No ano passado, o Brasil reciclou 42% das 883 mil toneladas de vidro para embalagens produzidas no País, sendo, o Estado de São Paulo, responsável por 40% do total reciclado.

www.Abividro.org.br

Organizadores divulgam balanço do I Fórum Social Potiguar

O I Fórum Social Potiguar, que aconteceu entre 25 e 28 de novembro último, em Natal/RN, teve números animadores. De acordo com a coordenação, foram realizadas cinco conferências e 34 oficinas, e teve média de público diário de 400 pessoas. As atividades desenvolvidas na Praça André de Albuquerque, envolvendo o Circo da Luz, os estandes e a rua do Fórum mobilizaram público de 1.900 pessoas ao dia. A organização contabiliza ainda a realização de 650

inscrições e a exposição de 30 estandes de organizações.

O FSP 2002 foi um processo preparatório ao Fórum Social Mundial que será realizado em Porto Alegre-RS, em 2003 e, entre os objetivos, havia o de promover o debate democrático de idéias, a formulação de propostas e a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes.

Os eixos norteadores do FSP 2002 foram os mesmos temas do FSM 2003, ou seja Desenvolvimento Democrático e Sustentável; Princípios e Valores, direitos Humanos, Diversidade e Igualdade; Poder Político, Sociedade Civil e Democracia; e Ordem Mundial Democrática, Luta contra a Guerra e pela Paz.

Destaque para a participação da Revista Filantropia, que cobriu especialmente o realização do I Fórum Social Potiguar durante todo o seu evento.

www.fsp2002.org.br (84) 201-0242 / 221-5932

Organização Realiza Natal Cidadão



No último dia 14 de dezembro, foi realizado o 1º Natal Cidadão da Organização Civil Desenvolvimento com Justiça Social - DJS, na Creche Infantil Santa Marcelina, em Itaquera-SP, onde participaram 60 voluntários, direta ou indiretamente.

O Natal Cidadão é um projeto que mescla a assistência com a educação às crianças, diversas atividades recreativas; aos pais, o pleno exercício da cidadania com uma palestra temática e o Projeto Consulta ao Cidadão.

www.djs.org.br

Tetra Pak dissemina valores ambientalmente responsáveis

A Tetra Pak, empresa produtora de embalagens, investe anualmente R\$ 4 milhões em projetos ambientais. A educação ambiental dos colaboradores promove a redução do uso de energia elétrica, otimização do uso de matérias-primas e correta destinação dos

resíduos, por meio de palestras, viabilização de material didático na Intranet, distribuição de material gráfico e peças teatrais apresentadas nas fábricas.

www.tetrapak.com.br

Fórum esclarece e debate filantropia

Assistência judiciária gratuita, imunidade de impostos, o novo Código Civil, além de um panorama dos momentos atual e futuro das atividades filantrópicas. Durante um dia, 6 de dezembro, o Sheraton Mofarrej Hotel, em São Paulo, foi o cenário de amplas discussões sobre esses e outros temas, durante o IV Fórum Nacional de Debates – A Filantropia no Terceiro Setor. Representantes de diversas ONGs, de dentro e fora da Grande São Paulo, assistiram palestras de Cíntia de Almeida, Gabriel Mário Rodrigues, Carlos Roberto Feres, Antônio Brito, José Aristodemo Pinotti, Marcos Biasioli, Mary Elbe Queiroz e Luiz Cláudio Tavares, no evento organizado pela Econômica Desenvolvimento Empresarial.

A vereadora de Sorocaba (SP) Cíntia de Almeida iniciou o Fórum falando sobre os Conselhos Municipais nas realizações de iniciativas sociais. Ela mesma já tem experiências concretas com o Terceiro Setor, pois mantém, em sua cidade o Centro de Integração da Mulher (CIM), que atende pessoas em situação de risco. "Somos referência no Estado nesse tipo de prestação de serviços", declarou a vereadora.

Em seguida, Rodrigues, que é reitor da Universidade Anhembi Morumbi, debateu sobre a educação no País, mostrando dados sobre a evolução do ensino superior a partir da década de 70 e a concorrência na disputa por uma vaga nas faculdades e nas universidades. "É interessante participar de eventos como esse, que trazem grande oportunidade de esclarecer temas importantes", afirmou o reitor, ressaltando que a Anhembi Morumbi sempre divulga e pratica atitudes sociais. "Além de cedermos bolsas de estudo, temos um curso de dois anos de duração em Gestão do Terceiro Setor".

O juiz de Direito Carlos Roberto Feres encerrou a manhã, orientando os participantes do seminário a respeito de assistência jurídica gratuita. Essa foi sua primeira palestra dirigida especialmente para pessoas ligadas a entidades. "Me preparei bastante para esse momento, pois esse tema é novo e bem específico. Gostei muito de estar presente", disse Feres.

À tarde, foi a vez de Antônio Brito, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), falar aos espectadores. Ele explicou mais sobre a entidade. "Divulgar o funcionamento do CNAS é imprescindível para quem é ligado à assistência social", comentou ele, que foi seguido pelo deputado federal Pinotti. Sua palestra abordou a saúde e as iniciativas adotadas pelo Hospital Pérola Byington, do qual foi diretor. "Foi feito um atendimento de qualidade, com auxiliares de enfermagem trabalhando ao lado dos médicos, além de unidades móveis na periferia de São Paulo. Muitas pacientes tinham doenças perigosas e nem sabiam", explicou.

O diretor executivo da Revista Filantropia, Marcos Biasioli, deu sequência ao evento, informando sobre o novo Código Civil, que entra em vigor neste janeiro. Em seguida, foi a vez da consultora tributária do Sebrae, Mary Elbe Queiroz, discorrer sobre as imunidades das instituições filantrópicas, vistas pelo Fisco. "É muito bom debater esses assuntos. A sociedade reconhece que a questão social é importante", observou a palestrante.

O Fórum foi encerrado pelo auditor fiscal do INSS, Luiz Cláudio Tavares. Seu discurso analisou o conteúdo

do plano de ação da atividade filantrópica que as ONGs deverão entregar ao órgão até 30 de janeiro. Após sua participação, ele ressaltou a variedade de entidades presentes nos seminários. "Pessoas de diversas opiniões se reúnem em torno de uma mesma causa, o funcionamento da filantropia. Isso ajuda no intercâmbio e até

pode livrar de eventuais prejuízos".

O evento foi completado por dois debates, nos quais os espectadores tiraram dúvidas com os palestrantes, por meio de perguntas escritas. O volume de perguntas foi grande, tudo para que suas instituições possam beneficiar a comunidade da melhor forma possível. "Não temos de pensar em substituir o governo nas ações sociais. Devemos trabalhar em conjunto com os órgãos públicos", opinou Pinotti.



Econômica



Econômica

Por
MARCELO TORRECILLAS

O contador de histórias

O propósito desta coluna é transmitir mensagens positivas e ensinamentos por intermédio de histórias, contos ou crônicas. Pelo menos foi isso que o editor da **Revista Filantropia** me pediu. Infelizmente, pela segunda vez consecutiva, estou mandando apenas, “meia história”, com comentários meus. Dados os eventos e mudanças que o planeta vem sofrendo, julgo-me escusado, mas prometo me comportar de acordo com o combinado já na próxima edição.

Vou contar, então, a minha meia narrativa. Ela é sobre a vida de um contador de histórias, que viveu muito tempo atrás, perambulando de cidade em cidade, ensinando, com as suas lindas parábolas, como viver no mundo (e além dele). E ele era tão bom no que fazia que ficou famoso em todas essas cidades. Tão famoso que a sua própria história se espalhou pelo mundo todo durante milênios depois de sua morte e ela continua sendo contada até os dias de hoje.

Se a história desse homem foi ou não enfeitada com poderes miraculosos não importa. Um poder ele tinha com certeza: o poder da palavra. Poder grande o suficiente para gerar o milagre de transmitir uma mensagem, um ensinamento, de uma forma que todos pudessem compreender.

Textos sagrados asseguram que esse homem retornaria mais ou menos por essa época. Será que virá a pé ou de disco voador? Será que virá do morro ou do asfalto? Da esquerda ou da direita? De fora ou de dentro?

Na época em que se comemora o aniversário desse “contador de histórias”, vejo que há muito mais meios de transmitir uma mensagem, mas o poder da palavra se diluiu no meio de tantos comerciais.

Quando o contador de histórias chegar, como fará seus discursos? Televisão, rádio, Internet, Wap, Sap? Quem ouvirá? Quem comprará? Quem patrocinará? De quem serão os direitos? Em qual canal? Em que horário? Já tem tanta gente fazendo isso...

Será que a humanidade ainda precisa de historinhas para aprender as coisas? Tudo o que se precisa saber já está dentro da gente. Todo mundo sabe o que é certo ou errado. Todo mundo sabe quando está prejudicando outra pessoa. Todo mundo tem consciência. Basta usar.

Nesta época de mudanças e reviravoltas, é bem propício cultivar o renascimento dentro de nós mesmos. Tudo aquilo que faz a gente prometer um monte de coisas antes de pular sete ondinhas na Praia Grande, ou de estourar o champanhe a bordo de um luxuoso iate em Angra dos Reis. Aquela vontade de começar de novo e fazer tudo certo dessa vez.

Quanto à história do contador de histórias, bem... Ela ainda não acabou. Só acabará quando o homem voltar. E que mundo bagunçado ele vai encontrar! Dizem que, para arrumar o mundo, precisamos começar por nós mesmos. E você vai esperar para tomar atitudes só uma vez por ano? Será que assim dá tempo de limpar a casa antes que a visita chegue?

Cada dia é um dia de renascimento. Cada oportunidade de crescimento e progresso é uma dádiva rara e deve ser tratada como tal. A vida é feita de festas, de conquistas e de renascimentos. Assim, espero que todos aproveitem para se reunir com aqueles a quem ama em festa e que tenham um ano novo diferente! ☺



PRÊMIO FILANTROPIA

Envie e-mail para: premio@revistafilantropia.com.br

Cadastre-se enviando e-mail com nome, endereço completo e tipo de assistência praticada e receba, em breve, o **regulamento de participação da premiação**.

Ao se cadastrar, será enviado, gratuitamente, um adesivo “Filantropia, eu pratico”.

